

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Brasília-DF
2018

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 161, de 1º de NOVEMBRO DE 2017, bem como orientações complementares do Sistema de Prestação de Contas (E-contas).

Brasília-DF
2018

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AAJUR	Assessoria de Apoio para Assuntos Jurídicos
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACI	Assessoria de Controle Interno
AGU	Advocacia Geral da União
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BI	Boletim Interno
CAESB	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CCIH	Comissão de Controle de Infecção Hospitalar
CEB	Companhia Energética de Brasília
CEP	Código de Endereçamento Postal
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CGU	Controladoria Geral da União
CGU/PAD	Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CISER	Secretaria de Controle Interno
CME	Centro de Material Esterilizado
Cmt Log	Comandante Logístico
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONJUR	Consultoria Jurídica
CPF	Cadastro Nacional de Pessoa Física
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
DA	Divisão Administrativa
DCAF	Diretoria de Coordenação e Administração Financeira
DEORF	Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças
DF	Distrito Federal
DINFRA	Diretoria de Infraestrutura
DIR	Diretoria
DOU	Diário Oficial da União

DRH	Diretoria de Recursos Humanos
DTEP	Diretoria Técnica de Ensino e Pesquisa
DTS	Diretoria Técnica de Saúde
EB	Exército Brasileiro
FAHFA	Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas
GAB	Gabinete
GAB-DIR	Gabinete do Diretor
GEAUD	Gerência de Auditoria
GM	Gabinete do Ministro
GM	General Motors
HFA	Hospital das Forças Armadas
ICDF	Instituto de Cardiologia do Distrito Federal
IH	Infecção Hospitalar
IN	Instrução Normativa
LOA	Lei Orçamentária Anual
MBB	Mercedes Benz do Brasil
MD	Ministério da Defesa
NBR	Normas Brasileiras aprovadas pela ABNT
NC	Nota de Crédito
NE	Nota de Empenho
NR	Norma Regulamentadora
OCS	Organização Civil de Saúde
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OI	Orçamento de Investimento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAM	Pedido de Aquisição de Materiais/Serviços
PC	Prestação de Contas
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PNR	Próprio Nacional Residencial
PO	Plano Orçamentário
PTRES	Programa de Trabalho Resumido
PTTC	Prestador de Tarefa por Tempo Certo
RDC	Resolução da Diretoria Colegiada
RH	Recursos Humanos
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial
SAME	Seção de Arquivo Médico
SECEX	Secretaria de Controle Externo
SECT	Secretaria
SEPESD	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC	Serviço de Informação ao Consumidor
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal

SIOF	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SISAC	Sistema de Controle de Ações de Comunicação
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SRI	Setor Residencial Interno
SUS	Sistema Único de Saúde
TC	Tomada de Contas
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIH	Taxa de Infecção Hospitalar
TOE	Taxa de Ocupação Específica de UTI
TOH	Taxa de Ocupação Hospitalar
UG	Unidade Gestora
UISM	Unidade Intensiva de Saúde Mental
UJ	Unidade Jurisdicionada
UPC	Unidade Prestadora de Contas
URL	Uniform Resource Locator (Localizador Padrão de Recursos)
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
UTI neo	Unidade de Terapia Intensiva neonatal
VOIP	Voice Over Internet Protocol

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Organograma do HFA.....	13
Figura 2 - Mapa Estratégico.....	18
Figura 3 - Elogios e críticas.....	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	13
Quadro 2 - Ação/Subtítulos – OFSS.....	21
Quadro 3 - Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.....	22
Quadro 4 - Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações.....	23
Quadro 5 - Construção, aquisição ou reforma de imóveis residenciais para constituir Próprios Nacionais Residenciais para militares e civis lotados no Hospital das Forças Armadas.....	24
Quadro 6 - Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.....	25
Quadro 7-Desenvolvimento, manutenção e operação da infraestrutura médico-hospitalar do Hospital das Forças Armadas.....	27
Quadro 8 - Serviços administrativos ou de apoio.....	32
Quadro 9 - Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.....	35
Quadro 10 - Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque	37
Quadro 11 - Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia.....	38
Quadro 12 - Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação...39	
Quadro 13 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS.....	41
Quadro 14 - Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados.....	42
Quadro 15 - Despesas por modalidade de contratação.....	43
Quadro 16 - Despesas por grupo e elemento de despesa.....	46
Quadro 17 - Concessão de suprimento de fundos.....	48
Quadro 18 - Utilização de suprimento de fundos.....	48
Quadro 19 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.....	49
Quadro 20 - Indicadores Específicos.....	50
Quadro 21 - Taxa de Ocupação Hospitalar.....	51
Quadro 22 - Taxa de Ocupação Específica UTL.....	51
Quadro 23 - Taxa Média de Infecção Hospitalar.....	52
Quadro 24 - Média de Permanência de Internação.....	53
Quadro 25 - Total de Internação.....	54
Quadro 26 - Número de Atendimentos.....	54
Quadro 27 - Número de Leitos Operacionais (média).....	55
Quadro 28 - Encaminhamentos para OCS.....	55
Quadro 29 - Número de Cirurgias realizadas.....	56
Quadro 30 - Número de Cirurgias desmarcadas.....	56
Quadro 31 - Total de Procedimentos de Radiodiagnóstico.....	56
Quadro 32 - Total de Elogios e Críticas.....	57

Quadro 33 - Força de Trabalho Militar do HFA (em 31/12/2017).....	69
Quadro 34 - Militares cedidos pelas Forças para prestarem serviço no HFA (em 31/12/2017).....	69
Quadro 35 - Força de Trabalho – Militares e Servidores – Situação apurada em 31/12/2017.....	69
Quadro 36 - Força de Trabalho da UPC.....	70
Quadro 37 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	70
Quadro 38 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	71
Quadro 39 - Demonstrativo das despesas com pessoal.....	72
Quadro 40 - Processos conduzidos ao longo de 2017.....	76
Quadro 41 - Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos.....	79
Quadro 42 - Consumo de Combustíveis.....	81
Quadro 43 - Manutenção e Conservação de Veículos.....	81
Quadro 44 - Taxas do DETRAN-DF e Seguro DPVAT.....	81
Quadro 45 - Descargas de veículos.....	82
Quadro 46 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ.....	85
Quadro 47 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ.....	85
Quadro 48 - Sistemas de informação existentes no HFA.....	86
Quadro 49- Descrição dos sistemas de informações existentes no HFA.....	87
Quadro 50- Identificação dos principais riscos de Tecnologia da Informação.....	90
Quadro 51 - Priorização das necessidades de TI.....	92
Quadro 52 - Aquisições de material permanente de TI em 2017.....	93
Quadro 53 - Aquisições de serviços de TI em 2017.....	93
Quadro 54 - Serviços Continuados de TI em 2017.....	94
Quadro 55-Somatório das aquisições de materiais e serviços.....	94
Quadro 56 - Ferramentas de Gerenciamento de Serviços.....	94
Quadro 57 - custos anuais apurados no exercício de 2017.....	107
Quadro 58 - Resultado Financeiro.....	108
Quadro 59 - Resultado Patrimonial.....	108
Quadro 60 - Patrimônio Líquido.....	109
Quadro 61 - Ativo Circulante e Não Circulante; e Passivo Circulante e Não Circulante.....	109
Quadro 62 - Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	110
Quadro 63 - Diligências/Solicitações do Controle Interno Setorial do Ministério da Defesa.....	111
Quadro 64 -Processo Administrativo Disciplinar.....	113
Quadro 65 - Ações realizadas na Gestão de 2017 na DTS.....	115
Quadro 66 - Cursos e Eventos de Capacitação Internos.....	117
Quadro 67 - Cursos e Eventos de Capacitação Externos.....	117
Quadro 68 - Processos administrativos e Inquéritos Policiais Militares instaurados.....	120
Quadro 69 - Balanço Financeiro.....	131
Quadro 70 - Balanço Orçamentário - Receitas e Despesas.....	132
Quadro 71 - Balanço Orçamentário - Anexos.....	134
Quadro 72 - Balanço Patrimonial.....	135
Quadro 73 - Demonstrações de Variações Patrimoniais.....	138
Quadro 74 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	140
Quadro 75 - Provisões de Curto Prazo – Por Devedor.....	144
Quadro 76 - Provisões de Longo Prazo – Por Devedor.....	144
Quadro 77 - Imobilizado – Composição.....	145
Quadro 78 - Bens Móveis - Composição.....	145

Quadro 79 - Bens Imóveis – Composição.....	146
Quadro 80 - Bens de Uso Especial – Composição.....	146
Quadro 81 - Intangível – Composição.....	147
Quadro 82 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.....	148
Quadro 83 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.....	148
Quadro 84 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.....	149
Quadro 85 - Provisões de Curto Prazo – Por Fornecedor.....	149
Quadro 86 - Obrigações Contratuais – Composição.....	150
Quadro 87 - Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.....	150
Quadro 88 - Obrigações Contratuais – Por Contratado.....	150
Quadro 89 - Balanço Orçamentário.....	151

ANEXOS

ANEXO I- MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	123
ANEXO II- MEDIDAS ADMINISTRATIVAS INSTAURADAS PARA APURAÇÃO DE POSSÍVEIS RESPONSABILIDADES POR DANOS AO ERÁRIO.....	125
ANEXO III- QUANTITATIVO DE PROCESSOS TRAMITADOS EM 2017.....	130
ANEXO IV- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS.....	131
ANEXO V- SITUAÇÃO DOS CONTRATOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.....	152

APÊNDICES

1- Relatório de Instância ou Área de Correição.....	154
2- Declaração de integridade e completude dos registros de informações no Sistema e-Pessoal....	155
3- Declaração de Cumprimento das disposições da Lei 8730/93 quanto à entrega das declarações de bens e rendas.....	156
4- Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.....	157
5- Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	158
6- Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.....	160
7- Declaração de Integridade e completude das informações dos contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal.....	161

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	10
1 VISÃO GERAL.....	12
1.1 Finalidade e Competências.....	12
1.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	12
1.3 Organograma.....	12
1.4 Macroprocessos finalísticos.....	14
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	16
2.1 Planejamento Organizacional.....	16
2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos.....	20
2.3 Desempenho Orçamentário.....	20
2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	50
3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	58
3.1 Descrição das estruturas de governança.....	58
3.2 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos.....	65
3.3 Gestão de riscos e controles internos.....	67
4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	69
4.1 Gestão de Pessoas.....	69
4.2 Gestão do Patrimônio e infraestrutura.....	80
4.3 Gestão da tecnologia da informação.....	86
4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade.....	94
4.5 Gestão de Fundos e Programas.....	95
5 Relacionamento com a Sociedade.....	97
5.1 Canais de acesso para o cidadão.....	97
5.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	99
5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	99
5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	101
5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	102
6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	104
6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	104
6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	106
6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela lei 4.320/64 e notas explicativas.....	107
6.4 Resultado Financeiro.....	108
7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	110
7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	110
7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	111
7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário.....	112
7.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993.....	113
7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	114
8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	115
8.1 Diretoria Técnica de Saúde.....	115
8.2 Diretoria Técnica de Ensino e Pesquisa.....	116
8.3 Assessoria de Apoio para Assuntos Jurídicos.....	120
8.5 Resultados e Conclusões.....	122

APRESENTAÇÃO

O Hospital das Forças Armadas (HFA) é uma instituição hospitalar pública federal, sendo classificado como um Hospital Militar Geral e possui autonomia administrativa e financeira. Atualmente é dirigido por um oficial General de Divisão do Exército Brasileiro e tendo como missão: "prestar assistência Médico-Hospitalar aos militares das Força Armadas e seus dependentes, à Presidência da República e a determinados segmentos da sociedade, bem como desenvolver de maneira permanente o ensino e a pesquisa."

O Comandante Logístico do HFA, ao assumir a função no final do mês de março de 2017, estabeleceu suas prioridades com base na integração com as Forças, principalmente com os hospitais militares da Guarnição de Brasília. Com isso, possibilitou aos Fundos de Saúde da Forças conhecer e aproveitar os recursos médicos disponíveis no HFA, com valores significativamente menores do que os praticados na pelas instituições privadas de saúde conveniadas, possibilitando aos fundos a redução dos custos. Em contrapartida, o HFA passou a receber o apoio necessário para alguns setores que se encontravam em situação crítica de pessoal. Nesse ínterim, cabe destacar a economia de aproximadamente R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Reais) aos Fundos de Saúde com apenas o aumento de três leitos na atual instalação da Unidade de Terapia Intensiva, realizado em meados de 2017. Esse fato e a reativação da Clínica de Nefrologia no mesmo período consolidaram a proposta das Forças Singulares investirem no HFA.

No ano de 2017, a principal dificuldade foi decorrente da evasão de pessoal, principalmente médicos especialistas, o que impactou em diversas Clínicas, a exemplo da Clínica de Cirurgia Plástica, entre outras. O problema se agravou no segundo semestre com a publicação do Programa de Desligamento Voluntário (PDV), quando servidores de diversas áreas do hospital aproveitaram o incentivo e deixaram o HFA. O problema foi mitigado com a movimentação e convocação de militares das três Forças Singulares, aumentando consideravelmente nosso efetivo e diminuindo a diferença proporcional entre civis e militares dos nossos servidores. No entanto, o hospital deixou de atender algumas especialidades médicas por falta de profissionais habilitados, tais como: Alergologia, Cirurgia de Cabeça e Pescoço, Cirurgia Oncológica e Cirurgia Pediátrica, com reflexos em outros serviços por falta de suporte, como o Pronto Atendimento Pediátrico e a oncologia.

Com a ativação do Conselho Consultivo do HFA neste ano, integrado pelos gestores de pessoal das três Forças e do Ministério da Defesa, definiu-se o papel estratégico desta OMS para as Forças Singulares, segundo o qual o HFA deve suprir as necessidades de assistência à saúde da família militar na Guarnição e proporcionar economia aos Fundos de Saúde das respectivas Forças. Dessa forma, o Conselho Consultivo do HFA trabalhou para reforçar a união das Forças e apoiar as medidas tomadas pela atual gestão do HFA, pois há o entendimento de que estão alinhadas com os interesses de todos.

Em relação à infraestrutura, nesse período foram priorizados os seguintes projetos: reforma da UTI; a reforma da Central de Material Esterilizado (CME); a reforma do setor materno-infantil; e a reforma da cantina. Todos os projetos tiveram o andamento adequado, com o apoio das Forças Singulares e do Ministério da Defesa. Outras adequações prediais foram realizadas a contento, melhorando as condições de trabalho em diversas áreas, assim como reformas de menor vulto, tais como os consertos dos pisos do Centro Cirúrgico, Nefrologia e da Radiologia.

Em 2017, o HFA atingiu os seguintes resultados: 340.767 atendimentos; 947.399 procedimentos; 4.059 internações; 31,79% de taxa de ocupação hospitalar; 94,36% de taxa de ocupação de UTI; 7,56 dias de média de permanência; 2,09% de taxa de infecção hospitalar; 186 leitos hospitalares; 21.528 de procedimentos radiológicos; 2.476 cirurgias; 405 cirurgias desmarcadas; 2.750 encaminhamentos para OCS e os serviços do HFA receberam 3.487 elogios e 1.494 críticas. Tais resultados foram contabilizados por meio do Sistema de Gestão Hospitalar (SGH) que teve seu processo de instalação ampliado durante o ano de 2017, consolidando-se como ferramenta de gestão no HFA.

No tocante à gestão financeira, convém destacar que o HFA executa sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), portanto não há obrigatoriedade para o preenchimento dos itens referentes às Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.

O Hospital vem investindo fortemente na promoção e realização de pesquisas, em programas de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico-científico e no intercâmbio cultural e científico, buscando a melhoria dos serviços e o aprimoramento técnico. A participação em Simpósios, Congressos e eventos científicos e educacionais, visam a melhoria e o aperfeiçoamento dos nossos servidores. Tais ações têm obtido bons resultados visto que a pesquisa no âmbito do HFA tem por finalidade a busca de novos conhecimentos e técnicas e a criação de uma mentalidade científica indispensável ao enriquecimento da formação profissional, manutenção e a melhoria do nome HFA perante a comunidade científica nacional e internacional.

As informações constantes deste Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2017, estão pautadas nas determinações do Tribunal de Contas da União, da Controladoria Geral da União e do Órgão de Controle Interno – CIO/MD. Este Relatório de Gestão está estruturado em 8 itens e segue as orientações extraídas do site do sistema e-contas do site do TCU (<http://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/contas-do-exercicio-de-2017.htm>). Foi preenchido com auxílio dos relatórios de anos anteriores, o auxílio dos diversos setores do HFA e de dados extraídos do SIAFI e SIOP.

A seguir, serão abordados os diversos assuntos previstos para a apresentação a esse Tribunal, conforme embasamento legal e sumário estabelecido, pertinentes à boa gestão dos recursos públicos administrados por esta Unidade Prestadora de Contas (UPC).

1 VISÃO GERAL

1.1 Finalidade e Competências

O HFA é integrante da estrutura do Ministério da Defesa (MD) e subordinado diretamente à Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa (SEPESD/MD). Seu objetivo é: “Desenvolver o Ensino e fomentar a Pesquisa no âmbito da Saúde Militar, prevenir, prover e promover à assistência à Saúde aos militares das Forças Armadas e seus dependentes, à Presidência da República, ao Ministério da Defesa, ao Corpo Diplomático e a segmentos conveniados”.

Além de prestar assistência médico-hospitalar, sob a forma ambulatorial ou hospitalar aos militares da ativa, da reserva e reformados, aos servidores da administração central do Ministério da Defesa e aos servidores e empregados públicos do próprio Hospital das Forças Armadas e da Escola Superior de Guerra e aos seus dependentes e pensionistas, tem como competência cooperar com as autoridades civis e militares no que diz respeito à saúde pública; realizar atividades de pesquisa médica; executar programas de ensino médico e de enfermagem e realizar atos de gestão orçamentária e financeira das dotações sob sua responsabilidade.

1.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade

O Hospital das Forças Armadas foi criado pelo Decreto nº 1.310, de 08 de agosto de 1962. Passou a ter autonomia administrativa e financeira assegurada pelo Decreto nº 69.846, de 28 de dezembro de 1971, revogado pelo Decreto 8422/2015. No final de 1995 foi recriado o Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas ratificada pela Lei nº 9.238, de 22 de dezembro de 1995. O HFA tem seu funcionamento regido pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria Normativa nº 2.744/MD, de 21 de dezembro de 2015.

A Direção do HFA é ocupada por oficial-general da ativa do penúltimo posto. O Diretor Técnico de Saúde (DTS) e o Diretor Técnico de Ensino e Pesquisa (DTEP) do HFA são Oficiais Gerais Médicos da ativa do primeiro posto, pertencentes ao corpo ou ao quadro de Saúde das Forças Armadas em sistema de rodízio entre o Comando da Marinha e o Comando da Aeronáutica.

O HFA se destina à prestação de Assistência em Saúde aos militares das Forças Armadas e a seus dependentes, à Presidência da República, ao Ministério da Defesa, ao Corpo Diplomático e a segmentos conveniados da sociedade, autorizados por convênios ou diretrizes especiais. Também se destina ao desenvolvimento do Ensino e da Pesquisa, como pressuposto de um padrão de excelência, podendo promover intercâmbio científico com associações médicas e entidades afins e sua capacidade operacional é de 186 leitos hospitalares, mais 13 leitos na Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

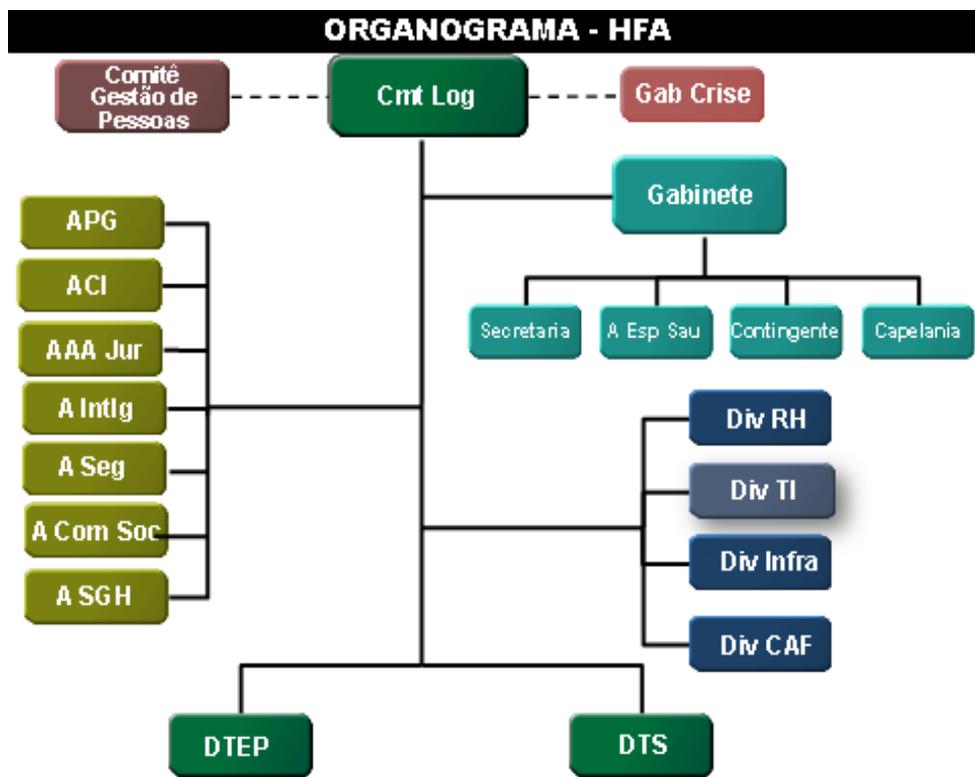
1.3 Organograma

a. A Portaria Normativa nº 2.744/MD, de 21 de dezembro de 2015 aprovou o Regimento Interno em vigor, contemplando a estrutura de governança e de controle interno, atualizando as estruturas e ampliando as atribuições. No entanto, a estrutura vigente necessitou ser redefinida logo no início de 2016, em razão das mudanças funcionais implementadas quando a gestão desta Organização Militar de Saúde (OMS) passou a ser de responsabilidade de um Oficial General Combatente e não mais de um médico.

b. Em 2016 foi experimentado um novo Organograma, autorizado pela Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa, atendendo as mudanças radicais na estrutura do HFA. A fase de experimentação se estendeu para 2017 em razão de frequentes alterações adaptativas e pelo trâmite administrativo para a publicação da nova estrutura organizacional.

c. Em 2017 o HFA funcionou conforme o organograma apresentado a seguir:

Figura 1. Organograma do HFA



Quadro 1 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Comando Logístico do HFA	Dirigir as atividades logísticas do HFA, coordenar e apoiar as atividades da Direção Técnica de Saúde e da Direção Técnica de Ensino e Pesquisa.	Gen Div Lauro Luís Pires da Silva Gen Div Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira	Comandante Logístico	1º de janeiro à 30 de março de 2017; 31 de março à 31 de dezembro de 2017.
Direção Técnica de Saúde	Coordenar e controlar a prestação da assistência médica hospitalar no HFA.	C Alte (Md) Luiz Cláudio Barbedo Fróes Brig Med Marcos Vieira Maia	Diretor Técnico de Saúde	1º de janeiro à 11 de abril de 2017; 15 de abril à 31 de dezembro de 2017.
Direção Técnica de Ensino e Pesquisa	Promover atividades de caráter técnico-científico de modo a assegurar o aperfeiçoamento do pessoal militar e civil no HFA.	Brig Med Eduardo Serra Negra Camerini CAlte (Md) José Edmilson Ferreira Da Silva	Diretor Técnico de Ensino e Pesquisa	1º de janeiro à 11 de abril de 2017; 15 de abril à 31 de dezembro de 2017.

Divisão de Coordenação Administrativa e Financeira	Executar as atividades administrativas referentes ao planejamento e à execução orçamentária e financeira do HFA.	Cel R1 Inf Paulo Cícero Jacinto de Menezes Cel R1 Jorge Ricardo Áureo Ferreira	Chefe	1º janeiro de 2017 à 22 de maio de 2017; 23 de maio de 2017 à 31 de dezembro de 2017.
Divisão de Infraestrutura	Planejar, dirigir, coordenar e controlar as atividades administrativas relacionadas à infraestrutura da OMS.	Gen Div R/1 João Ricardo Monteiro Maciel Evangelho Cel Refm Francisco de Assis Bulhões da Silva Cel Eng Marcelo José Vidal dos Santos Pinto Cel Eng Cláudio Guilherme da Silva Torres	Chefe	1º janeiro de 2017 a 30 de março de 2017; 3 de abril de 2017 a 11 de maio de 2017 11 de maio de 2017 a 7 de outubro de 2017 7 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2017
Divisão de Recursos Humanos	Realizar atividades de gestão, controle, orientação e pesquisas de assuntos de pessoal na área do HFA; cooperar com os programas de ensino, treinamento e pesquisa; colaborar com as demais diretorias, unidades e serviços, com o fim de proporcionar meios para desempenho de suas atividades; e realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.	Cel R/1 André Luiz Paschoal Cel Art Adriano Azevedo	Chefe	1º janeiro de 2017 à 19 de junho de 2017; 19 de junho de 2017 à 31 de dezembro de 2017.
Divisão de Tecnologia da Informação	Coordenar as atividades de administração de redes e telefonia, banco de dados e sistemas; coordenar e fiscalizar o desenvolvimento e implantação de funcionalidades nos Sistemas;	Maj Art Erik Marques Alves Branco Cel Av R/1 Roberto Simões Ferreira Filho	Chefe	1º de janeiro de 2017 à 18 de setembro de 2017; 19 de setembro de 2017 à 31 de dezembro de 2017.

1.4 Macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos finalísticos, desta Unidade Prestadora de Contas (UPC), são relacionados aos processos inerentes ao cumprimento da sua missão institucional, que seja, atendimento médico e hospitalar e a pesquisa e ensino na área de saúde. São esses os macroprocessos finalísticos, abaixo relacionados:

- atendimentos médico-hospitalar;

- atendimento odontológico; e
- desenvolvimento do ensino e da pesquisa na área médica hospitalar.

Para cumprir os macroprocessos finalísticos acima elencados, o HFA conta com apoio de diversos parceiros, tanto da administração pública quanto da administração privada, este último através de contratos e convênios.

Na área médico-hospitalar os principais parceiros do HFA, na administração pública, são os Hospitais Militares da Guarnição: Hospital Militar de Área de Brasília (HMAB); Hospital da Força Aérea de Brasília (HFAB) e Hospital Naval de Brasília (HNBra). Já na administração privada, através de contratos e convênios, são: Aliança Instituto de Oncologia Ltda; Biocardios – Instituto de Cardiologia Ltda; Centro Brasileiro de Visão Ltda; Centro de Convivência Psicossocial; Clínica Geral e Ortopedia Sudoeste Ltda; Clínica Radiológica Diagnostic; Clínica Radiológica Vila Rica; Clínica Recanto de Orientação Psicossocial Ltda; CMNB – Centro de Medicina Nuclear de Brasília; CRB – Centro Radiológico de Brasília S/A; Fisio e Mov – Clínica de Fisioterapia e Movimento; Hemoclínica – Clínica de Hematologia e Hemoterapia; HOB – Hospital Oftalmológico de Brasília; HOB Taguatinga; HOME – Hospital Ortopédico e Medicina Especializada; Hospital Lago Sul S/A; Hospital Pacini Ltda; Hospital Prontonorte S/A; Hospital Santa Helena S/A; Hospital Santa Lúcia; INBOL – Instituto Brasiliense de Olhos; Instituto de Cardiologia do Distrito Federal (ICDF); IRB – Instituto de Radioisotopo de Brasília; ISOB – Instituto de Saúde dos Olhos de Brasília; NEPHORON – Brasília Serviços Médicos Ltda; Oculare Oftalmologia Ltda; Oliveira e Marques Ltda; Reembolso; Viver Clínica de Imagens Médicas Ltda; Laboratório Sabin de Análises Clínicas Ltda; dentre outros.

Na área de desenvolvimento do ensino e da pesquisa tem como principal parceiro a Universidade Católica de Brasília.

Não obstante a existência dos parceiros que apoiaram este Hospital no cumprimento dos macroprocessos finalísticos, algumas dificuldades foram enfrentadas no transcorrer do exercício de 2017, dentre elas destaca-se a carência de pessoal, sobretudo na área médica; a constante evasão de profissionais em busca de melhores oportunidades de trabalho e maiores remunerações no âmbito do DF, bem como as evasões de profissionais de saúde, motivadas pelo Plano de Demissão Voluntária (PDV). O Hospital tem trabalhado no sentido de viabilizar, junto ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, a reestruturação do Plano de Cargos e Salários do HFA, com vistas a tornar a unidade mais atrativa aos profissionais de saúde, equiparando-os aos congêneres de Brasília.

No Anexo I, deste Relatório de Gestão, constam os dados referentes a identificação das principais atividades, produtos e serviços alcançados no ano de 2017 por esta UPC, bem como a identificação dos principais insumos e fornecedores que concorreram para a execução dos macroprocessos finalísticos.

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 Planejamento Organizacional

Em 2017, buscando o fortalecimento e o alinhamento estratégico de suas ações, o HFA, adaptando-se realisticamente às novas condições e empregando esforços para colimar suas ações tendo por base o planejamento estratégico, procurou dotar o Hospital com um Sistema de Gestão Hospitalar adequado e eficiente que pudesse atender aos processos finalísticos e a maior parte dos processos meio.

Atualmente, temos como referência para nosso planejamento as Diretrizes de Saúde do Ministério da Defesa expedidas pela Portaria Normativa nº 66, de 14 Nov de 2016, que trouxe a atividade do eixo operacional que corresponde às atividades de revisão periódica da doutrina de emprego do Serviço de Saúde, à padronização do material de saúde (catalogação), à proposta para aquisição de material de emprego militar para as atividades de saúde, à proposta para a capacitação de recursos humanos de saúde para emprego das tropas, em qualquer cenário ou teatro de operações, e para atendimento à população, em situações de desastre e de ameaças; eixo assistencial; além dos tradicionais eixo pericial e o eixo de ensino e pesquisa.

O Planejamento Estratégico e o atual Sistema de Gestão Hospitalar são importantes instrumentos de gestão para o HFA, pois, através deles, a Alta Administração pode estabelecer os parâmetros que direcionam a organização, a condução da liderança e o controle das atividades.

Dentro das orientações do planejamento estratégico, as ações desenvolvidas buscaram sempre:

- propiciar um atendimento integral e humanizado;
- adequar a capacidade de atendimento à nossa demanda;
- desenvolver mecanismos que propiciem a participação de nossa clientela no controle dos serviços;
- buscar a otimização dos recursos para garantir a eficiência e eficácia no serviço;
- proporcionar melhorias no ensino, pesquisa e assistência;
- garantir a qualidade dos serviços prestados e integrar as ações de forma participativa; e
- consolidar os processos de Gestão por competências.

A questão da escassez de recursos humanos que se acreditava que seria resolvida com a aprovação do Plano de Carreira e Cargos, do HFA, em 2009 e a consequente realização de concurso público no mesmo ano, não alcançou a eficácia desejada em virtude da grande evasão dos servidores contratados para cargos públicos com melhor percepção remuneratória no DF, sendo esta situação agravada no corrente ano, com a adesão de servidores ao plano de demissão voluntária (PDV). Desde o ano de 2016, não dispomos mais de cadastro reserva, não podendo chamar mais nenhum profissional.

A localização estratégica singular no território nacional e sua estrutura física privilegiada apontam o HFA como a melhor opção para o estabelecimento de um Hospital Militar de referência, principalmente para prover qualificado apoio logístico de Saúde à nova configuração de distribuição das tropas, proposta na Estratégia Nacional de Defesa. Sua revitalização estrutural seria a escolha mais viável, rápida e econômica para atingir essa meta. A condição de possuir Corpo Clínico próprio, majoritariamente composto por civis, permitir-lhe-ia manter-se mobiliado, mesmo em caso de mobilização militar para a defesa do país.

O planejamento a médio e longo prazo foi a opção escolhida para atingir os objetivos estratégicos do HFA. O alinhamento com os escalões superiores; a análise da situação atual com a projeção de cenários futuros; o estabelecimento de objetivos motivadores, flexíveis, realistas e

factíveis e a preocupação em delinear os rumos do HFA, sem interferir nas ações de Comandos sucessores, com foco na excelência, nortearam o desenvolvimento deste Plano Estratégico 2014-2018.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Em uma análise criteriosa dos cenários apresentados e das condições para enfrentá-los, procurando manter o HFA alinhado com as políticas do Ministério da Defesa no cumprimento da sua Missão e, vislumbrando atingir sua Visão de Futuro de forma organizada, eficiente e segura, promovendo um salto qualitativo e quantitativo no seu desempenho, definiram-se como Objetivos Estratégicos Institucionais definidores dos programas do Hospital:

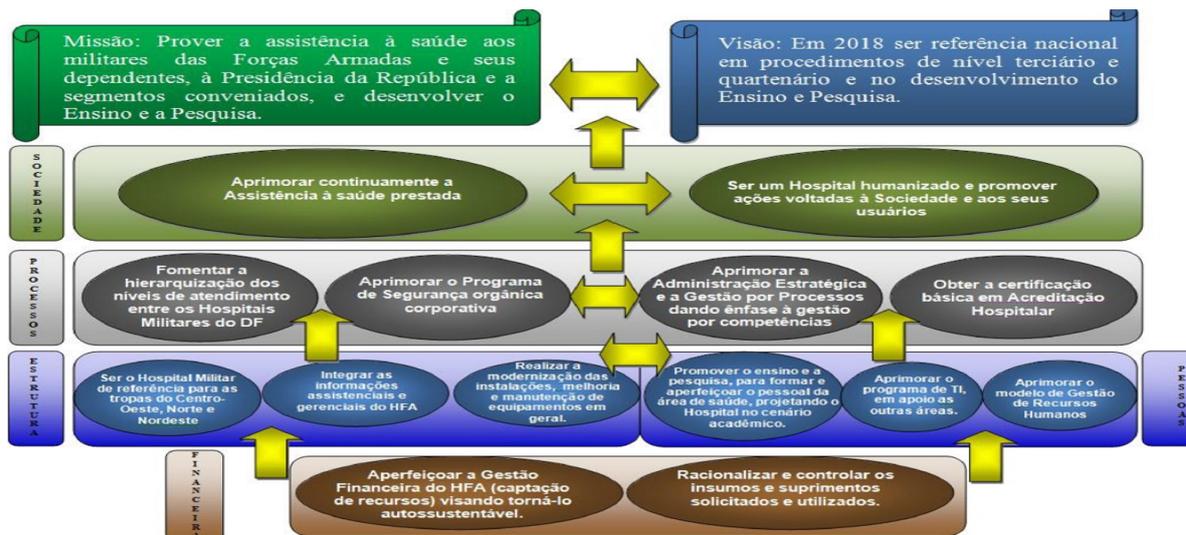
- fomentar a hierarquização dos níveis de atendimento entre os Hospitais Militares do DF;
- aprimorar e otimizar continuamente a assistência à saúde prestada;
- integrar as informações assistenciais e gerenciais do HFA;
- aprimorar a Administração Estratégica e a Gestão por Processos dando ênfase à gestão por competências;
- ser um Hospital humanizado e promover ações voltadas a Sociedade e aos seus usuários;
- aperfeiçoar a Gestão Financeira do HFA, através da captação de recursos, visando torná-lo autossustentável (excetuando-se os gastos com pessoal);
- promover o ensino e a pesquisa, para formar e aperfeiçoar o pessoal da área de saúde, projetando o Hospital no cenário acadêmico;
- aprimorar e aperfeiçoar o Modelo de Gestão de Recursos Humanos (RH);
- aprimorar o programa de segurança orgânica corporativa;
- obter a certificação básica em Acreditação Hospitalar;
- capacitar o HFA para ser o Hospital Militar Terciário e Quaternário de referência para apoio logístico de Saúde das Tropas das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil, em infraestrutura (instalações, equipamentos, suprimentos);
- racionalizar e controlar os insumos e suprimentos solicitados e utilizados;
- aprimorar o programa de Tecnologia da Informação (TI) em apoio a todas as outras áreas;
- realizar a modernização das instalações, melhoria e manutenção de equipamentos em geral (Equipamentos, materiais e mobiliários); e
- instituir Grupo de Trabalho e conduzir o Processo de Implantação do Instituto de Ciências Médicas das Forças Armadas.

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Estamos no final da execução do Planejamento Estratégico proposto neste 3º ciclo, de 2014 a 2018, realizamos no momento muitas adequações com as mudanças radicais na estrutura organizacional ocorrida no HFA desde 2016.

2.1.3 Mapa estratégico do HFA

Figura 2 - Mapa Estratégico



2.1.4 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Na busca em alcançar os Objetivos Estratégicos estabelecidos, o HFA trabalhou buscando bater as seguintes Metas Estratégicas:

- estabelecer protocolos assistenciais;
- adequar as clínicas e serviços às normas atuais do Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde (PNASS) do Ministério da Saúde;
- instituir um Programa de Melhoria da Assistência à Saúde prestada pelo HFA;
- promover a integração técnico-científica sistematizada entre as diversas clínicas;
- consolidar o emprego do Núcleo de Saúde Remota (NuSauRem) do Hospital das Forças Armadas;
- implantar, modernizar e revitalizar a área de TI do HFA, com uma rede de informática eficaz, com vistas a integrar todos os setores hospitalares, para fornecer informações assistenciais (Prontuário Eletrônico), gerenciais (Indicadores), administrativas e de recursos humanos;
- promover ações de qualidade na gestão, fomentando a incorporação das filosofias de gestão por processos, melhoria contínua e boas práticas no desenvolvimento das atividades, na aquisição, no armazenamento e no controle de insumos e suprimentos;
- profissionalizar e capacitar a alta administração e chefias intermediárias em Gestão Corporativa;
- implementar Normas, Rotinas e Procedimentos (Orientações Normativas, Mapeamento dos Processos e Instruções de Trabalho) em todas as áreas;
- profissionalizar o serviço de Hotelaria Hospitalar;
- implantar Sistema de Arquivo Central, físico e eletrônico, com a necessária capacitação de pessoal;
- implementar ações de humanização no HFA, por intermédio de projetos de socialização entre os servidores, corpo de voluntários e usuários, melhoria das condições de trabalho e ações motivacionais;

- adotar medidas de humanização da assistência nos moldes da Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde;
- aprimorar a política de contratos, convênios e credenciamentos;
- implantar sistema de apuração eficaz, controle e gestão de custos, que permita o apoio à orçamentação institucional;
- promover sistemática de avaliação baseada em contabilidade gerencial;
- elevar o Programa de Instrução em Serviço à categoria de pós-graduação lato sensu;
- expandir o programa de concessão de estágios na modalidade obrigatória;
- implementar programa de concessão de estágio não obrigatório;
- adequar a estrutura do Centro de Pesquisa Clínica, com a reforma do Centro de Cirurgia Experimental e a aquisição de Simuladores Cirúrgicos;
- estabelecer Parcerias Público-Privadas com vistas à capacitação de pessoal em todas as áreas de atuação, ao desenvolvimento de Ações Cívico-Sociais (ACISO); ao aperfeiçoamento da Administração Estratégica e ao aprimoramento à Assistência à Saúde prestada;
- promover intercâmbio científico com Instituições de Ensino e Pesquisa no país;
- implantar mecanismos que promovam a fixação dos profissionais de saúde no HFA;
- implementar a Gestão por Competências;
- instituir um Programa de Capacitação e Gestão de RH; e
- promover e incentivar participação em cursos de treinamento, aperfeiçoamento, reciclagem e educação continuada dos servidores, em todos os níveis.

2.1.5 Desdobramentos realizados em adequação do plano estratégico

- atualizar o Plano de Segurança Orgânico e implementar as ações necessárias ao aperfeiçoamento dos sistemas de proteção e contrainteligência do HFA;
- revalidar as Orientações Normativas (ON) ou Normas atinentes aos procedimentos de Segurança Orgânica;
- promover o treinamento de militares e servidores civis, quanto às ações de segurança orgânica;
- disseminar, conscientizar e adotar medidas de melhoria da qualidade do serviço prestado, com o exercício diário das “boas práticas” hospitalares e assistenciais, voltadas para a garantia da segurança no atendimento e nos procedimentos médico-hospitalares;
- capacitar estruturalmente áreas prioritárias para o desenvolvimento da assistência hospitalar de nível terciário e quaternário;
- implementar normas, rotinas e procedimentos nas áreas correlacionadas ao controle de insumos e suprimentos;
- elaborar protocolos de procedimentos logísticos de controle de insumos e suprimentos;
- preparar, confeccionar e lançar as bases para a melhoria do plano diretor, adaptação do contrato de objetivos, visando o estabelecimento de prioridades nas construções, compra e manutenção de materiais diversos;
- capacitar equipes (pessoal) para atendimento de tratamentos de nível terciário, estabelecendo inclusive, protocolos assistenciais específicos;
- apresentar proposta de revitalização estrutural geral do HFA (estrutura física e equipamentos) ao Ministério da Defesa, buscando viabilizá-la em médio prazo e longo prazo;

- preparar, confeccionar e lançar as bases para a melhoria do Plano Diretor, adaptação do contrato de objetivos, visando o estabelecimento de prioridades nas construções, compra e manutenção de materiais diversos;
- acoplar o Planejamento Estratégico do HFA ao Plano Diretor de Tecnologia de Informação (PDTI); e
- aprimorar continuamente os programas de gestão corporativa do HFA.

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Esta UPC utiliza como forma de acompanhamento e monitoramento do cumprimento dos objetivos traçados em seus planos estratégico, os seguintes instrumentos:

- realização de reuniões periódicas semanais, sob coordenação do Comandante Logístico e presença dos Diretores, Assessores, e Chefes de Seção onde são abordados fatos e atividades ocorridas durante a semana, identificadas as falhas ocorridas e propostas soluções de forma a atingir os objetivos do Plano Estratégico, além da revisão e atualização contínua do Plano de Metas, bem como ratificá-la, redimensioná-la, retificá-la e informar as metas já atingidas;

- revisão e redimensionamento do Contrato de Objetivos, em conformidade com a execução da Proposta Orçamentária do HFA, o PLOA e a LOA;

- determinação por parte do Comando Logístico para que cada chefe dos mais diversos setores e clínicas estabelecessem prioridades, com a finalidade de priorizar a utilização racional e pontual dos recursos financeiros, visando a constante renovação dos equipamentos médicos hospitalares, a manutenção corrente das instalações físicas, e o estabelecimento de prioridades nas construções, compra e manutenção de materiais diversos.

No que se refere ao atendimento médico-hospitalar, a Assessoria de Planejamento e Gestão do HFA produz um relatório estatístico mensal, tomando por base não só os indicadores institucionais (Total de internação, Taxa de Ocupação Hospitalar, Taxa de Ocupação Específica UTI, Taxa Média de Infecção Hospitalar, Média de Permanência de Internação, Número de Cirurgias realizadas, Número de Cirurgias desmarcadas, Número de Atendimentos, Número de Leitos operacionais, Total de Procedimentos de Radiodiagnósticos, Número de Encaminhamentos para OCS, e Críticas do Atendimento), como também relatórios referentes aos números de atendimentos, que são lançados por cada clínica no Sistema de Estatística do HFA, por meio da Intranet e Sistema de Gestão Hospitalar (SGH).

O gerenciamento constante destes dados permite, além da melhoria dos serviços e da qualidade no atendimento, o estabelecimento de metas e objetivos para curto, médio e longo prazo, orientados para os resultados e processos de melhoria contínua, de modo a responder às necessidades dos usuários e oferecer um cuidado efetivo e humanizado, além de subsidiar a tomada de decisões gerenciais.

2.3 Desempenho Orçamentário

2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.

Quadro 2 - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		00M1 Tipo: Operações Especiais				
Título		Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade				
Iniciativa		Ação sem iniciativa				
Objetivo		Ação sem objetivo Código: ---				
Programa		2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Operações Especiais				
Unidade Orçamentária		52902 – Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
69.444,00	70.444,00	69.232,25	69.232,25	69.232,25	-	-
Execução Física						
Título da meta			Unidade medida	de	Meta	
					Prevista	Reprogramada (*)
Não há meta física para esta ação			---		-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Título da Meta	Unidade medida	de	Realizada
-	-	-	Não há meta física	-		-

- Título: Despesas orçamentárias com o pagamento de Auxílio-Funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar, inclusive com as despesas de transporte do corpo, quando o falecimento do servidor ou do militar em serviço ocorrer fora do local de trabalho, bem como com o pagamento de Auxílio Natalidade devido à servidora ou militar, cônjuge ou companheiro do servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho.

- Finalidade: Assegurar o pagamento do Auxílio-funeral e do Auxílio-natalidade, na forma dos artigos 196, 226 e 228 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; art. 50 da Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980; e dos artigos 2º e 3º da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.

2.3.1.1 Análise do Desempenho Orçamentário

A Lei Orçamentária Anual de 2017 contemplou a Ação 00M1 com a dotação inicial na ordem de R\$69.444,00. Após a análise e estimativa dos créditos necessários para fechamento da folha de pagamento de dezembro/2017, foi inserido o pedido nº 105544 no SIOP visando uma suplementação no valor de R\$1.000,00. O crédito adicional foi concedido por intermédio da Portaria Ministerial nº 463, publicada no DOU de 22/12/2017, no valor requerido.

Quanto à execução financeira, os dados indicam a realização (valor liquidado) da ordem de R\$69.232,00, equivalentes a 99,69% de execução, comparativamente à dotação orçamentária inicial. Não houve inscrição de restos a pagar na referida ação e não há desdobramento da ação em Planos Orçamentários – PO's.

Os valores realizados nessa Ação Orçamentária foram aplicados diretamente nas concessões do auxílio-natalidade e do auxílio-funeral, totalizando R\$39.420,24 e R\$29.812,01, respectivamente.

Quadro 3 - Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		0181 Tipo: Operações Especiais				
Título		Aposentadorias e Pensões Civis da União				
Iniciativa		Ação sem iniciativa				
Objetivo		Ação sem objetivo Código: ---				
Programa		0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União Código: 0089 Tipo: Operações Especiais				
Unidade Orçamentária		52902 – Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
28.313.313,00	30.091.878,00	29.615.811,01	29.615.811,01	29.615.811,01	-	-
Execução Física						
Título da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
- Não há meta física para esta ação		---	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Título da Meta	Unidade de medida	Realizada	
297,75	-	-	Não há meta física	---	---	

No que tange aos resultados, os dados indicam a realização financeira (valor liquidado) no montante de R\$29.615.811,01, equivalentes a 98,41% de execução, comparativamente à dotação orçamentária final. Houve registro de restos a pagar não processados reinscrito no saldo de R\$297,75 pertinentes a sentenças judiciais e aposentadorias, contudo em montante inexpressivo. Não há desdobramento da ação em Planos Orçamentários – PO's.

- Título: Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.

- Finalidade: Prover o pagamento de direitos previdenciários dos servidores civis da União e seus pensionistas na forma da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

2.3.1.2 Análise do Desempenho Orçamentário

A Lei Orçamentária Anual de 2017 consignou para a ação em referência a dotação inicial na ordem de R\$28.313.313,00, sendo que no decorrer do exercício várias suplementações foram realizadas, totalizando R\$1.778.566,00. A Portaria Ministerial nº 93, publicado no DOU de 17/04/2017 e lançada por meio da 2017ND800008, concedeu o montante de R\$564.561,00; Portaria Ministerial nº 321, publicada no DOU de 20/10/2017 e lançada por meio da 2017ND800017, concedeu R\$438.017,00. No último mês do ano a Unidade registrou o pedido nº 104024 no SIOP, no valor de R\$300.000,00, solicitando suplementação da referida ação, tendo em vista a previsão de insuficiência de crédito para folha de pagamento de dezembro/2017. No mesmo mês foram publicadas a Portaria nº 463, DOU de 22/12/2017, e a nº 476, DOU de 28/12/2017, concedendo, respectivamente, R\$600.000,00 e R\$175.987,00 de créditos adicionais.

No que tange aos resultados, os dados indicam a realização financeira (valor liquidado) no montante de R\$29.615.811,01, equivalentes a 98,41% de execução, comparativamente à dotação orçamentária final. Não houve registro de valores em restos a pagar e não há desdobramento da ação em Planos Orçamentários – PO's.

Cabe ressaltar que esta ação, por pertencer às verbas direcionadas ao processamento da folha de pagamento, é realizada diretamente pelo Departamento de Administração do Ministério da Defesa – DEADI (UG 110404) mediante acompanhamento e a emissão mensal de Notas de Movimentação de Créditos por parte do Hospital das Forças Armadas.

Quadro 4 - Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		09HB Tipo: Operações Especiais				
Título		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.				
Iniciativa		Ação sem iniciativa				
Objetivo		Ação sem objetivo Código: ---				
Programa		2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Operações Especiais				
Unidade Orçamentária		52902 – Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.889.140,00	21.893.989,00	19.618.746,40	19.618.746,40	19.618.746,40	-	-
Execução Física						
Título da meta			Unidade de medida	de Meta	Prevista	Reprogramada (*) Realizada
Não há meta física para esta ação			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Título da Meta		Unidade de medida	Realizada
----	-	-	Não há meta física		-	-

- Título: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais, na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

- Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.

2.3.1.3 Análise do Desempenho Orçamentário

A Lei Orçamentária Anual de 2017 contemplou a Ação 09HB com a dotação inicial na ordem de R\$21.889.140,00. Embora não solicitado pela Unidade, em 28 de dezembro de 2017 foi publicada a Portaria Ministerial nº 476 concedendo suplementação no valor de R\$4.849,00. A mencionada ação, que não conta com meta física, atingiu execução financeira no valor de R\$19.618.746,40, equivalentes a 89,62%, em comparação à dotação orçamentária aprovada. O restante dos créditos não foram necessários para pagamento de contribuição previdenciária apurada na folha de pagamento do exercício, restando R\$2.275.242,60 de dotação disponível. Não houve inscrição de restos a pagar na referida ação e não há desdobramento desta em Planos Orçamentários – PO's.

Cabe ressaltar que esta ação, por pertencer às verbas direcionadas ao processamento da folha de pagamento, é executada por meio de descentralização interna de créditos, os quais são provisionados ao Departamento de Administração do Ministério da Defesa – DEADI (UG 110404) mediante acompanhamento e a emissão mensal de Notas de Movimentação de Créditos por parte do Hospital das Forças Armadas.

Quadro 5 - Construção, aquisição ou reforma de imóveis residenciais para constituir Próprios Nacionais Residenciais para militares e civis lotados no Hospital das Forças Armadas

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		15LU Tipo: Projeto				
Título		Disponibilização de Próprios Nacionais Residenciais para o HFA				
Iniciativa		Ação sem iniciativa				
Objetivo		Ação sem objetivo Código: ---				
Programa		2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Projeto				
Unidade Orçamentária		52902 – Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processados
2.775.721,00	2.775.721,00	1.975.677,36	1.912.620,08	1.835.095,83	77.524,25	63.057,28
Execução Física						
Título da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
Unidade Habitacional Disponibilizada			Unidade	477	220	253
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Título da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	Não há meta física	-	-	

- Título: Construção, aquisição ou reforma de imóveis residenciais para constituir Próprios Nacionais Residenciais para militares e civis lotados no Hospital das Forças Armadas.

- Finalidade: Custear as despesas baseadas em projetos de engenharia executados no âmbito do Hospital ou contratados, no todo ou em parte. Pode, ainda, basear-se na aquisição de material ou sistema já disponíveis no mercado, contratação de serviços de terceiros, ressarcimento de taxas condominiais e outras.

2.3.1.4 Análise do Desempenho Orçamentário

A Lei Orçamentária Anual de 2017 consignou para a Ação 15LU a dotação inicial na ordem de R\$2.775.721,00, não havendo realização de suplementações. Trata-se de uma nova ação disponibilizada para a Unidade após solicitação na fase do PLOA 2017. Na realidade os gastos a ela vinculados já faziam parte das despesas executadas pelo hospital, contudo, a Gestão Administrativa visualizou a necessidade de melhoria na organização gerencial, a qual pode ser implantada a partir da adoção deste projeto. A ação possui meta física, a qual foi reavaliada no 1º semestre/2017 e superada ao final do exercício, ou seja, foi atingida a realização de 115% do quantitativo reprogramado. As despesas executadas (liquidadas) se limitaram a aquisição de material de consumo (1%) e custeio de outros serviços de terceiros, principalmente para associação de compositores dos PNR's (38,3%) e Tecnical Engenharia Ltda (46,2%).

Quanto aos resultados, os dados indicam a realização financeira (valor liquidado) no montante R\$1.912.620,08, menos de 70% da dotação orçamentária aprovada. Entretanto, em virtude dos bloqueios de créditos imputados a este nosocômio, o montante de R\$800.00,00 permaneceu indisponível para execução, justificando percentual atingido. A princípio foram bloqueados R\$1.000.000,00 da dotação, via 2017ND800009 de 05/05/2017, sendo liberados R\$200.000,00 em 17/10/2017, via 207ND800013. A inscrição de restos a pagar processados e não processados foi irrisória, totalizando o valor de R\$140.581,53 referentes às despesas condominiais. Não houve desdobramento da ação em Planos Orçamentários – PO's.

Quadro 6 - Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		20TP	Tipo: Atividade			
Título		Ativos Civis da União				
Iniciativa		Ação sem iniciativa				
Objetivo		Ação sem objetivo	Código: ---			
Programa		2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade				
Unidade Orçamentária		52902 – Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não Processados
132.932.445,00	120.954.451,00	119.651.059,59	119.651.059,59	119.571.502,37	79.557,22	-

Execução Física					
Título da meta			Unidade de medida	Meta	
				Prevista	Reprogramada (*)
Não há meta física para esta ação			---	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Título da Meta	Unidade de medida	Realizada
11.000,00	553,52	-	Não há meta física	-	-

À dotação inicial foram imputados dois cancelamentos no decorrer do ano. O primeiro se deu diretamente através da Portaria Ministerial nº 321, de 18/10/2017, no valor de R\$11.000.000,00. Em dezembro/2017 a Unidade apurou os saldos das dotações para folha de pagamento e verificou a iminente sobra de recursos na ação em comento. Assim foi ofertado o valor de R\$395.000,00 para remanejamento às outras ações carentes de dotação para fechamento do exercício, conforme pedidos inseridos no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP sob os registros nº 104023 e 104024. Contudo, a Portaria Ministerial nº 463, de 22/12/17, divulgou o cancelamento de R\$1.000.000,00 de créditos na ação 20TP, totalizando os R\$12.000.000,00 cancelados no ano. Embora não solicitado pela Unidade, em 28 de dezembro de 2017 foi publicada a Portaria nº 476 concedendo suplementação no valor de R\$22.006,00, os quais não foram necessários para execução da despesa. Quanto aos restos a pagar, foi realizada a inscrição de R\$79.557,22 processados, que correspondem às obrigações patronais com FGTS. Nos valores pertinentes a exercícios anteriores, identifica-se o montante de R\$11.000,00 reinscritos pertinentes a verbas de adicional noturno e sentenças judiciais. Não há desdobramento da ação em Planos Orçamentários – PO's.

- Título: Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.

- Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União de acordo com o estabelecido na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e da CLT.

2.3.1.5 Análise do Desempenho Orçamentário

A Lei Orçamentária Anual de 2017 consignou para a Ação 20TP a dotação inicial na ordem de R\$132.932.445,00. A ação, que não conta com meta física, realizou execução financeira no valor de R\$119.571.502,37 equivalentes a 89,94%, em comparação à dotação orçamentária aprovada.

À dotação inicial foram imputados dois cancelamentos no decorrer do ano. O primeiro se deu diretamente através da Portaria Ministerial nº 321, de 18/10/2017, no valor de R\$11.000.000,00. Em dezembro/2017 a Unidade apurou os saldos das dotações para folha de pagamento e verificou a iminente sobra de recursos na ação em comento. Assim foi ofertado o valor de R\$395.000,00 para remanejamento às outras ações carentes de dotação para fechamento do exercício, conforme pedidos inseridos no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP sob os registros nº 104023 e 104024. Contudo, a Portaria Ministerial nº 463, de 22/12/17, divulgou o cancelamento de R\$1.000.000,00 de créditos na ação 20TP, totalizando os R\$12.000.000,00 cancelados no ano. Embora não solicitado pela Unidade, em 28 de dezembro de 2017 foi publicada

a Portaria nº 476 concedendo suplementação no valor de R\$22.006,00, os quais não foram necessários para execução da despesa. Quanto aos restos a pagar, foi realizada a inscrição de R\$79.557,22 processados, que correspondem às obrigações patronais com FGTS. Não há desdobramento da ação em Planos Orçamentários – PO's.

Cabe ressaltar que esta ação, por pertencer às verbas direcionadas ao processamento da folha de pagamento, é realizada por meio de descentralização interna de créditos, os quais são provisionados ao Departamento de Administração do Ministério da Defesa – DEADI (UG 110404) mediante acompanhamento e a emissão mensal de Notas de Movimentação de Créditos por parte do Hospital das Forças Armadas.

Quadro 7-Desenvolvimento, manutenção e operação da infraestrutura médico-hospitalar do Hospital das Forças Armadas

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		20XT Tipo: Atividade				
Título		Prestação de Serviços Médico-Hospitalares do Hospital das Forças Armadas				
Iniciativa		Ação sem iniciativa				
Objetivo		Ação sem objetivo Código: ---				
Programa		2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade				
Unidade Orçamentária		52902 – Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
49.275.907,00	49.275.907,00	39.138.669,07	33.966.374,77	33.469.601,46	496.773,31	5.172.294,30
Execução Física						
Título da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
Paciente Atendido		Unidade	217.222	340.144	335.837	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Título da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.590.525,56	1.559.857,92	705.376,39	-	-	-	

- Título: Desenvolvimento, manutenção e operação da infraestrutura médico-hospitalar do Hospital das Forças Armadas, atendimento das demandas relacionadas com os serviços finalísticos, fomento ao desenvolvimento de pesquisas médicas, bem como a realização de programas de ensino médico, de enfermagem e de programa de intercâmbio, e oferecimento de treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público. Prestar assistência médica, odontológica e hospitalar aos militares da ativa e inativos e seus

dependentes, servidores do HFA, Ministério da Defesa, Presidência da República, Corpo Diplomático e demais órgãos conveniados, suprindo necessidades de materiais, serviços, obras e equipamentos atinentes à manutenção da Unidade, e capacitar o servidor do HFA no desempenho de suas funções institucionais

- Finalidade: Prestar assistência médica, odontológica e hospitalar aos militares ativos e inativos e seus dependentes, servidores do HFA, Ministério da Defesa, Presidência da República, Corpo Diplomático e demais órgãos conveniados, atentando para o disposto na Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013; Decreto nº 8.422, de 20 de março de 2015.

2.3.1.6 Análise do Desempenho Orçamentário

No exercício de 2017 a referida ação teve como produto principal a prestação de assistência médica global, incluindo prevenção, tratamento ambulatorial e de hospitalização, recuperação, reabilitação e assistência médico-social aos militares da ativa, reserva e reformados e seus dependentes, servidores civis do HFA e instituições conveniadas e seus dependentes. Nessa condição, a ação responde pelo suprimento dos inúmeros materiais de uso médico-hospitalar-odontológico, pelo custeio da contratação de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos hospitalares e, ainda, o fornecimento de equipamentos para a atividade-fim, entre outros. Confere-lhe, ainda, a responsabilidade de promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional por meio da realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como o custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Embora sempre presente em seus normativos, especialmente no decreto pertinente à organização e ao funcionamento, no exercício em análise a competência pertinente a realização de pesquisas médicas recebeu maior ênfase e visibilidade nas atividades da Unidade. Em que pese as dificuldades orçamentárias e organizacionais para efetiva implantação destes trabalhos, a gestão do hospital decidiu pela criação de um novo plano orçamentário na ação em comento visando melhor gerenciamento, transparência e avaliação quanto ao desenvolvimento desta importante responsabilidade institucional do HFA.

A Lei Orçamentária Anual do exercício de 2017 consignou para a Ação 20XT a dotação inicial da ordem de R\$49.275.907,00. Este montante refere-se à meta física inicial de 217.222, na qual se encontram os três planos orçamentários que serão comentados individualmente a seguir. Excepcionalmente também foram recebidos créditos nos Ptes's 129304 e 129305 pertinentes a aprovação de emendas parlamentares, os quais também serão discutidos abaixo. No acompanhamento orçamentário apurado no 1º semestre/2017 foi realizada a reestimativa da meta física, alterando-se a previsão de pacientes atendidos e pesquisas realizadas e mantendo-se a meta de servidor capacitado.

Encerrado o ano, a dotação atualizada correspondia a R\$49.275.907,00, ou seja, não houve suplementação ou cancelamento de dotações. Porém, em virtude das restrições orçamentárias imputadas ao Hospital, não houve disponibilização integral deste montante, ou seja, permaneceu bloqueado o valor de R\$9.358.803,00 englobando tanto créditos de custeio quanto de investimentos. A ação atingiu execução da despesa (liquidações) no valor de R\$33.966.374,77, equivalentes a 85,09%, em comparação à dotação orçamentária efetivamente liberada, qual seja R\$39.917.104,00.

PO 0001 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

A meta física fixada na LOA para o PO em comento foi projetada em 217.000 pacientes a serem atendidos e alcançado o quantitativo de 335.690. No acompanhamento realizado no 1º semestre/2017 foi realizada a reprogramação da meta física, ocasião em que se alterou a previsão para 340.000 pacientes atendidos, especialmente em virtude da transferência do Pronto Atendimento Médico do HMAB para o HFA.

Embora o quantitativo reprogramado não tenha sido atingido nos registros lançados no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal – SIOP, o número global de pacientes atendidos no HFA de janeiro a dezembro seguramente ultrapassaria a previsão. Em virtude do período disponibilizado para apuração dos atendimentos e prazos fixados para acompanhamento anual no sistema, não foi possível que algumas clínicas encerrassem a avaliação dos dados pertinentes ao último mês do ano, a exemplo da clínica de anestesiologia e laboratório de análises clínicas – LAC. Ou seja, considerando que apenas no LAC é realizada uma média mensal de 6.100 atendimentos, acredita-se que o total real de pacientes atendidos pelo HFA em 2017 ultrapassou a meta reprogramada. Contudo, mesmo se analisado apenas os quantitativos efetivamente lançados no sistema, verifica-se no SIOP o alcance de excelente indicador de eficiência, qual seja 193,36% quanto ao inicialmente calculado.

Do total da dotação inicial, o saldo de R\$46.673.427,00 foi recebido no Ptes 085877, sendo executado o montante total de R\$33.722.795,00, dos quais R\$2.888.016,06 foram realizados através de descentralização de créditos ao Departamento de Administração do Ministério da Defesa – DEADI (UG 110404) para pagamento da residência médica constante na folha de pagamento do HFA.

Conforme citado anteriormente, a Unidade sofreu restrições orçamentárias e todo o contingenciamento dirigido a esta ação foi alocado no plano de trabalho resumido em comento, ou seja, R\$9.358.803,00. Desta soma, o saldo de R\$6.358.803,00 recaiu sobre recursos para custeio e R\$3.000.000,00 sobre recursos de investimentos, conforme pode ser verificado no SIAFI, conta contábil 622120108 – Crédito Bloqueado RP2 e RP3-Dec Prog. Orçamentária. Desta forma, analisando os créditos efetivamente disponíveis (R\$37.454.021,00) e as liquidações realizadas (R\$33.722.795,00), obtém-se um resultado de 90,03% de execução. Se comparados os créditos às despesas empenhadas este resultado alcança 99,91% execução.

Quanto a aplicação dos recursos, o Hospital empenhou a maioria dos créditos no custeio das despesas com aquisição de material de consumo, locação de mão de obra e outros serviços de terceiros PJ, correspondendo a 96,43% do total de R\$32.748.894,27. Tais despesas são relacionadas aos gastos com contratos continuados e insumos médicos hospitalares fundamentais para a manutenção dos serviços prestados e estão discorridas no quadro *Despesas por grupo e elemento de despesa* deste relatório.

Por meio do Ofício nº 7.079/SEORI/SG-MD, de 13 de abril de 2017, foi informado que o limite orçamentário para execução das despesas discricionárias em 2017 seria de R\$51.631.896,00. Assim, o contingenciamento sobre a dotação inicial das ações discricionárias atingiu o montante de R\$16.758.803,00, impactando tanto nas despesas correntes como nas de capital. Contudo, após tratativas junto ao Ministério da Defesa, em 17/04/2017 foi processada a 2017ND800013, pela qual foi realizado o desbloqueio de R\$2.000.000,00, fixando o novo saldo de R\$14.758.803,00 de créditos disponibilizados. Considerando apenas o plano orçamentário em comento, houve a redução

de aproximadamente 20% da dotação recebida. O contingenciamento significou restrições na manutenção das atividades do HFA, especialmente no campo finalístico. Na realidade, o cenário foi amenizado devido às alterações orçamentárias solicitadas no SIOP e predominantemente pelas movimentações de créditos originárias dos fundos de saúde das três forças armadas disponibilizados na Ação 2004.

Avaliando ainda a dotação inicial, o montante de R\$735.000,00 foi recebido no Ptes 129304 e 129305 provenientes de emenda parlamentar, conforme 2017ND800006 de 11/01/17. O recurso foi concedido para aplicação em investimentos, qual seja a aquisição de ambulâncias equipadas com UTI. Do total, o valor de R\$275.000,00 refere-se à emenda 17730019 (Deputado Autor: Jair Bolsonaro) destinada à aquisição de 01 veículo; o valor de R\$ 460.000,00 refere-se à emenda 37160010 (Deputado Autor: Marcelo Squassoni) destinada à aquisição de 02 veículos. Contudo, o crédito não obteve priorização dentre as emendas impositivas do ano calendário e manteve-se bloqueado integralmente pela Secretaria de Orçamento e Finanças até o final de novembro. Somente em 28/11/17, via 2017ND800023, foi liberado o limite de R\$8.186,00 do Ptes 129304, contudo, devido à inexpressiva quantia não foi possível empregar o recurso na aquisição dos transportes retrocitados.

A inscrição de restos a pagar no exercício referente ao Plano Orçamentário em análise fixou-se em R\$496.773,31 processados e R\$3.698.838,09 não processados. O saldo processado relaciona-se totalmente com despesas de custeio como limpeza e conservação, R\$ 167.030,30; manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, R\$165.599,03; material farmacológico, R\$32.227,35; dentre outras. No montante não processado, R\$3.141.306,18 pertence a outras despesas correntes, nas quais 62,10% estão vinculados a material de consumo predominantemente hospitalar, ambulatorial, odontológico, químico, farmacológico, gêneros de alimentação para pacientes, gases e outros materiais engarrafados e serviços de limpeza e conservação hospitalar e de apoio administrativo, técnico e operacional, por exemplo. Para despesas em investimentos houve inscrição no total de R\$557.531,91, cerca de 15% do total não processado. Dentre as despesas de capital, mais da metade está vinculada a aquisição de aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológico, laboratoriais e hospitalares, ou seja, R\$242.420,88. Assim, a inscrição total em restos a pagar do exercício correspondeu a menos de 9% da dotação inicial da ação, ou seja, montante não significativo.

Quando comparados os resultados dos exercícios de 2016 e 2017, verifica-se uma majoração dos valores inscritos, sendo que tal constatação vincula-se diretamente a redução do limite de movimentação e empenho concedido a Unidade. Enquanto em 2016 foram liberados R\$60.922.3580,00, para o exercício de 2017 o teto foi R\$53.631.896,17. Assim, considerando os inevitáveis aumentos de despesas relacionadas ao próprio mercado de consumo, houve a necessidade de um maior vulto inscritos em restos a pagar, entretanto, manteve-se um baixo percentual de recursos nesta situação, ou seja, apenas 9% da dotação inicial de 2017.

PO 0002 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

A meta física prevista para o PO em comento foi projetada em 124 servidores a serem capacitados, sendo alcançado o quantitativo de 121 pessoas. Durante o exercício de 2016 a Unidade elaborou uma nova sistemática para o planejamento das capacitações, a qual em 2017 foi efetivamente implantada e desenvolvida, sendo registradas todas as despesas abarcadas pela descrição deste plano orçamentário. Considerando este novo cenário, o HFA preservou os recursos

orçamentários desta finalidade, não sendo direcionados contingenciamentos para capacitações neste exercício. Embora a meta física não tenha sido atingida, a previsão ao final do ano era a superação da mesma em 17 servidores, contudo, fatores intervenientes como cancelamento de cursos e impossibilidade de contratação impediram o alcance deste resultado.

Do total da dotação inicial da ação, o saldo de R\$117.466,00 foi destinado ao Ptes 085878, correspondente ao plano orçamentário em comento. Cumpre destacar que nos últimos exercícios (2014-2016) a dotação para esta finalidade jamais superou a faixa de R\$100.000,00. Em que pese a não execução completa dos créditos recebidos naqueles período, as novas diretrizes firmadas para 2017 sinalizavam a necessidade de mais recursos para alcance na massa de servidores que careciam de atualização profissional. Assim, na fase do PLOA 2017, a Unidade pleiteou cerca de R\$760.000,00 para este plano orçamentário, conforme pode ser constado no SIOP, contudo, a LOA do exercício fixou a dotação no montante citado anteriormente.

Visando a realização do planejamento elaborado, mesmo que não integral, foi inserido o registro nº 73087 para remanejamento de créditos entre os planos orçamentários da ação em comento. Logo, foi pedido e processado o direcionamento de R\$310.000,00 inicialmente alocados no PO 0003 (Fomento ao Desenvolvimento de Pesquisas Médicas) para ampliar a disponibilidade recursos no custeio das capacitações. Contudo, devido ao contingenciamento imputado ao hospital, foi incluído um novo pedido no SIOP, nº 103483, solicitando o remanejamento de todo o saldo disponível para custeio do PO 0001 (Manutenção dos Serviços Médicos Hospitalares), o qual abarcou a maior parcela dos bloqueios realizados. Desta forma, em 29/11/17 foi processada a 2017ND800024 no valor de R\$ 139.397,00, atualizado a dotação para R\$288.069,00, da qual foram executados R\$234.788,47 (liquidado). Os recursos foram empregados no custeio de diárias, R\$71.979,47; passagens, R\$ 51.548,02; serviços de terceiros PJ, R\$ 100.579,40; dentre outros.

A inscrição de restos a pagar no exercício restringiu-se a R\$42.244,19 não processados, onde R\$39.477,25 destinaram-se a prestação de serviços de seleção e treinamento e R\$2.766,94 para indenizações e restituições. Tal saldo simboliza a uma margem irrelevante, correspondendo a menos de 15% dos recursos.

Cumpre destacar que a Unidade está em constante aperfeiçoamento dos critérios e processos para condução do objeto deste plano orçamentário. O reflexo disto já pode ser percebido na melhora progressiva das metas físicas alcançadas, partindo-se de 32 servidores em 2016 para 121 profissionais em 2017.

PO 0003 – FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS MÉDICAS E PROGRAMAS DE INTERCÂMBIO

O presente plano orçamentário foi implantado neste exercício após solicitação da Unidade na fase do PLOA. Sua característica é a aquisição de insumos e materiais para a realização de pesquisas médicas, bem como a execução de programas de ensino médico, de enfermagem e de programas de intercâmbio científico com associações e entidades afins. Este desmembramento da ação visa uma maior transparência e gerenciamento dos recursos do hospital nas suas diversas competências, convergindo com as recentes mudanças no organograma da instituição.

A dotação inicial equivaliu a R\$1.750.014,00, os quais possuíram por meta física inicial a realização de 109 pesquisas médicas. Na ocasião do acompanhamento orçamentário do 1º semestre a meta foi reprogramada para 20, o que verifica-se cabível considerando a inexistência de dados financeiros históricos para melhor mensuração dos recursos necessários e a duração dos processos. Ao final do exercício foi alcançado o resultado de 26 pesquisas, ou seja, 130% da meta reestimada.

Dentre as realizações podem ser citados os estudos: Gota axial e Perfil epidemiológico dos pacientes submetidos a ureterolitotripsia transureteroscópica.

Do total da dotação inicial, o saldo de R\$708.986,00 foi recebido para realização de investimentos e R\$1.041.028,00 para custeio. Contudo, conforme comentado anteriormente, em novembro foi solicitado o remanejamento de créditos entre os PO's da ação 20XT, reduzindo em R\$310.000,00 a dotação inicial, assim a dotação atualizada firmou-se em R\$1.440.014,00. O HFA preservou os recursos orçamentários desta finalidade, não sendo direcionados contingenciamentos para pesquisas neste exercício, e alcançou a faixa de R\$1.440.0003,32 de créditos empenhados.

Justamente por tratar-se de uma nova sistemática de gestão e clareza operacional, a maior parcela dos recursos foi empregada em estrutura, ou seja, investimento. Diante disto foi incluído um novo pedido no SIOP, nº 96889, solicitando o remanejamento de créditos de custeio para investimento no valor de R\$675.948,00. Desta forma, foram alocados R\$1.384.923,32 na aquisição de equipamentos e material permanente como capinógrafo, vaporizador, autoclaves, simulador computadorizado, lavadora ultrassônica, manequins, cabine sanitária portátil, espectrofotômetro, centrífuga refrigerada, unidade integrada para endoscopia, ecógrafo, etc. Em outras despesas correntes foram direcionados R\$55.080,00 para aquisição de material de consumo e locação de mão de obra.

Em que pese o emprego praticamente integral dos créditos disponíveis, o montante de liquidações não apresentou os patamares desejados por conta dos prazos para realização dos dispendiosos processos licitatórios, os quais foram concluídos mais expressivamente no mês dezembro.

Diante desta realidade, a inscrição de restos a pagar no exercício compreendeu o saldo de R\$1.380.691,32 não processados, onde R\$1.114.611,32 destinaram-se ao detalhamento 44905208 – Apare.Equip.Utens.Médico, Odontológico, Laboratorial e Hospitalar; R\$5.080,00 ao detalhamento 44905212 – Aparelhos e utensílios domésticos; e R\$261.000,00 à 44905252 – Veículos de tração mecânica.

Quadro 8 - Serviços administrativos ou de apoio

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial					
Código	2000		Tipo: Atividade			
Título	Administração da Unidade					
Iniciativa	Ação sem iniciativa					
Objetivo	Ação sem objetivo		Código: ---			
Programa	2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa		Código: 2108 Tipo: Atividade			
Unidade Orçamentária	52902 – Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
17.074.071,00	17.074.071,00	12.446.355,65	11.723.798,32	11.617.838,34	105.609,98	704.309,37

Execução Física da Ação					
Título da meta		Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
Não há meta física para esta ação		---	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Título da Meta	Unidade de medida	Realizada
2.026.127,58	1.701.368,59	299.475,60	Não há meta física	-	-

A inscrição de restos a pagar processados no exercício totalizou R\$ 105.609,98, correspondente às despesas empenhadas no Ptres 085876, no qual foi recebida a dotação inicial, e R\$1.943,02 no Ptres 085615, no qual foi recebida a provisão. Quanto aos RP's não processado foram inscritos R\$704.309,37 no Ptres 085876 e R\$401.629,44 no Ptres 085615. A maior parte dos créditos inscritos, independente do processamento, estão relacionados às despesas de custeio como aquisição de gases e outros materiais engarrafados, serviços de limpeza e conservação, fornecimento de alimentação, serviços de cópias e reprodução de documentos, dentre outros, representando cerca de 82,8%; uma menor parcela das inscrições, cerca de 17,2%, refere-se às despesas de capital relacionadas, principalmente, à aquisição de materiais de tecnologia da informação, sendo registrado o montante de R\$187.629,00 nesta finalidade.

Na comparação dos resultados dos exercícios de 2016 e 2017, verifica-se uma diminuição significativa dos valores inscritos em restos a pagar na Ação em comento, partindo-se do total de R\$2.026.127,58 naquele exercício para R\$809.919,35 no ano em análise, registrando cerca de 60% de redução. Na realidade, se verificado o ano de 2015 é possível constatar que, deste este período, os valores inscritos apresentam progressiva baixa, o que demonstra a melhoria da Unidade no que se refere a execução da despesa com atenção aos impactos nos exercícios seguintes.

- Título: Serviços administrativos ou de apoio; manutenção e uso de frota veicular; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados; despesas com tecnologia da informação e comunicações, sob a ótica "meio", que incluem o desenvolvimento de sistemas de informações, aquisição de equipamentos e contratação de serviços técnicos e administrativos de apoio, desde que voltados à administração geral de cada Órgão; capacitação de servidores em temas e ferramentas de uso geral; despesas com viagens e locomoção, incluindo aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins; realização de estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas; demais atividades - meio necessárias à gestão e à administração da unidade.

- Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas, cumprindo o disposto na Constituição Federal 1988, Decreto-Lei nº 200/1967 e Lei nº 10.683/2003.

2.3.1.7 Análise do Desempenho Orçamentário

A Lei Orçamentária Anual de 2017 destinou para a Ação 2000, a qual não possui meta física, a dotação orçamentária de R\$17.074.071,00. Embora a dotação não tenha sofrido alterações, permanecendo o mesmo montante até o final do exercício, houve a realização de contingenciamentos no limite orçamentário a utilizar no valor de R\$4.600.000,00. A ação, que não conta com meta física e desdobramentos em Planos Orçamentários – PO's, obteve execução da despesa (liquidações) no valor de R\$11.723.798,32. Contudo, parte do montante liquidado corresponde aos créditos recebidos de outra unidade orçamentária mediante provisão.

Tendo em vista o significativo valor bloqueado na ação, conforme retrocitado, foram realizadas gerências junto ao Ministério da Defesa no intuito de amparar o HFA no custeio das despesas. Assim, em 28/11/2017 foi processada a 2017NC002686, advinda do Departamento de Administração do Ministério da Defesa – DEADI (UG 110404), no valor de R\$2.000.000,00 (identificada através do Plano de Trabalho Resumido – Ptres nº 085615) suprimindo este nosocômio para cumprimento de diversas despesas administrativas. Dentre as principais destinações do recurso, podem ser citadas despesas contratuais referentes ao fornecimento de alimentação, serviço de água e esgoto e a instalação e configuração de firewall. Ao final do exercício as movimentações recebidas daquela UG totalizaram R\$2.005.167,01.

Durante o exercício foram descentralizados créditos via destaque no valor total de R\$38.586,61 para pagamento de despesas com serviços gráficos. Os destaques foram concedidos em sua totalidade para o Estado-Maior do Exército Setorial Orçamentária (UG 160087), sendo formalizados através das 2017NC000002, 2017NC000007, 2017NC000013. Ao final do ano-calendário o saldo total de R\$513,88 foi devolvido pela UG 160087 tendo em vista a sua não aplicação nos serviços pré-determinados. Houve ainda a disponibilização de R\$260.000,00 via provisão para custeio de despesas relacionadas a residência médica no mês de dezembro/2017, conforme 2017NC000018, de 18/12/2017.

A inscrição de restos a pagar processados no exercício totalizou R\$107.553,00, correspondente às despesas empenhadas, predominantemente, no Ptres 085876, no qual foi recebida a dotação inicial, e no Ptres 085615, no qual foi recebida a provisão. Quanto aos RP's não processado foram inscritos R\$704.309,37 no Ptres 085876 e R\$401.629,44 no Ptres 085615. A maior parte dos créditos inscritos, independente do processamento, estão relacionados às despesas de custeio como aquisição de gases e outros materiais engarrafados, serviços de limpeza e conservação, fornecimento de alimentação, serviços de cópias e reprodução de documentos, dentre outros, representando cerca de 82,8%; uma menor parcela das inscrições, cerca de 17,2%, refere-se às despesas de capital relacionadas, principalmente, à aquisição de materiais de tecnologia da informação, sendo registrado o montante de R\$187.629,00 nesta finalidade.

Quanto aos restos a pagar de exercícios anteriores, pode-se identificar um simplório saldo de R\$28.033,39 mantidos para reinscrição no exercício. Este valor corresponde às despesas com custeio de material hospitalar, gases e outros materiais engarrafados, material para manutenção de bens imóveis e instalações, manutenção de software e manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, não havendo registro de valores para o grupo de despesas investimentos.

Na comparação dos resultados dos exercícios de 2016 e 2017, verifica-se uma diminuição significativa dos valores inscritos em restos a apagar na Ação em comento, partindo-se do total de R\$2.028.650,61 naquele exercício para R\$1.213.491,81 no ano em análise, registrando cerca de 40% de redução. Na realidade, se verificado o ano de 2015 é possível constatar que, deste este

período, os valores inscritos apresentam progressiva baixa, o que demonstra a melhoria da Unidade no que se refere a execução da despesa com atenção aos impactos nos exercícios seguintes.

Quadro 9 - Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		2004		Tipo: Atividade		
Título		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis.				
Iniciativa		Ação sem iniciativa				
Objetivo		Ação sem objetivo		Código: ---		
Programa		2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade				
Unidade Orçamentária		52902 – Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
762.300,00	1.251.684,00	1.251.684,00	1.241.103,16	1.236.683,95	4.419,21	10.580,84
Execução Física da Ação						
Título da meta			Unidade de medida	de Meta	Prevista	Reprogramada (*)
Não há meta física para esta ação			---	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Título da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	Não há meta física	-	-	

- Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.

- Descrição: Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exceto pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.

2.3.1.8 Análise do Desempenho Orçamentário

Os recursos da Ação 2004 destinam-se a atender de maneira suplementar os custos decorrentes da assistência médica e odontológica aos servidores da Unidade. Para o exercício em comento a LOA dispensou R\$ 762.300,00, contudo, no mês de dezembro foram processadas duas suplementações resultando numa dotação atualizada de R\$ 1.251.684,00. O primeiro crédito suplementar foi disponibilizado em 22/12/17 no valor de R\$ 12.384,00, conforme descrito na Portaria Ministerial nº 463, DOU de 22/12/2017; o segundo reforço foi recebido no valor de R\$ 477.000,00, conforme descrito na Portaria Ministerial nº 476, DOU de 28/12/2017. Todos estes

recursos foram registrados sob o Ptes 127825. Do novo montante, a execução (liquidações) totalizou R\$ 1.241.103,16, equivalentes a 99,15% da dotação, sendo o restante dos empenhos inscritos em restos a pagar não processados, conforme disposto no quadro inicial. As despesas executadas concentraram-se em quatro elementos de despesa, quais sejam material de consumo, R\$ 55.501,79; outros serviços de terceiros, R\$ 650.628,38; despesas de exercícios anteriores, R\$ 492.566,65; e indenizações e restituições, R\$ 42.406,34.

Em continuidade às tratativas firmadas em 2016 entre as Organizações Militares de Saúde e o Hospital das Forças Armadas, durante o exercício foram recebidas diversas descentralizações orçamentárias e financeiras referentes ao ressarcimento das despesas decorrentes da prestação recíproca de assistência médico hospitalar. Os recursos provieram das Unidades: Comando do Exército (OU 52121). Comando da Marinha (OU 52131), Fundo Aeronáutico (OU 52911), Fundo do Exército (OU 52921). Fundo Naval (OU 52931), e somaram R\$ 26.096.465,33 provisionados e/ou destacados ao HFA.

O montante recebido foi empregado principalmente em aquisição de material de consumo vinculado aos serviços médicos e hospitalares, bem como em serviços de terceiros essenciais para a manutenção da atividade finalística da Unidade. A origem dos créditos configurou-se em 45,62% para materiais de consumo como medicamentos (Ex: 2017NE802296, 2017NE802743), material de laboratório (Ex: 2017NE800874, 2017NE801624), gás liquefeito (Ex: 2017NE801393) e material médico hospitalar (Ex: 2017NE801568, 2017NE802073); outros 40,97% em serviços de terceiros como manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos (Ex: 2017NE802430, 2017NE802272), fornecimento de energia elétrica (Ex: 2017NE802086) e fornecimento de alimentação (Ex: 2017NE801583, 2017NE800256); e 13,41% direcionados para locação de mão de obra como serviço de limpeza hospitalar (Ex: 2017NE802464) e de lavanderia técnica hospitalar (Ex: 2017NE802463).

Além dos ressarcimentos foram recebidas dotações para aplicação em investimentos no Hospital num total de R\$ 6.228.766,02 provenientes do Exército, sendo que ao final do exercício foram devolvidos R\$ 269,48 à Unidade de origem devido a não aplicação. Os créditos continham recursos para reforma da Unidade de Terapia Intensiva – UTI no saldo de R\$ 4.108.766,02, 2017NC000843; aquisição de equipamento de cintilografia do miocárdio para clínica de medicina nuclear na importância de R\$ 1.620.000,00, 2017NC003060; e para infraestrutura do sistema de gestão hospitalar no montante de R\$ 500.000,00, 2017ND000714.

Assim foram descentralizados ao Hospital das Forças Armadas, nesta ação orçamentária, uma monta global de R\$ 32.325.231,35, seja por provisão, seja por destaque. Deste valor R\$ 8.497.980,51 foram inscritos em restos a pagar, sendo R\$ 183.520,72 processados e R\$ 8.314.459,79 não processados.

Dos valores não processados, o saldo mais significativo corresponde às despesas com investimento para reforma da UTI e aquisição do aparelho de cintilografia, tendo em vista a necessidade de mais tempo para encerramento dos processos licitatórios na contratação destes prestador/fornecedor. Somente para estas duas finalidades o montante inscrito totalizou R\$ 5.588.591,47, ou seja, 67,21%. O restante dos créditos representam despesas com custeio da Unidade, onde R\$2.250.823,70 referem-se a material de consumo, R\$ 358.482,60 para serviços de terceiros e R\$ 116.562,02 para locação de mão de obra. Desta forma, desconsiderando o montante inscrito em restos a pagar de investimentos, o qual a tramitação legal demanda maior prazo, é possível verificar uma excelente execução dos recursos recebidos.

Quadro 10 - Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		2101 Tipo: Atividade				
Título		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares.				
Iniciativa		Ação sem iniciativa				
Objetivo		Ação sem objetivo Código: ---				
Programa		2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade				
Unidade Orçamentária		52902 – Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.498.620,00	1.498.620,00	1.489.809,15	1.489.809,15	1.489.809,15	-	-
Execução Física da Ação						
Título da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
Não há meta física para esta ação		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Título da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	Não há meta física		-	-

- Título: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.

- Finalidade: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar, de acordo com o estabelecido no inciso IV, do art. 54 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; art. 3º do Decreto nº 977, de 10 de novembro de 1993 e demais legislações específicas.

2.3.1.9 Análise do Desempenho Orçamentário

A Ação 2010, que não conta com meta física e desdobramento em Planos Orçamentários – PO's, recebeu da Lei Orçamentária 2017 a dotação inicial de R\$ 1.498.620,00, montante cerca de quatro vezes maior que o recebido em 2016. A majoração na dotação não surpreendeu, visto que no exercício anterior foram necessários mais de R\$ 1.000.000,00 de recursos suplementares para execução da despesa. Diante deste crescimento, não houve necessidade de créditos suplementares, pelo contrário, o crédito sobressalente foi oferecido para remanejamento entre ações. O pedido foi registrado no SIOP sob o nº 104023, no valor de R\$10.000,00, para suplementação da ação de auxílio-transporte, sendo processo mediante a publicação da Portaria Ministerial nº 463, DOU de 22/12/2017.

Quanto aos resultados, os dados indicam a realização financeira (valor liquidado) no montante R\$ 1.489.809,15 (Um milhão quatrocentos e oitenta e oito mil novecentos e dez reais e trinta e cinco centavos), equivalentes a 99,41%, em comparação à dotação orçamentária aprovada.

Assim, a ação apresentou um excelente índice de execução e não teve valores inscritos em restos a pagar.

Cabe ressaltar que, por pertencer às verbas direcionadas ao processamento da folha de pagamento, a ação é realizada por meio de descentralização interna de créditos, os quais são concedidos ao Departamento de Administração do Ministério da Defesa – DEADI (UG 110404) mediante acompanhamento e a emissão mensal de Notas de Movimentação de Créditos por parte do Hospital das Forças Armadas.

Quadro 11 - Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		2011 Tipo: Atividade				
Título		Auxílio-transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares.				
Iniciativa		Ação sem iniciativa				
Objetivo		Ação sem objetivo Código: ---				
Programa		2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade				
Unidade Orçamentária		52902 – Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.836.684,00	2.181.684,00	2.169.267,66	2.169.267,66	2.169.267,66	-	-
Execução Física da Ação						
Título da meta		Unidade medida	de	Meta		
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
Não há meta física para esta ação		---		-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Título da Meta	Unidade medida	de	Realizada
-	-	-	Não há meta física	-		-

- Título: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

- Finalidade: Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, atentando para o disposto na Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001; Decreto 2.880, de 15 de dezembro de 1998; Decreto 95.247, de 17 de novembro de 1987 e demais legislações específicas.

2.3.1.10 Análise do Desempenho Orçamentário

Contemplada na LOA/2017 com dotação da ordem de R\$ 1.836.684,00, a referida ação recebeu suplementação de crédito no valor total de R\$ 345.000,00 no decorrer do exercício, sendo a

primeira realizada mediante a publicação da Portaria Ministerial nº 93, DOU de 22/12/2017, no valor de R\$ 200.000,00. Após apuração dos saldos para realização da folha de pagamento de dezembro/2017, a Unidade verificou a iminente carência de recursos, assim foi incluído o pedido nº 104023 no SIOP solicitando suplementação de R\$ 145.000,00. No mesmo mês foi publicada a Portaria nº 463, DOU de 22/12/2017, concedendo o saldo exato solicitado.

No que tange aos resultados, os dados indicam a realização financeira (valor liquidado) da ordem de R\$ 2.169.267,66, equivalentes a 99,43% de execução, comparativamente à dotação orçamentária final. Não houve inscrição de restos a pagar na referida ação, a qual também não conta com meta física e desdobramento em Planos Orçamentários – PO's.

Cabe ressaltar que esta ação, por pertencer às verbas direcionadas ao processamento da folha de pagamento, é realizada por meio de descentralização interna de créditos, os quais são concedidos ao Departamento de Administração do Ministério da Defesa – DEADI (UG 110404) mediante acompanhamento e a emissão mensal de Notas de Movimentação de Créditos por parte do Hospital das Forças Armadas.

Quadro 12 - Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		2012 Tipo: Atividade				
Título		Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares.				
Iniciativa		Ação sem iniciativa				
Objetivo		Ação sem objetivo Código: ---				
Programa		2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade				
Unidade Orçamentária		52902 – Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.034.966,00	10.983.019,00	10.969.710,97	10.681.656,97	10.681.656,97	-	288.054,00
Execução Física da Ação						
Título da meta		Unidade de medida	de	Meta Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
Não há meta física para esta ação		---		-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Título da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	Não há meta física	-	-	

- Título: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.

- Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado, o auxílio-alimentação, sendo o benefício pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação, atentando

para o disposto na Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992 e Decreto nº 3.887, de 16 de agosto de 2001.

2.3.1.11 Análise do Desempenho Orçamentário

A Lei Orçamentária Anual do exercício contemplou a Ação 2012 com dotação inicial da ordem de R\$ 10.034.966,00, demonstrando um aumento significativo se comparado ao ano anterior, qual seja, R\$ 2.960.534,00 a maior. O incremento visualizado se destinou especialmente sobre a dotação para alimentação de militar em rancho, sendo esta uma demanda antiga da Unidade, tendo em vista as sucessivas atualizações contratuais para custeio desta despesa. A ação possui dois Planos Orçamentários – PO's, não conta com meta física e ao longo do exercício recebeu suplementação no valor total de R\$ 988.053,00.

PO 0001 – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DE CIVIS

Este plano orçamentário caracteriza-se pela concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores civis e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado.

A dotação inicial concedida foi de R\$ 6.650.160,00, havendo suplementação de R\$ 700.000,00 publicada pela Portaria Ministerial nº 93, de 13/04/2017, formalizada na 2017ND800008. Ao final do exercício a Unidade registrou o pedido nº 104023 no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP a fim de oferecer parte do crédito disponível para remanejamento entre ações do mesmo programa de trabalho, visando adequação dos saldos para fechamento da folha de pagamento de dezembro/2017. Assim, por meio da Portaria Ministerial nº 463, de 20/12/2017, foi publicado o cancelamento de R\$ 40.000,00, conforme 2017ND800030.

No que tange aos resultados, os dados indicam a realização financeira (valor liquidado) da ordem de R\$ 7.296.851,97, equivalentes a 99,81% de execução, comparativamente à dotação orçamentária final. Não houve inscrição de restos a pagar neste Plano Orçamentário - PO.

Cabe ressaltar a execução deste PO, por pertencer às verbas direcionadas ao processamento da folha de pagamento, é realizado por meio de descentralização interna de créditos, os quais são provisionados ao Departamento de Administração do Ministério da Defesa – DEADI (UG 110404) mediante acompanhamento e a emissão mensal de Notas de Movimentação de Créditos por parte do Hospital das Forças Armadas.

PO 0004 – ALIMENTAÇÃO DE MILITARES EM RANCHO

Este plano orçamentário caracteriza-se pela provisão de alimentação das Forças Armadas com a finalidade de manter o estado de pronto emprego da tropa mediante aquisição de gêneros e demais insumos, aquisição e manutenção de utensílios para copa e cozinha, depósitos e câmaras frigoríficas, contratação de serviços necessários ao preparo e ao fornecimento da alimentação diária ao pessoal em atividades das Forças Armadas.

A dotação inicial concedida foi de R\$ 3.384.806,00, ou seja, mais que o dobro dos créditos concedidos no exercício anterior, no qual foram recebidos R\$ 1.674.432,00 inicialmente. O aumento na dotação foi de fundamental importância para a execução desde plano orçamentário, visto que nos últimos anos, especialmente de 2015 a 2017, as despesas com fornecimento de alimentação apresentaram um crescimento que não foi acompanhado pelas dotações concedidas. Na

realidade o cenário encontrava-se muito desfavorável, tanto que foi necessária a utilização de créditos de outras ações para cumprimento das obrigações contratuais junto aos prestadores de serviços nestes exercícios. Esta situação foi exposta no início de cada ano calendário e em 2017 foram registrados no SIOP o pedido nº 72666 no valor de R\$ 2.500.000,00, em março/2017, e o pedido nº 96892 no valor de R\$ 2.800.000,00, em agosto/2017, visando a concessão de suplementação orçamentária. Embora o saldo de créditos disponíveis apresentasse o montante de apenas R\$ 18.019,40 em agosto/2017, somente em dezembro foi publicada a Portaria Ministerial nº 463, de 22 de dezembro de 2017, concedendo a suplementação de R\$ 288.053,00, ou seja, certa de 11% no montante requisitado no último pedido. Assim, considerando a suplementação, obteve-se a dotação final de R\$ 3.672.859,00, a qual novamente não foi suficiente para custear a despesa anual, porém apresentou excelente majoração no exercício corrente.

No que tange aos resultados, os dados indicam a realização financeira (valor liquidado) da ordem de R\$ 3.384.805,00 (92,15% da dotação atualizada), sendo que todo o crédito foi empenhado, não sendo possível a liquidação em virtude da data de recebimento da suplementação e prazos para realização de procedimentos administrativos da execução da despesa. Desta forma, houve a inscrição de R\$ 288.054,00 em restos a pagar não processados, conforme demonstrado no quadro acima.

Quadro 13 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	2522		Tipo: Atividade		
Título	Produção de fármacos, medicamentos e fitoterápicos				
Iniciativa	Ação sem iniciativa				
Objetivo	Ação sem Objetivo		Código: ---		
Programa	2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa				
	Código: 2108		Tipo: Atividade		
Unidade Orçamentária	52931 – Fundo Naval				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Título da Meta	Unidade medida	de Realizado
-	-	-	Não há meta física	-	-

A Lei Orçamentária de 2017 não concedeu dotação na ação 2522 ao HFA, contudo, dentre os recursos descentralizados no exercício houve a provisão de R\$ 533.287,55, conforme 2017NC002355. Tendo em vista que uma das grandes despesas realizadas neste nosocômio corresponde a aquisição e disponibilização de medicamentos a coletividade enferma, a Unidade originária do crédito identificou a adequação da utilização desta atividade para ressarcimento dos serviços médicos e hospitalares prestados pelo HFA. Assim em novembro/2017 o recurso foi recebido, sendo executados R\$ 361.542,84 (liquidados). O restante do recurso foi inscrito em restos a pagar não processado, ou seja, R\$ 171.744,71. O montante foi integralmente alocado despesas com serviços de terceiros relacionados a necessidades na atividade finalística, conforme 2017NE802486.

2.3.2 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

Os fatores intervenientes que dificultaram o desenvolvimento das ações orçamentárias do HFA às despesas discricionárias na Ação 2000 – Administração da Unidade e a Ação 20XT – Prestação de Serviços Médico-Hospitalares do Hospital das Forças Armadas, que atendem as atividades meio e finalísticas do HFA, que foram insuficientes para atender ao ano de 2017, bem como o contingenciamento que impactou na execução do planejamento destas Ações Orçamentárias, combinado ao fato da liberação em parcelas, ao longo do ano de 2017 do recursos orçamentários e financeiros dessas Ações, contribuindo para a inscrição de restos a pagar em valores expressivos.

Com relação às despesas obrigatórias, destaca-se a Ação 2012 – Auxílio Alimentação aos servidores civis, empregados e militares, ao qual teve recursos insuficientes para o ano no Plano Orçamentário 0004 – Alimentação de Militares em Rancho.

2.3.3 Obrigações assumidas sem o respectivo crédito autorizado no orçamento

O HFA não assumiu obrigações sem o respectivo crédito autorizado no orçamento, referente ao orçamento de 2017.

2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 14 - Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados (valores em R\$)					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2017 (d) = (a-b-c)	
2016	58.124,91	55.672,27	2.452,64	0,00	
2015	262.997,32	262.997,32	0,00	0,00	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2017 (i) = (e-g-h)
2016	6.917.048,45	5.255.544,38	5.255.544,38	1.020.660,79	640.843,28
2015	704.331,89	253.987,64	253.987,64	450.344,25	0,00
Total	7.621.380,34	5.509.532,02	5.509.532,02	1.471.005,04	640.843,28

Os valores inscritos em restos a pagar processados em 1º de janeiro de 2017 são pertinentes a Ação 2000 – Administração da Unidade, no saldo de R\$ 75,00 e pertinente ao ano de 2016; Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica no saldo de R\$ 55.597,27 e pertencentes ao ano de 2016; e Ação 20XT – Prestação dos Serviços Médicos Hospitalares e de Ensino e Pesquisa Médica no vulto de R\$ 265.449,96 pertinentes aos anos de 2015 e 2016. As inscrições se referiam principalmente às despesas com manutenção e conservação de bens móveis, serviços de água e esgoto e prestação de serviços médicos hospitalares, odontológicos e laboratoriais, sendo que ao final do exercício todos os saldos foram efetivamente pagos.

Quanto aos valores totais não processados e inscritos no início do exercício em análise houve uma distribuição mais equitativa entre as ações onde 27% corresponde à ação 2000, 39% sobre a Ação 2004 e 34% quanto a Ação 20XT.

Na Ação 2000 foi registrado inicialmente o montante de R\$ 2.073.007,21 em restos a pagar não processados, sendo liquidados e pagos o valor de R\$ 1.724.076,14 e cancelados o saldo de R\$ 320.897,68. Dentre os R\$ 28.033,39 mantidos a pagar em 31 de dezembro podem ser citadas as

despesas com NDD 33903024 - Materiais para manutenção de bens imóveis/instalações e NDD 33903908 – Manutenção de Software, as quais

Na Ação 2004 houve em janeiro o registro de R\$2.957.847,57 em restos a pagar não processados, dos quais R\$2.225.597,96 foram liquidados e pagos e R\$444.730,97 cancelados, assim, restaram apenas R\$ 287.518,64 inscritos em dezembro, menos de 10% do valor inicial. As despesas mais vultuosas de fixaram sobre as NDD 33903036 – Material Hospitalar correspondendo ao valor de R\$ 253.000,50, e na NDD 33903043 – Material para reabilitação profissional no montante de R\$ 17.888,86, as quais consolidadas representaram 69,03% do total mantido ao final do exercício.

Vinculada à Ação 20XT foram inscritos R\$ 2.590.525,56 em restos a pagar não processados, sendo R\$1.559.857,92 liquidados e pagos e R\$ 705.376,39 cancelados. Junto aos R\$ 325.291,25 mantido em dezembro de 2017 podem ser identificadas despesas materiais laboratorial no saldo de R\$100.447,00; limpeza e conservação no saldo de R\$ 22.418,42; e R\$ 138.393,34 para despesas de investimento vinculadas a aquisição de software.

Neste panorama apura-se que no exercício em comento houve uma expressiva quitação dos saldos inicialmente registrados em restos a pagar na Unidade, ou seja, o montante do ano de inscrição de 2015 foi totalmente pago e pertinente ao exercício de 2016 foram mantidos apenas x% do vulto inscrito em janeiro de 2017. Desta forma verifica-se o comprometimento da Unidade em não realizar reinscrições de valores para o exercício subsequente, preservando a receita dos orçamentos futuros.

2.3.5 – Informações sobre a execução das despesas

Despesas por modalidade de contratação

Quadro 15 - Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b)	69.601.091,00		59.440.531,12	25,74	54.570.284,98	22,46	53.076.110,02	21,91
a) Concorrência	4.108.766,02	1,59			-	-		
b) Pregão	65.492.324,98	25,28	59.440.531,12	25,74	54.570.284,98	22,46	53.076.110,02	21,91
2. Contratações Diretas (c+d)	19.100.313,75		16.039.021,58	7,37	18.330.082,51	7,55	15.540.342,98	6,55
c) Dispensa	9.203.418,42	3,55	6.463.950,89	3,45	8.766.197,83	3,61	6.250.136,70	3,18
d) Inexigibilidade	9.896.895,33	3,82	9.575.070,69	3,92	9.563.884,68	3,94	9.290.206,28	3,37
3. Regime de Execução Especial (e)	37.871,84	0,01	57.742,76	0,03	37.871,84	0,02	57.742,76	0,03
e) Suprimento de Fundos	37.871,84	0,01	57.742,76	0,03	37.871,84	0,02	57.742,76	0,03
4. Pagamento de Pessoal (f+g)	168.995.622,51	65,23	160.830.802,92	62,18	168.916.065,29	69,52	160.819.505,17	66,51
f) Pagamento em Folha	168.885.617,00	65,19	160.683.957,20	62,15	168.806.059,78	69,47	160.672.659,45	66,47
g) Diárias	110.005,51	0,04	146.845,72	0,03	110.005,51	0,05	146.845,72	0,04
5. Todas as Despesas acima (1+2+3+4)	257.734.899,10	99,48	236.368.098,38	95,32	241.854.304,62	99,55	229.493.700,93	94,99
6. Total das Despesas da UPC	259.078.976,48	100	237.659.047,27	100	243.003.499,04	100	233.731.984,05	100

Fonte: Tesouro Gerencial.

2.3.6 Análise Crítica

Dentre as despesas com contratações, a modalidade mais utilizada pelo hospital para aquisição de insumos médico-hospitalares, bem como para apropriação de suas despesas em custeio, continua sendo o Pregão, predominantemente o Eletrônico. Em comparação ao exercício anterior houve uma variação de R\$ 59.440.531,12 empenhados em 2016 para R\$ 65.492.324,98 empenhado em 2017. Contudo a modalidade com maior acréscimo percentual em 2017 foi a Dispensa de Licitação, na qual houve uma majoração de 41,57%, ou seja, foram empenhados R\$ 2.739.467,53 a mais em 2017. Nas demais modalidades não houve variação expressiva dos gastos em comparabilidade entre 2016 e 2017.

Diferente do exercício anterior, em 2017 houve a realização de licitação na modalidade concorrência destinada a execução dos serviços de reforma da Unidade de Terapia Intensiva da Unidade. O recurso foi originariamente provido pelo Fundo do Exército e aplicado integralmente para custeio da contratação do prestador Tecnicall Engenharia Ltda mediante processo de concorrência. O montante empenhado correspondeu a R\$ 4.108.766,02, contudo, apenas R\$ 141.350,07 foram liquidados dentro do período em análise tendo em vista a finalização dos trâmites licitatórios apenas em dezembro, conforme já relatado no quadro da Ação 2004.

Tradicionalmente, o pregão tem sido utilizado para custeio na aquisição de materiais e diversos serviços, especialmente aqueles de prestação continuada, onde se concentram os gastos mais representativos do hospital. Entre os serviços classificados nesta modalidade podem ser citados os prestadores Real JG Serviços Ltda, referente aos serviços de limpeza técnica e administrativa, conforme Pregão Eletrônico nº 43/2016; Nutrisabor Assessoria e Alimentos Ltda, referente ao fornecimento de alimentação, conforme Pregão Eletrônico nº 33/2014; Lavebrás Gestão de Têxteis S.A, referente aos serviços de lavanderia hospitalar, conforme Pregão Eletrônico nº 52/2015; e Tecnicall Engenharia Ltda, referente ao serviço de manutenção de equipamentos, instalações, sistemas e outros serviços inerentes à manutenção e à conservação das instalações do Hospital das Forças Armadas e dos próprios nacionais residenciais sob sua administração, conforme Pregão Eletrônico nº 58/2015. Juntos, estes fornecedores totalizaram despesas pagas no valor de R\$ 22.242.874,92. Nas despesas realizadas para investimentos, a de maior representatividade foi para o prestador GE Healthcare do Brasil Comércio e Serviços para Equipamentos Ltda destinada a aquisição do equipamento de cintilografia mediante Pregão nº 60/2017 no valor de R\$ 1.620.000,00, ou seja, 43,53% do total investido.

As contratações diretas demonstraram execução de R\$19.100.313,75, ou seja, 48,2% sob a forma de dispensa de licitação e 51,8% mediante inexigibilidade, apresentando pouquíssima variação quando comparadas ao exercício passado.

As despesas apropriadas por meio de dispensa de licitação se referem primordialmente às aquisições de materiais de consumo para funcionamento da unidade, tanto em sua atividade fim quanto meio, dos quais se destacam a compra de insumos, medicamentos e materiais de uso médico-hospitalar e odontológico e o pagamento de contratos de serviços em que não haja concorrência entre fornecedores. Neste domínio foram realizadas (liquidadas) despesas totais de R\$ 6.250.136,70 englobando tanto os gastos em custeio quanto em investimentos. Nesta modalidade estão alocados os serviços dos prestadores Companhia Energética de Brasília – CEB, referente ao fornecimento de energia elétrica, conforme Dispensa de Licitação nº 179/2012 e 3R Construções e Serviços Eireli, referente aos serviços de agente de portaria, ascensorista e encarregado geral, conforme Dispensa de Licitação nº 68/2016, dentre outros.

A inexigibilidade normalmente é utilizada para o pagamento de serviços médico-hospitalares, com instituições devidamente credenciadas ao Hospital das Forças Armadas para prestação de serviços de especialidades médicas, exames e procedimentos que não estejam disponíveis no HFA, de modo a oferecer total assistência médica aos servidores do hospital. A inexigibilidade é adotada neste caso em virtude de não haver cerceamento e/ou possibilidade de competição entre os credenciados, uma vez que todos aqueles que atendam as exigências mínimas serão aceitos como credenciados, ficando a seleção da Organização Civil de Saúde a critério do usuário final. As demais despesas apropriadas como inexigibilidade representam contratações de serviços em que não há possibilidade de concorrência por parte dos fornecedores. Em 2017 as despesas mais relevantes foram com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, referente ao fornecimento de água e coleta de esgotos sanitários, conforme Inexigibilidade nº 04/2011; Ge Healthcare do Brasil Comércio e Serviços, referente aos serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de diagnóstico por imagem da Marca GE, conforme Inexigibilidade nº 11/2012; Hospital Santa Helena S/A, referente aos serviços de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e farmacêutica, conforme Inexigibilidade nº 10/2013;

As despesas a título de regime de execução especial foram realizadas unicamente via cartão de pagamento do governo federal, ou seja, não foi concedida a modalidade saque. Os gastos com suprimento de fundos concentraram-se em aquisições de materiais de consumo e serviços de terceiros, totalizando R\$ 37.871,84 de despesas pagas, as quais serão melhor descritas em quadros adiante.

Analisando as modalidades contidas dos itens 1, 2 e 3, percebe-se que a despesa executada, correspondente à empenhada, exibiu crescimento quanto ao exercício anterior. Por outro lado, houve uma leve redução percentual no montante das despesas pagas, partindo-se de 90,91% em 2016 para 82,26% em 2017. Este quadro se deve especialmente às despesas de investimentos com obras e aquisição de equipamentos médicos, nas quais são necessários prolongados processos licitatórios para início da execução da despesa. Ainda assim, os percentuais atingidos são muito positivos.

Quanto a modalidade descrita como Pagamento de Pessoal, cumpre destacar que a execução foi realizada quase que integralmente pela Unidade 110404 - Departamento de Administração do Ministério da Defesa – DEADI/MD, conforme citado em quadros anteriores, restando apenas os gastos com diárias realizada na Unidade Gestora 112408 – Hospital das Forças Armadas.

Quadro 16 - Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal	168.885.617,00	160.683.957,20	168.885.617,00	160.672.659,45		11.297,75	168.806.059,78	160.672.659,45
11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	113.302.976,92	109.205.896,68	113.302.976,92	109.195.896,68	-	10.000,00	113.302.976,92	109.195.896,68
13 – Obrigações Patronais	25.622.138,40	24.773.470,14	25.622.138,40	24.773.470,14		-	25.542.581,18	24.773.470,14
1 – Aposent. RPPS, Reser. Remuner. E Refor. Militar	25.317.504,11	22.548.419,93	25.317.504,11	22.548.255,18		164,75	25.317.504,11	22.548.255,18
Demais elementos do grupo	4.642.997,57	336.991,88	4.642.997,57	335.858,88		1.133,00	4.642.997,57	335.858,88
3. Outras Despesas Correntes	94.330.642,57	87.571.460,32	86.934.101,53	81.420.713,23	7.396.541,04	6.150.747,09	86.212.727,61	81.362.588,32
39 – Outros Serviços de Terceiros PJ – Op.Int.Orç.	35.055.582,07	32.961.691,86	33.543.262,73	31.390.016,88	1.512.319,34	1.571.674,98	33.140.918,48	31.332.191,67
30 – Material de Consumo	23.899.074,85	22.795.213,16	19.425.019,49	18.262.741,23	4.474.055,36	4.532.471,93	19.332.639,23	18.262.516,53
37 – Locação de Mão De obra	19.307.991,34	17.601.344,53	17.909.736,83	17.601.343,53	1.398.254,51	1,00	17.698.357,04	17.601.343,53
Demais elementos do grupo	16.067.994,31	14.213.210,77	16.056.082,48	14.166.611,59	11.911,83	46.599,18	16.040.812,86	14.166.536,59
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos	10.002.525,10	2.980.618,23	2.272.936,41	2.214.316,87	7.729.588,69	766.301,36	2.124.519,84	2.214.316,87
52 – Equipamentos e Material Permanente	5.669.692,58	2.582.559,42	2.124.519,84	2.093.056,87	3.545.172,54	489.502,55	2.124.519,84	2.093.056,87
51 – Obras e Instalações	4.325.766,02	-	141.350,07	-	4.184.415,95	-	-	-
39 – Outros Serviços de Terceiros PJ – Op.Int.Orç.	7.066,50	398.058,81	7.066,50	121.260,00	-	276.798,81	-	121.260,00

Fonte: Tesouro Gerencial.

2.3.7 Análise Crítica

Inicialmente cumpre informar que a execução das despesas pertinentes ao grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais é realizada integralmente pela Unidade 110404 - Departamento de Administração do Ministério da Defesa – DEADI/MD, tendo por fundamentação o Decreto nº 5094, de 1º de junho de 2004 e Instrução Normativa/SEORI/MD nº 03 de 16 de agosto de 2011. Quanto às despesas do grupo 3 - Outras Despesas Correntes, a execução comumente ocorre de forma compartilhada entre a Unidade retrocitada, a qual realiza os gastos referentes aos auxílios e benefícios ao servidor civil e à residência médica, e a Unidade do Hospital das Forças Armadas – HFA, especialmente quanto às ações discricionárias. A realização dos créditos destinados aos investimentos ocorre exclusivamente no âmbito do HFA.

Para a execução das despesas com Pessoal e Encargos Sociais, o Hospital das Forças Armadas efetuou a descentralização de créditos ao Departamento de Administração do Ministério da Defesa condizente com as Ações de Contribuição da União e suas Autarquias (09HB); Pessoal Ativo da União (20TP); e Aposentadorias e Pensões (0181), totalizando empenhos no valor de R\$ 168.885.617,00. Analisando os montantes demonstrados no grupo “1”, verifica-se um aumento da despesa liquidada, qual seja R\$ 8.212.957,55 entre os exercícios de 2016 e 2017. A variação provavelmente está associada às ampliações de carga horária dos servidores da área-fim, tendo em vista a constante perda de profissionais civis da Unidade. Embora tenha acontecido o registro de restos a pagar processados de R\$ 79.557,22 correspondente às obrigações patronais com FGTS, verifica-se que o saldo não corresponde a um valor representativo se comparado à dotação para as despesas desse grupo.

A outra parcela das despesas correntes foi realizada integralmente no grupo “3” e, preponderantemente, pela Unidade HFA. Do total de R\$94.330.642,57, cerca de 15% foi processado pela Unidade DEADI na folha de pagamento, ou seja, vinculam-se as despesas com as Ações de Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade de Civis (00M1), no que se refere ao auxílio natalidade; Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos Servidores Civis (2010); Auxílio Transporte aos Servidores Civis (2011); Auxílio Alimentação aos Servidores Civis (2012); e, excepcionalmente, à Ação de Prestação dos Serviços Médico-hospitalares do HFA(20XT) atinente aos gastos com residência médica.

O restante da realização no grupo, 85%, transcorreu a título de despesas com as Ações de Prestação dos Serviços Médico-hospitalares do HFA (20XT); Administração da Unidade (2000); Alimentação de Militares em Rancho (2012); Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade de Civis (00M1), no que se refere ao auxílio funeral; e Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis e Militares (2004); e Disponibilização de Próprios Residenciais Nacionais para o HFA (15LU). Em que pese as restrições orçamentárias imputadas a Unidade, se consideradas todos os créditos executados por esta unidade em custeio, constata-se uma relevante majoração de valores, partindo-se de R\$ 87.571.460,32 em 2016 para R\$ 94.330.642,57 em 2017. Este fato se associa diretamente às movimentações de recursos orçamentários destinados ao HFA, em especial sob a Ação 2004, conforme detalhado no quadro específico da ação. Depreende-se do quadro, ainda, um incremento do montante de custeio inscrito em restos a pagar não processados, expressivamente localizada no elemento de despesas locação de mão de obra, qual seja a importância de R\$ 1.245.793,95, contudo uma baixa alteração se analisado o montante global das despesas com o grupo 3.

As despesas de capital demonstraram expressivo crescimento de empenhos realizados entre os exercícios, cerca de 235,6%. Esta situação se deve a priorização de algumas despesas essenciais para renovação e aprimoramento do maquinário da unidade, bem como a realização de obras e reformas. Contudo, o alcance deste montante só foi possível devido a realização de descentralizações orçamentárias provenientes do Fundo do Exército e Comando do Exército, os quais juntos totalizaram R\$ 6.228.766,08 de recursos concedidos, ou seja, 62,3% do total. A baixa liquidação se deve ao período de conclusão dos processos licitatórios, em destaque para a despesa pertinente a reforma da Unidade de Terapia Intensiva que representam R\$ 4.108.766,02 e para aquisição do equipamento de cintilografia no valor de R\$ 1.620.000,00, os quais juntos correspondem a quase R\$ 5.800.000,00 não liquidados e inscritos em restos a pagar.

Quanto as despesas pagas deste grupo o saldo pertence integralmente ao elemento 52 – Equipamentos e Material Permanente, do qual podem ser citados os fornecedores Dell Computadores do Brasil Ltda, CNPJ 72.381.189/0006-25; H Strattner e Cia Ltda, CNPJ 33.250.713/0002-43; Indumed Comércio Importação e Exportação de Produtos, CNPJ 01.852.917/0001-10; e Maquet do Brasil Equipamentos Médicos Ltda, CNPJ 06.028.137/0002-11, dentre outros.

2.3.8 - Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

Quadro 17 - Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	112408	FAHFA	-	-	16	37.871,84	8.000,00
2016	112408	FAHFA	-	-	17	57.742,76	8.000,00

Fonte: Tesouro Gerencial e Siafi Operacional.

Quadro 18 - Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	112408	FAHFA	-	-	-	-	37.871,84	37.871,84
2016	112408	FAHFA	-	-	-	-	57.742,76	57.742,76

Fonte: Tesouro Gerencial e Siafi Operacional.

Quadro 19 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade do SIAFI	Gestora (UG)	Classificação do Objeto Gasto			
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total	
112408	FAHFA	30 – Material de Consumo	01 – Combustível e lubrificantes automotivos	234,00	
			02 – Combustíveis e lubrificantes para outras finalidades	319,20	
			04 – Gás e outros materiais engarrafados	2.420,00	
			06 – Alimento para animais	369,00	
			09 – Material Farmacológico	1.123,11	
			16 – Material de TIC – Material de consumo	1.383,00	
			19 – Material de acondicionamento e embalagem	238,98	
			22 – Material de limpeza e produtos de higienização	1.063,14	
			24 – Material para manutenção de bens imóveis / instalações	6.220,34	
			25 – Material para manutenção de bens móveis	6.628,23	
			26 – Material elétrico e eletrônico	3.833,31	
			28 – Material de proteção e segurança	70,38	
			36 – Material hospitalar	10.591,78	
			42 - Ferramentas	2.007,37	
			39 – Serviços de Terceiros PJ	17 – Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	485,00
				47 – Serviços de comunicação em geral	670,00
50 – Serv. Médico, Hospitalar, Odontológico e Laboratoriais	215,00				

Fonte: Tesouro Gerencial e SIAFI Operacional.

Os pagamentos de faturas realizados em 2017 totalizaram R\$ 37.871,84 (trinta e sete mil oitocentos e setenta e um reais e oitenta e quatro centavos).

Na Farmácia Central do HFA foram disponibilizados suprimentos de fundos a 3 (três) agentes supridos que usaram o valor de R\$ 11.929,89 (onze mil novecentos e vinte e nove reais e oitenta e nove centavos).

Na Subseção de Gases e Refrigeração foram concedidos suprimentos de fundos a 1 (um) agente suprido com gastos na aquisição de matérias de R\$ 8.514,77 (oito mil quinhentos e quatorze reais e setenta e sete reais).

Na Subseção de Manutenção e Reparos foram concedidos suprimentos de fundos a 1 (um) agente suprido que fez aplicação na aquisição de materiais de R\$ 10.148,38 (dez mil cento e quarenta e oito reais e trinta e oito centavos).

A Seção de Engenharia, com 1 (um) agente suprido, utilizou R\$ 4.626,80 (quatro mil seiscentos e vinte e seis reais e oitenta centavos).

A Assessoria de Comunicação Social do HFA, com 1 (um) agente suprido, fez utilização de R\$ 1.155,00 (hum mil cento e cinquenta e cinco reais).

A Subdivisão de Tecnologia da Informação do HFA, com 1 (um) agente suprido, fez utilização de R\$ 1.108,00 (hum mil cento e oito reais).

Ao Departamento Técnico de Ensino e Pesquisa do Hospital das Forças Armadas foi concedido suprimento de fundos a 1 (um) agente suprido, que utilizou R\$ 389,00 (trezentos e oitenta e nove reais).

Os processos de prestações de contas dos suprimentos de fundos foram montados pelos agentes supridos, analisados na seção de orçamento e finanças e posteriormente despachados com o Ordenador de Despesas e por último conferido pela Seção de Conformidade de Registro de Gestão e arquivados.

Por meio da opção detalhamento da nota fiscal de compras, do Portal de Compras do Governo Federal, são realizados os lançamentos das compras dos materiais e a realização dos serviços no Portal Transparência, tornando público as aquisições com os cartões.

No ano de 2017, o Hospital das Forças Armadas buscou praticar um menor custo com uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal, tendo assim, reduzido as despesas em comparação ao exercício de 2016.

2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

No quadro a seguir, são apresentados os resultados obtidos pelo HFA, no exercício de 2017, por conta de seus indicadores institucionais, comparativamente ao ano de 2016, bem como os critérios adotados para efeito de apuração:

Quadro 20 - Indicadores Específicos

Indicadores	Exercício		Critérios de Apuração
	2016	2017	
Taxa de Ocupação Hospitalar	35,87%	31,79%	TOH = N° de pacientes-dia em determinado período x 100 / Lotação do hospital no período.
Taxa de Ocupação Específica UTI	94,28%	94,87%	TOE = N° de pacientes-dia em determinado período x 100 / N° de leitos disponíveis no período (UTI).
Taxa Média de Infecção Hospitalar	1,91%	2,19%	TIH = N° de infecções atribuíveis ao hospital no período x 100 / N° de pacientes saídos no período.
Média de Permanência de Internação	6,13 dias	7,56 dias	MPI = N° de pacientes-dia em determinado período / N° de pacientes saídos no mesmo período.
Total de Internação	- 8,47% (3.544)	14,53% (4.059)	TI = (Nr de pacientes internados no Ano Atual (A) – Nr de pacientes internados no Ano Anterior (A – 1)) x 100 / Nr de pacientes em A-1
Número de Atendimentos	80,71% (338.998)	100,25% (340.849)	Número de Atendimentos realizados x 100 / Meta Física Prevista Anual.
Número de Leitos Operacionais (média)	- 1,32% (149)	24,83% (186)	(Nr de Leitos Hospitalares Operacionais disponíveis no ano A – Nr de Leitos Hospitalares Operacionais disponíveis no ano anterior) x 100 / Nr de Leitos Hospitalares Operacionais disponíveis no ano anterior
Encaminhamentos para OCS	- 13,15% (1.782)	54,32% (2.750)	(Nr de pacientes encaminhados para as Organizações Cíveis de Saúde no ano A - Nr de pacientes encaminhados para as OCS no ano anterior (A-1)) x 100 / Nr de pacientes encaminhados para as OCS no ano anterior
N° de Cirurgias realizadas	78,48% (2.254 realizadas e 2872 agendadas)	77,89% (2.353 realizadas e 3.021 agendadas)	Nr de cirurgias realizadas x 100 / Nr cirurgias agendadas
N° de Cirurgias desmarcadas	13,44% (386 cirurgias desmarcadas e 2872 agendadas)	22,11% (668 cirurgias desmarcadas e 3.021 agendadas)	Nr de cirurgias desmarcadas x 100 / Nr cirurgias agendadas
Total de Procedimentos de Radiodiagnóstico	0,51% (38.364)	-11% (34.134)	(Nr de procedimentos radiodiagnósticos (Ressonância Magnética, Tomografias, Mamografias, Ressonância Nuclear e RX) do ano A - Nr de procedimentos radiodiagnósticos do ano anterior (A-1)) x 100 / Nr de procedimentos radiodiagnósticos do ano anterior.
Total de Elogios e Críticas	67,35% (5.233 elogios e 2.537 críticas)	70% (3.487 elogios e 1.494 críticas)	Nr de Elogio x 100 / (elogio + crítica) Nr de Crítica x 100 / (elogio + crítica)

2.4.1 Análise Crítica

Quadro 21 - Taxa de Ocupação Hospitalar

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final	
1	Taxa de Ocupação Hospitalar	31/12/2017	35,87%	31,79%	31,79%
Fórmula de Cálculo do Índice: (Número de Pacientes-dia em determinado período x 100) / Número de Leitos Operacionais no período.					
Utilidade: A análise dos dados relativos à Taxa de Ocupação Hospitalar contribui para o entendimento dos ciclos de internação, espera e vacância de leitos, possibilitando avaliar o comportamento desses fatores ao longo de 2017 e evidenciar suas variações. Desta forma, os gestores do HFA podem avaliar as necessidades de crescimento da estrutura do hospital, estabelecendo metas e objetivos para curto, médio ou longo prazo. Assim, o gerenciamento de dados permite a melhoria dos serviços prestados e qualidade no atendimento a seus pacientes.					
Mensurabilidade: A mensurabilidade do indicador apresentado encontra-se adequada aos fins desejados pelo HFA na busca de informações que possam subsidiar a tomada de decisões gerenciais. A relação de custo e benefício no acompanhamento da Taxa de Ocupação Hospitalar torna-se evidente ao passo que permite aos gestores definirem os parâmetros de atendimento desejado, incrementando a disponibilidade de leitos e/ou de novas especialidades de tratamento hospitalar, a alocação de recursos humanos e materiais conforme as necessidades apresentadas e a elaboração de planos estratégicos para melhor aproveitamento das instalações do hospital. Os dados mensurados detêm a possibilidade de verificação e checagem por terceiros com base nos registros de entradas e saídas de pacientes, bem como através da constatação por meio de visitas locais às dependências do Hospital das Forças Armadas.					
Análise do Resultado Alcançado: No ano de 2017 a taxa de ocupação dos leitos hospitalares operacionais, excetuando-se aqueles destinados ao atendimento rotativo (Emergência e Centro Cirúrgico) e os de UTI (para os quais há indicador específico), bem como os leitos bloqueados e interditados, atingiu o índice de 31,79%, menor em referência ao ano de 2016. A redução percentual é reflexo de um aumento do número de leitos de internação, passando de 149 leitos em 2016, para 186 leitos em 2017.					

Quadro 22 - Taxa de Ocupação Específica UTI

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final	
2	Taxa de Ocupação Específica UTI	31/12/2017	94,28%	94,87%	94,87%
Fórmula de Cálculo do Índice: TOE = N° de pacientes-dia em determinado período x 100/ N° de leitos disponíveis no período (UTI).					
Utilidade: A análise do indicador de Taxa de Ocupação Específica (UTI), em conjunto com os demais instrumentos de controle e verificação dos serviços médico-hospitalares, permite avaliar a qualidade da assistência prestada na Unidade de Terapia Intensiva do Hospital. É possível constatar, por exemplo, a existência de ociosidade ou a carência de leitos especializados e a possibilidade de remanejamento de leitos gerais para atividades mais específicas de internação. O custo do leito de UTI é o custo mais alto entre os outros índices hospitalares, quanto mais alto melhor para a economicidade dos Planos de saúde das Forças.					
Mensurabilidade: A mensurabilidade do indicador apresentado encontra-se adequada aos fins desejados pela instituição na busca de informações que possam subsidiar a tomada de decisões gerenciais. A relação de custo e benefício no acompanhamento da Taxa de Ocupação Específica (UTI) evidencia-se através de resultados como alocação adequada de recursos humanos e materiais para utilização em tratamentos mais específicos e complexos, procurando equilibrar a relação entre necessidade e disponibilidade de recursos para a UTI, recursos estes que se tornam mais onerosos à instituição e que, portanto, devem ser utilizados na devida proporção da demanda percebida. Os dados mensurados detêm a possibilidade de verificação e checagem por terceiros com base nos registros rotineiros de eventuais casos de infecção e de altas de pacientes, bem como através da constatação por meio de visitas locais às dependências do Hospital das Forças Armadas.					
Análise do Resultado Alcançado: Em 2017, a taxa de ocupação específica, vinculada à unidade de terapia intensiva do Hospital das Forças Armadas, atingiu o percentual de 94,87%. Os parâmetros para cálculo da ocupação de UTI no ano de 2017 foram distintos do ano de 2016, em razão de um número maior de leitos ativos disponibilizados para a internação. Em 2016, a disponibilidade de leitos ativos era de 10 (dez). Em 2017, a média de leitos ativos aumentou para 13 (treze) leitos. A taxa de ocupação para UTI apresentada pelo HFA no ano de 2017 está adequada e acima dos percentuais previstos na Portaria nº 1101/GM/2002, do Ministério da Saúde, que coloca como parâmetros adequados índices de ocupação entre 80% e 85% de ocupação.					

Quadro 23 - Taxa Média de Infecção Hospitalar

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final	
3	Taxa Média de Infecção Hospitalar	31/12/2017	1,91%	2,19%	2,19%
Fórmula de Cálculo do Índice: TIH = N° de infecções atribuíveis ao hospital no período x 100/ N° de pacientes saídos no período.					
Utilidade: A análise do indicador de infecção hospitalar, em conjunto com outros instrumentos de desinfecção e controle de antimicrobianos, permite auxiliar na avaliação da qualidade de assistência prestada pelo hospital, bem como do cuidado no trato com seus pacientes. Estes dados são subsídios importantes para um correto e amplo diagnóstico dos problemas nos serviços de saúde e, a partir deles, é possível identificar várias oportunidades de melhoria, como a alocação adequada de recursos humanos e/ou materiais, ou ainda a necessidade de qualificação e capacitação dos profissionais de saúde.					
Mensurabilidade: A mensurabilidade do indicador apresentado encontra-se adequada aos fins desejados pela instituição na busca de informações que possam subsidiar a tomada de decisões gerenciais. A relação de custo e benefício para se mensurar a Taxa de Infecções Hospitalares torna-se evidente ao passo que busca evitar a proliferação de micro-organismos resistentes a medicações e tratamentos convencionais, que caracterizariam um custo maior por paciente, bem como o aumento da duração de seu período de internação e o consequente desgaste para a imagem do órgão. Os dados mensurados detêm a possibilidade de verificação e checagem por terceiros com base nos registros rotineiros de eventuais casos de infecção e de altas de pacientes, bem como através da constatação por meio de visitas locais às dependências do Hospital das Forças Armadas.					
Análise do Resultado Alcançado: A figura a seguir demonstra que a variação média do índice de infecção hospitalar do Hospital das Forças Armadas tem se mantido dentro dos padrões estabelecidos pela OMS, resultado dos esforços e cuidados desenvolvidos.					
Foram estas as taxas apuradas nos últimos sete anos:					
		EXERCÍCIO	ÍNDICE % (TAXA MÉDIA DE INFECÇÃO)		
		2014	3,25%		
		2015	2,47%		
		2016	1,91%		
		2017	2,19%		
A Organização Mundial de Saúde estima entre 5% a 15% a taxa de infecção hospitalar, considerando o conjunto dos hospitais. No Brasil, a estimativa vai de 5% a 10%. Fonte: http://www.mpsp.mp.br . No entanto, a OMS estipula como taxa máxima de infecção hospitalar o valor de 5%.					
O Serviço de Controle de Infecção Hospitalar, com toda a equipe hospitalar e com o apoio da Administração do Hospital das Forças Armadas, tem o desafio de continuar realizando um trabalho preventivo para que as taxas de IH sejam cada vez menores.					

Quadro 24 - Média de Permanência de Internação

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final	
4	Média de Permanência de Internação	31/12/2017	6,13 dias	7,56 dias	7,56 dias
Fórmula de Cálculo do Índice: $MPI = \text{N}^\circ \text{ de pacientes-dia em determinado período} / \text{N}^\circ \text{ de pacientes saídos no mesmo período.}$					
<p>Utilidade: No contexto atual em que se inserem as unidades de saúde, cresce a exigência para que estes serviços organizem-se de modo a responder às necessidades das pessoas e ofereçam um cuidado efetivo e humanizado, provendo os tratamentos e cuidados que o usuário necessita. Para avaliar a qualidade da assistência à saúde oferecida por determinada instituição faz-se necessário à adoção de parâmetros capazes de promover a melhoria contínua das rotinas e processos do hospital. Uma das formas de avaliar a evolução desses procedimentos é a análise de indicadores de qualidade e desempenho hospitalar. Um dos indicadores mais utilizados é o tempo médio de Permanência dos pacientes no hospital, que permite averiguar a eficácia das medidas de tratamento adotadas, bem como peculiaridades no perfil dos pacientes atendidos pela instituição. A análise da Média de Permanência promove o alinhamento da organização, dos indivíduos e das iniciativas interdiretorias, possibilitando que os esforços sejam dirigidos para as áreas que necessitem de maior atenção. Todos os processos relativos à internação deverão estar alinhados.</p>					
<p>Mensurabilidade: A mensurabilidade do indicador apresentado encontra-se adequada aos fins desejados pela instituição na busca de informações que possam subsidiar a tomada de decisões gerenciais. A relação de custo e benefício para se mensurar a Média de Permanência torna-se evidente, uma vez que, a partir destes dados, é possível avaliar os parâmetros de tratamento e internação adotados pelo hospital, bem como a carência de recursos humanos, materiais e a adequação dos procedimentos e rotinas hospitalares. Os dados mensurados detêm a possibilidade de verificação e checagem por terceiros com base nos registros rotineiros de entrada, tempo de permanência e saída de pacientes, bem como através da constatação por meio de visitas locais às dependências do Hospital das Forças Armadas.</p>					
<p>Análise do Resultado Alcançado: A Portaria nº 1101/GM/2002, do Ministério da Saúde, estabelece como média de permanência para hospitais gerais o índice da ordem de 5,5 dias, sendo que a média nacional de permanência do Sistema Único de Saúde gira em torno de 5,98 dias. A média de permanência de pacientes do Hospital das Forças Armadas, em 2017, foi de 7,56 dias, um pouco acima da média que o recomendado pelo Ministério da Saúde. A razão para tal fato, é que com o aumento do nº de leitos de UTI, o HFA recebeu vários pacientes crônicos das Forças, particularmente da Marinha do Brasil, o que fez com a média de permanência aumentasse.</p>					

Quadro 25 - Total de Internação

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final	
5	Total de Internação	31/12/2017	- 8,47%	14,53% (4.059)	14,53% (4.059)
Fórmula de Cálculo do Índice: $TI = (Nr \text{ de pacientes internados no Ano Atual (A)} - Nr \text{ de pacientes internados no Ano Anterior (A - 1)}) \times 100 / Nr \text{ de pacientes em A-1}$					
Utilidade: A análise do indicador do Total de Internação, em conjunto com os demais instrumentos de controle e verificação dos serviços médico-hospitalares, permite avaliar a quantidade e o tipo de epidemiologia mais comum dentro do hospital, além de sua utilização para pesquisas epidemiológicas e para traçar um perfil de morbidade dentro das internações. É possível constatar, por exemplo, a existência de ociosidade ou a carência de leitos especializados, a possibilidade de remanejamento de leitos gerais para atividades mais específicas de internação, bem como a variação anual da quantidade de internações realizadas neste Hospital.					
Mensurabilidade: A mensurabilidade do indicador apresentado encontra-se adequada aos fins desejados pela instituição na busca de informações que possam subsidiar a tomada de decisões gerenciais. A relação de custo e benefício para se mensurar o Total de Internação torna-se evidente ao passo que busca evitar ociosidade ou a carência de leitos especializados, traçar um perfil das internações hospitalares, as principais causas de internação, bem como a variação anual da quantidade de internações realizadas neste Hospital. Os dados mensurados detêm a possibilidade de verificação e checagem por terceiros com base nos registros rotineiros de entrada, tempo de permanência e saída de pacientes, bem como através da constatação por meio de visitas locais às dependências do Hospital das Forças Armadas.					
Análise do Resultado Alcançado: O Total de Internação no ano de 2016 foi inferior ao total de internação do ano anterior, pois houve uma redução no número de profissionais da área-fim, além da greve dos servidores ocorrida no mês de agosto e início de setembro.					

Quadro 26 - Número de Atendimentos

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final	
6	Número de Atendimentos	31/12/2017	80,71% (338.998)	100,25% (340.849)	100,25% (340.849)
Fórmula de Cálculo do Índice: $\text{Número de Atendimentos realizados} \times 100 / \text{Meta Física Prevista Anual}$					
Utilidade: A análise do indicador Número de Atendimentos permite avaliar a quantidade de atendimentos realizados no ano, além de mensurar a demanda de atendimento por clínica.					
Mensurabilidade: Os dados mensurados detêm a possibilidade de verificação e checagem por terceiros com base nos registros rotineiros de atendimento nas clínicas ambulatoriais, atendimentos no PAM e Odontoclínica, bem como através da constatação por meio de relatórios do Sistema de Estatística e de Gestão Hospitalar do Hospital das Forças Armadas.					
Análise do Resultado Alcançado: Mesmo com a redução no número de profissionais de saúde, por conta da adesão ao PDV, o número de atendimentos em 2017 foi superior ao ano de 2016. Isto se deve a algumas mudanças administrativas ocorridas ao longo do ano, além de uma boa gestão quanto aos Recursos Humanos, sendo fundamental a instalação do novo Sistema de Gestão Hospitalar.					

Quadro 27 - Número de Leitos Operacionais (média)

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final	
8	Número de Leitos Operacionais (média)	31/12/2017	- 1,32% (149)	24,83% (186)	24,83% (186)
Fórmula de Cálculo do Índice: $(\text{Nr de Leitos Hospitalares Operacionais disponíveis no ano A} - \text{Nr de Leitos Hospitalares Operacionais disponíveis no ano anterior}) \times 100 / \text{Nr de Leitos Hospitalares Operacionais disponíveis no ano anterior}$.					
Utilidade: A análise do indicador do Número de Leitos Operacionais permite analisar e avaliar o grau de utilização dos leitos operacionais. Mede o perfil de utilização e gestão do leito operacional no hospital. Está relacionado ao intervalo de substituição e a média de permanência.					
Mensurabilidade: A gestão eficiente do leito operacional aumenta a oferta de leitos para o HFA, o qual deverá ser utilizado de forma racional e com a indicação mais apropriada de forma a estar disponível para os indivíduos que necessitem deste recurso para recuperação da saúde. A unidade de medida que representa a disponibilidade de leitos operacionais para internação corresponde aos leitos operacionais ou disponíveis, incluindo os leitos extras com pacientes internados, o que significa que o número de leitos operacionais pode variar de um dia para o outro de acordo com o bloqueio de leitos. Por exemplo, por razões de infecção hospitalar ou por motivos relacionados a manutenção e desbloqueio de leitos, além de estar em condições de receber alguma demanda advinda de algum lugar do país pelo eixo operacional do atendimento.					
Análise do Resultado Alcançado: O número de leitos aumentou em relação ao ano anterior, em decorrência do remanejamento de leitos que eram destinados à outras áreas, tais como, Psiquiatria e Medicina Nuclear. Parte dos leitos hospitalares do HFA encontram-se nos dois andares que estão com o Instituto de Cardiologia do Distrito Federal, que elevariam a capacidade de leitos do HFA para quase 300.					

Quadro 28 - Encaminhamentos para OCS

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final	
9	Encaminhamentos para OCS	31/12/2017	- 13,15% (1.782)	54,32% (2.750)	54,32% (2.750)
Fórmula de Cálculo do Índice: $(\text{Nr de pacientes encaminhados para as Organizações Civas de Saúde no ano A} - \text{Nr de pacientes encaminhados para as OCS no ano anterior (A-1)}) \times 100 / \text{Nr de pacientes encaminhados para as OCS no ano anterior}$					
Utilidade: Os encaminhamentos são utilizados para os serviços ou procedimentos que o HFA não tem condições de oferecer em suas instalações, aos seus conveniados.					
Mensurabilidade: É medido pelo somatório dos pacientes encaminhados, pelas diversas clínicas do HFA, as Organizações Civas de Saúde, previamente credenciadas, dos Planos conveniados. Os dados mensurados detêm a possibilidade de verificação e checagem por terceiros com base nos registros rotineiros de procedimentos realizados nas clínicas ambulatoriais, atendimentos no PAM e Odontoclínica, bem como através da constatação por meio de relatórios do Sistema de Estatística do Hospital das Forças Armadas.					
Análise do Resultado Alcançado: Este é um indicador nocivo a administração do HFA, uma vez que os custos dos atendimentos e procedimentos realizados fora representam, em média, uma elevação de cinco vezes o custo do HFA, restringindo o orçamento para outras necessidades. Este indicador teve um aumento elevado em 2017 quando comparado ao ano de 2016, em decorrência da grande evasão de profissionais de saúde que aderiram ao PDV e consequentemente, a indisponibilidade de algumas especialidades, havendo assim, necessidade de encaminhamento para OCS.					

Quadro 29 - Número de Cirurgias realizadas

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final	
10	Número de Cirurgias realizadas	31/12/2017	78,48% (2.254 cirurgias realizadas e 2872 agendadas)	77,89% (2.353 cirurgias realizadas e 3.021 agendadas)	77,89% (2.353 cirurgias realizadas e 3.021 agendadas)
Fórmula de Cálculo do Índice: $\text{Nr de cirurgias realizadas} \times 100 / \text{Nr cirurgias agendadas}$.					
Utilidade: A análise do indicador Número de Cirurgias permite avaliar a quantidade de cirurgias realizadas pelo Centro Cirúrgico e pequenas cirurgias a nível ambulatorial, de forma a auxiliar na aquisição de materiais, equipamentos, medicamentos e mão de obra necessária. É um dos melhores indicadores hospitalares pois permite aumentar o grau de resolubilidade do HFA, além de ser indispensável a um hospital de alta complexidade.					
Mensurabilidade: Os dados mensurados detêm a possibilidade de verificação e checagem por terceiros com base nos registros rotineiros de cirurgias realizadas nos ambulatórios, Hemodinâmica e Centro Cirúrgico, bem como através da constatação por meio de relatórios do Sistema de Gestão Hospitalar (SGH), em seus mapas cirúrgicos.					
Análise do Resultado Alcançado: O Número de Cirurgias realizadas no ano de 2017 teve um pequeno aumento em relação ao ano anterior. Esse aumento é reflexo de uma melhor gestão do Centro Cirúrgico e implantação do SGH.					

Quadro 30 - Número de Cirurgias desmarcadas

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final	
11	Número de Cirurgias desmarcadas	31/12/2017	13,44% (386 cirurgias desmarcadas e 2872 agendadas)	22,11% (668 cirurgias desmarcadas e 3.021 agendadas)	22,11% (668 cirurgias desmarcadas e 3.021 agendadas)
Fórmula de Cálculo do Índice: $\text{Nr de cirurgias desmarcadas} \times 100 / \text{Nr cirurgias agendadas}$.					
Utilidade: A análise do indicador Número de Cirurgias Desmarcadas permite avaliar os motivos geradores deste fato, exemplo, falta de sala cirúrgica, falta do paciente e ausência do profissional por motivos diversos.					
Mensurabilidade: Os dados mensurados detêm a possibilidade de verificação e checagem por terceiros com base nos registros rotineiros de cirurgias desmarcadas a nível ambulatorial, Hemodinâmica e Centro Cirúrgico.					
Análise do Resultado Alcançado: O número de cirurgias desmarcadas foi superior ao ano anterior, demonstrando um maior controle e fiscalização sob os fatos geradores dos óbices das cirurgias desmarcadas.					

Quadro 31 - Total de Procedimentos de Radiodiagnóstico

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final	
12	Total de Procedimentos de Radiodiagnóstico	31/12/2017	0,51% (38.364)	-11% (34.134)	-11% (34.134)
Fórmula de Cálculo do Índice: $(\text{Nr de procedimentos radiodiagnósticos (Ressonância Magnética, Tomografias, Mamografias, Ressonância Nuclear e RX) do ano A} - \text{Nr de procedimentos radiodiagnósticos do ano anterior (A-1)}) \times 100 / \text{Nr de procedimentos radiodiagnósticos do ano anterior}$.					
Utilidade: A análise do indicador do Total de Procedimentos Radiodiagnósticos permite avaliar a quantidade de procedimentos realizados, de forma a auxiliar na aquisição de materiais, equipamentos e medicamentos específicos necessários para este tipo de procedimento. Este indicador permite que os atendimentos e procedimentos aumentem seus graus de confiabilidade, pois ajudam na formulação de um bom diagnóstico pelo profissional médico.					
Mensurabilidade: Os dados mensurados detêm a possibilidade de verificação e checagem por terceiros com base nos registros rotineiros de procedimentos radiodiagnósticos realizados no Serviço de Diagnóstico por Imagem, bem como através da constatação por meio de relatórios do Sistema de Estatística do Hospital das Forças Armadas.					
Análise do Resultado Alcançado: O Número de Procedimentos Radiodiagnósticos no ano de 2017 teve uma pequena redução em relação ao ano anterior, devido à grande evasão de profissionais da área de saúde que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária (PDV).					

Quadro 32 - Total de Elogios e Críticas

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final	
13	Total de Elogios e Críticas	31/12/2017	67,35% (5.233) elogios e 32,65% (2.537) críticas	70% (3.487) elogios e 30% (1.494) críticas	70% (3.487) elogios e 30% (1.494) críticas
<p>Fórmula de Cálculo do Índice: Nr de Elogio x 100 / (elogio + crítica) Nr de Crítica x 100 / (elogio + crítica)</p>					
<p>Utilidade: A análise do indicador de Elogios e críticas permite avaliar o grau de satisfação dos usuários do Hospital, bem como auxiliar a identificação dos problemas mais comuns, por exemplo, recepção, marcação de Consulta, instalações e atendimento.</p>					
<p>Mensurabilidade: Os dados são mensurados através de folders de pesquisa de Satisfação do Usuário, distribuídos pelos vários setores do hospital, Relatório da Ouvidoria e comparativos Elogios/Críticas nos aspectos quanto a acessibilidade, limpeza, capacidade técnico-profissional, cordialidade, etc...</p>					
<p>Análise do Resultado Alcançado: O Índice de Pesquisa (Elogios e Críticas) coletada e analisada no ano de 2017 teve um aumento em relação ao número de elogios e uma redução no número de críticas quando comparado ao ano anterior. Este índice é reflexo do retorno dado ao usuário e possibilita um diagnóstico da realidade e necessidade do Usuário, com o objetivo da melhoria contínua da qualidade da prestação de serviços do HFA.</p>					

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das estruturas de governança

O Hospital das Forças Armadas em busca de promover a inserção de medidas e unidades de governança, visando facilitar o direcionamento e o monitoramento de sua gestão, bem como melhorar a sua capacidade de avaliar o seu ambiente e os cenários em que está estrategicamente envolvido, emprega como estrutura de governança os seguintes órgãos internos:

a. Comitê Gestor de Tecnologia da Informação

- Ato Normativo: Portaria nº 1139/SDIVTIHFA/MD, de 26 de julho de 2016;
- Boletim Interno: nº 36 de 20 de fevereiro de 2017;
- Descrição: O Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação é um colegiado criado de modo a atender a Instrução Normativa nº 4, de 11 de setembro de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, com o objetivo primário de promover o alinhamento entre as áreas finalísticas, as áreas de apoio e a área de TI;
- Finalidade: Cabe ao CGTI desenvolver ações estruturantes e de controle para a plena implantação do alinhamento estratégico e para o estabelecimento de metas anuais, em conformidade com o que determina a Estratégia de Governança Digital (EGD) vigente, ou, ainda, para o cumprimento dos compromissos periódicos acerca das demandas da área de TI;
- Estrutura: O CGTI é constituído por um Presidente e 13 membros, nos seguintes termos:
- Presidente: Comandante Logístico;
- Vice-Presidente: membro designado pelo presidente, exerce a função de Secretário-Executivo;
- Diretor Técnico de Saúde;
- Diretor Técnico de Ensino e Pesquisa;
- Diretor de Infraestrutura;
- Diretor de Recursos Humanos;
- Diretor de Coordenação Administrativa e Financeira;
- Chefe da Policlínica;
- Chefe da Divisão Médico-Hospitalar;
- Chefe da Divisão Farmacêutica;
- Chefe da Divisão de Enfermagem;
- Chefe da Divisão de Odontologia;
- Chefe da Assessoria de Segurança;
- Chefe da Assessoria de Planejamento e Gestão; e
- Chefe da Subdivisão de Tecnologia da Informação.

b. Comitê de Ética e Pesquisa (CEP)

- Ato Normativo: Portaria nº 06/GAB.DIR/HFA, de 17 de janeiro de 2006;
- Boletim Interno: nº 12 de 17 de janeiro de 2006;
- Descrição: O Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital das Forças Armadas (CEP/HFA) é um colegiado multiprofissional, autônomo e independente, criado de modo a atender a Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, a Norma Operacional CNS nº 001, de 30 de setembro de

2013, e demais normas relacionadas à ética na pesquisa em seres humanos, para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade, dignidade, direitos, segurança e bem-estar, e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa em seres humanos;

- Finalidade: Cabe ao CEP/HFA identificar, analisar, avaliar, aprovar e acompanhar as implicações éticas nas pesquisas e trabalhos científicos que envolvam seres humanos realizados no HFA e em outras instituições indicadas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), de forma a garantir que esses atendam a padrões éticos, metodológicos e científicos reconhecidos. O CEP/HFA é apoiado pela Diretoria Técnica de Ensino e Pesquisa (DTEP) do HFA, que deve assegurar os meios adequados para seu funcionamento, inclusive com a disponibilização de sala, equipamentos e pessoal exclusivo para funcionamento de sua Secretaria;

- Estrutura: O CEP/HFA terá composição multiprofissional e transdisciplinar, a partir de sete membros, preferencialmente com atuação destacada no campo da pesquisa, sendo pelo menos uma vaga para o Representante dos Usuários, conforme prevê legislação em vigor; e

O CEP/HFA será constituído, em equilíbrio, por pessoas de ambos os sexos, civis e militares, não sendo permitido que nenhuma categoria profissional tenha uma representação superior à metade dos seus membros. Os membros do CEP/HFA deverão representar as diversas áreas de atuação multidisciplinar da Instituição, sendo que pelo menos 1/3 de seus membros deverá possuir experiência em pesquisa. A fim de atender ao caráter técnico-científico e multidisciplinar, poderão ser indicados profissionais civis ou militares externos ao HFA para compor o CEP/HFA. Atualmente o CEP/HFA é composto por nove membros titulares, nove membros suplentes e 02 agentes administrativos para a secretaria executiva.

c. Comitê de Ética no Uso de Animais (CEUA)

- Ato Normativo de Criação da CEUA/HFA: Portaria nº 093/ DIR-HFA, de 06 de maio de 2009;

- Boletim Interno: nº 83/HFA, de 06 de maio de 2009;

- Descrição: a CEUA é o componente essencial para aprovação, controle e vigilância das atividades de criação, ensino e pesquisa científica com animais, bem como para garantir o cumprimento das normas de controle da experimentação animal editadas pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA). Qualquer instituição legalmente estabelecida em território nacional que crie ou utilize animais para ensino e pesquisa deverá requerer credenciamento no CONCEA, para uso de animais, desde que, previamente, crie a CEUA;

- Finalidade: a CEUA deve cumprir e fazer cumprir, no âmbito de suas atribuições, o disposto na Lei n.º 11.794, de 8 de outubro de 2008, nas demais normas aplicáveis e nas Resoluções Normativas do CONCEA. Dentre suas competências, deve examinar previamente os protocolos experimentais ou pedagógicos aplicáveis aos procedimentos de ensino e de projetos de pesquisa científica a serem realizados na instituição para determinar sua compatibilidade com a legislação aplicável. As disposições sobre a instalação e o funcionamento da CEUA constam na Resolução Normativa CONCEA nº 01, de 09 de julho de 2010; e

- Estrutura: a CEUA é composta por, no mínimo, cinco membros titulares e respectivos suplentes, constituída por cidadãos brasileiros de reconhecida competência técnica e notório saber, de nível superior, graduado ou pós-graduado, e com destacada atividade profissional em áreas relacionadas ao escopo da Lei nº 11.794, de 08 de outubro de 2008. Deve ser integrada por médicos veterinários, biólogos, docentes e pesquisadores na área específica e representante de sociedades

protetoras de animais, legalmente constituídas e estabelecidas no país. Na falta de manifestação de indicação de representantes de sociedades protetoras de animais, a CEUA deve convidar consultor *ad hoc*, com notório saber e experiência em uso ético de animais para fazer parte da comissão.

d. Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH)

- Ato Normativo: Orientação Normativa 07 DIR-HFA, de 13 de julho de 2009;
- Boletim Interno: nº 096/HFA, de 22 de maio de 2017;
- Descrição: Regular as atribuições e o funcionamento do programa de controle de infecções hospitalares;
- Finalidade: O desenvolvimento de Programa de Controle de Infecção Hospitalar; e
- Estrutura: Grupo Executor, composto no mínimo por Médico Infectologista, Enfermeiro, Técnicos de Enfermagem e Secretária; e Grupo Consultor composto no mínimo por um Representante da Direção, Divisão de Medicina, Divisão de Enfermagem, Subdivisão de Saúde Segurança e Medicina do Trabalho, CME, Divisão de Odontologia, Divisão de Farmácia, Subdivisão de Nutrição, DCAF, Subdivisão de Hotelaria e Engenharia e do Serviço de Bacteriologia.

e. Comissão de Padronização de Medicamentos (CPM)

- Ato Normativo: Portaria nº 3.149/D1-SECT, de 21 de novembro de 1984;
- Boletim Interno: nº 205/HFA, de 25 de outubro de 2017;
- Descrição: Junta deliberativa designada pela diretoria clínica com a finalidade de regulamentar a padronização de medicamentos utilizados no receituário hospitalar;
- Finalidade: Manter uma contínua atualização da padronização de medicamentos para permitir um abastecimento regular, compatível com as necessidades básicas do HFA, mantendo disponível um mínimo de produtos com um máximo de atividades terapêuticas, proporcionar racionalização do uso de medicamentos e oferecer informações científicas atualizadas. Nome Função Serviço/Clínica/Setor; e
- Estrutura: Presidente e membros constituídos de profissionais com vínculo institucional, com autonomia de decisão, das seguintes áreas: Divisão de Farmácia, Divisão de Medicina, CCIH e especialidades médicas.

f. Comissão de Revisão de Óbitos (CRO)

- Ato Normativo: Portaria nº 3.149/D1-SECT, de 21 de novembro de 1984;
- Boletim Interno: nº 212/HFA, de 07 de novembro de 2014;
- Descrição: Instância de caráter consultivo e de assessoria do HFA, cujas ações devem estar voltadas à investigação e análise das causas de óbito;
- Finalidade: Assessoria técnica e administrativa à Chefia da Divisão de Medicina nos assuntos inerentes aos pacientes internados no Hospital, com os consequentes registros nos prontuários médicos e análise e registros dos óbitos ocorridos, avaliando as causas “mortis”; e
- Estrutura: Composto por um Presidente, membros e secretário.

g. Comissão Gestora do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (CGPGRS)

- Ato Normativo: Orientação Normativa nº 01 Gab Dir, de 17 de agosto de 2007;
- Boletim Interno: nº 195/HFA, de 13 de outubro de 2015;
- Descrição: Instância de caráter técnico/consultivo e de assessoria do HFA, cujas ações visam um conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados a partir de bases científicas e técnicas, normativas e legais, com o objetivo de minimizar a produção de resíduos e proporcionar aos resíduos gerados, um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando à proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente;
- Finalidade: Estabelecer o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, respeitando os critérios técnicos, legislação ambiental, normas de coleta e transporte dos serviços locais de limpeza urbana e outras orientações; e
- Estrutura: Composto por um Presidente e membros.

h. Comissão de Ética Médica (CEM)

- Ato Normativo: Portaria nº 3.149/D1-SECT, de 21 de novembro de 1984, e Resolução do CRM-DF de 24 de setembro de 2006;
- Boletim Interno: nº 084/HFA, de 04 de maio de 2017;
- Descrição: As Comissões de Ética Médica (CEM) constituem, por delegação do Conselho Regional de Medicina, uma atividade das instituições médicas, estando a ele vinculadas. Têm funções sindicantes, educativas e fiscalizadoras do desempenho ético da Medicina em sua área de abrangência;
- Finalidade: Supervisionar e orientar, em sua área de atuação, o exercício da atividade médica, atentando para que as condições de trabalho do médico, sua liberdade, sua iniciativa e a qualidade do atendimento oferecido aos pacientes respeitem os preceitos éticos e legais; e
- Estrutura: Composto por médicos membros efetivos e suplentes; sendo um Presidente, membro e secretário.

i. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes/Núcleo de Saúde Remota (CIPA)

- Ato Normativo: Portaria nº 149/Gab Dir, de 23 de maio de 2007;
- Boletim Interno: nº 243/HFA, de 18 de dezembro de 2012;
- Descrição: A comissão interna de prevenção de acidentes ou simplesmente CIPA, trata-se de uma comissão paritária constituída por representantes dos empregados (eleitos em escrutínio secreto) e dos empregadores (designados pelo empregador), que atua na promoção à segurança e saúde dos trabalhadores. A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA é regulamentada pela norma regulamentadora nº 05, aprovada pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978 e atualizada pela Portaria SIT nº 247, de 12 de julho de 2011 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
- Finalidade: A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA - tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador; e
- Estrutura: A CIPA será composta de representantes do empregador e dos empregados. Os representantes dos empregadores, titulares e suplentes serão por eles designados. Os representantes

dos empregados, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem, independentemente de filiação sindical, exclusivamente os empregados interessados.

j. Comissão de Revisão de Prontuários (CRP)

- Ato Normativo: Portaria nº 3.149/D1-SECT, de 21 de novembro de 1984;

- Boletim Interno: nº 30/HFA, de 12 de fevereiro de 2015;

- Descrição: A Comissão de Revisão de Prontuários é instância de caráter técnico/consultivo e de assessoria do HFA, cujas ações devem estar voltadas à qualidade das informações, análise da legibilidade, segurança e instrumento de defesa da ética profissional;

- Finalidade: Observar os itens que deverão constar obrigatoriamente do prontuário confeccionado em qualquer suporte, eletrônico ou papel: a) Identificação do paciente; b) Anamnese, exame físico, exames complementares solicitados e seus respectivos resultados, hipóteses diagnósticas, diagnóstico definitivo e tratamento efetuado; c) Evolução diária do paciente, com data e hora, discriminação de todos os procedimentos aos quais o mesmo foi submetido e identificação dos profissionais que os realizaram, assinados eletronicamente quando elaborados e/ou armazenados em meio eletrônico; d) Nos prontuários em suporte de papel é obrigatória a legibilidade da letra do profissional que atendeu o paciente, bem como a identificação dos profissionais prestadores do atendimento. São também obrigatórias a assinatura e o respectivo número do CRM; e) Nos casos emergenciais, nos quais seja impossível a colheita de história clínica do paciente, deverá constar relato médico completo de todos os procedimentos realizados e que tenham possibilitado o diagnóstico e/ou a remoção para outra unidade. f) Assegurar a responsabilidade do preenchimento, guarda e manuseio dos prontuários, que cabem ao médico assistente, à chefia da equipe, à chefia da Clínica e à Direção técnica da unidade; e

- Estrutura: A Comissão será criada por designação da Direção do estabelecimento, por eleição do Corpo Clínico ou por qualquer outro método que a instituição julgar adequado, devendo ser coordenada por um médico.

k. Comissão Multiprofissional de Terapia Nutricional (CMTN)

- Ato Normativo: Portaria nº 447/DIR-HFA, de 8 de novembro de 2011;

- Boletim Interno: nº 232/HFA, de 05 de dezembro de 2016;

- Descrição: A Comissão Multiprofissional de Terapia Nutricional é instância de caráter técnico/consultivo e de assessoria do HFA, cujas ações devem estar voltadas à promoção do uso de nutrição enteral e parenteral;

- Finalidade: Estabelecer as diretrizes técnico-administrativas que devem nortear as atividades da equipe; avaliar o estado nutricional dos pacientes, indicando, acompanhando e modificando a terapia nutricional, quando necessário; e estabelecer protocolos de avaliação nutricional, indicação, prescrição e acompanhamento da Terapia Nutricional (TN); e

- Estrutura: A CMTN deve ser composta por equipe multidisciplinar, devendo ser nomeados um presidente e um secretário.

l. Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente (NQSP)

- Ato Normativo: Ordem Interna do Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente, homologada por intermédio do Boletim Interno nº 137/HFA, de 19 de julho de 2017.

- Boletim Interno: nº 137/HFA, de 19 de julho de 2017.

- Descrição: O Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente (NQSP) é uma instância responsável por apoiar a direção do serviço de saúde na condução das ações de melhoria da qualidade e da segurança do paciente;

- Finalidade: O NQSP/HFA tem como finalidade atender às exigências da Portaria Nº 529/GM/MS/2013, que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente e da RDC Nº36/2013/ANVISA que regulamenta as ações para segurança do paciente em serviços de saúde; e

- Estrutura: Deve ser composta por uma equipe multidisciplinar contendo um coordenador, um subcoordenador e membros indicados pela Subdireção Técnica de Saúde.

m. Comitê de Gestão de Pessoas

- Ato Normativo: Boletim Interno: nº 111/HFA, de 13 de junho de 2016;

- Boletim Interno: nº 111/HFA, de 13 de junho de 2016;

- Descrição: O Comitê de Gestão de Pessoa é instância de caráter técnico e de assessoria do HFA, cujas ações devem estar voltadas à promoção de debates sobre movimentação de pessoal entre as Diretorias interessadas, com a mediação da Diretoria de Recursos Humanos, que deverá estar de posse das análises de impacto realizadas previamente. Os setores apresentarão suas considerações que, depois de ponderadas pelos participantes, serão definidas em última instância pelo Comandante Logístico ou seu representante na sessão;

- Finalidade: Tratar de assuntos relacionados às necessidades de pessoal, a movimentação e lotação de militares e servidores civis, o redimensionamento do quadro de pessoal lotado nos diversos setores do hospital, dentre outros assuntos pertinentes à área de Recursos Humanos; e

- Estrutura: Integram o COMITÊ DE GESTÃO DE PESSOAS: o Comandante Logístico do HFA; os Diretores; o Chefe da Seção de Saúde e Segurança do Trabalhador, Assessores diretos do Cmt Log e demais chefias convocadas, de acordo com a pauta a ser discutida.

n. Comitê de Governança, Riscos e Controles

- Ato Normativo: Art. 23 da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral da União;

- Boletim Interno: nº 153/HFA, de 10 de agosto de 2017;

- Descrição: O Comitê de Governança, Riscos e Controles é a instância de assessoria do HFA que tem por competência promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos; - institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos; - promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos; - garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público; - promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos; - promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações; - aprovar políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos; - supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos-chave que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público; - liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no Hospital das

Forças Armadas; - estabelecer limites de exposição a riscos globais do HFA, bem como os limites de alçada ao nível de unidade, política pública, ou atividade; - aprovar e supervisionar método de priorização de temas e macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão; - emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos; e - monitorar as recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê;

- Finalidade: Tratar de assuntos relacionados às medidas para sistematização de práticas sobre a gestão de riscos, aos controles internos e à governança, dentre outros assuntos pertinentes às áreas mencionadas; e

- Estrutura: O Comitê de Governança, Riscos e Controles tem a seguinte composição: - Comandante Logístico do HFA; - Diretor Técnico de Saúde; - Diretor Técnico de Ensino e Pesquisa; - Chefes de Assessorias; - Chefe da DCAF; - Chefe da DRH; - Chefe da D Infra; - Chefe da DTI; e - outros, a critério do Comandante Logístico do HFA.

o. Conselho Administrativo Financeiro

- Ato Normativo: Portaria nº 2599/S SEÇ ED CONT EST HFA/MD, de 30 de junho de 2017, que aprova a Orientação Normativa nº 3/CMT LOG-HFA, 30 de junho de 2017 e revoga a Portaria nº 2754/GAB CMT LOG - HFA/MD, de 22 de dezembro de 2016, publicada no BI/HFA nº 248, de 27 de dezembro de 2016;

- Boletim Interno: BI nº 128/HFA, de 6 de julho de 2017;

- Descrição: Conselho Administrativo Financeiro do HFA é uma instância de caráter técnico/consultivo e de assessoria do HFA, cujas ações devem estar voltadas à avaliação dos eventos de capacitação e aprimoramento solicitados pelos servidores civis, empregados públicos e pelos militares do HFA;

- Finalidade: O Conselho Administrativo Financeiro do HFA tem por finalidade decidir acerca dos eventos de capacitação e aprimoramento a serem realizados pelos servidores civis, empregados públicos e pelos militares do HFA, segundo as necessidades demandadas para o estabelecimento, manutenção e ampliação dos serviços de saúde, bem como as que visem à melhoria da administração hospitalar, segundo a legislação vigente; e

- Estrutura: O Conselho Administrativo Financeiro do HFA é composto pelo Comandante Logístico do HFA, na função de presidente do Conselho Administrativo Financeiro (CAF); Diretor Técnico de Ensino e Pesquisa (DTEP); Diretor Técnico de Saúde (DTS); Chefe da Divisão de Coordenação e Administração Financeira (DCAF); Chefe da Divisão de Infraestrutura (DINFRA); Chefe da Divisão de Recursos Humanos (DRH); Ordenador de Despesas (OD/HFA); e Chefes das Assessorias do Comando.

p. Comissão de Residência Médica – COREME

- Ato Normativo: Portaria nº 3149/D1 SECT, de 21/11/1984 (nova redação, Portaria nº 1113, de 22/12/2003);

- Boletim Interno: BI nº 246/HFA, de 29 de dezembro de 2003;

- Descrição: Os Programas de Residência Médica (PRM) são modalidades de ensino de pós-graduação destinados a médicos civis e militares, sob a forma de cursos de especialização, nas várias áreas e especialidades médicas, conforme estabelece a legislação em vigor, sob a orientação do corpo clínico do HFA;

- Finalidade: A Comissão de Residência Médica – COREME constitui-se em órgão para entendimento com a Comissão Distrital de Residência Médica (CDRM);
 - Estrutura: A COREME é composta pela Secretaria Administrativa e por 06 (seis) Membros assim nominados:
 - 01 (um) Coordenador e 01 (um) suplente, dentre os supervisores de uma das quatro áreas básicas (Cirurgia Geral, Clínica Médica, Obstetrícia e Ginecologia e Pediatria);
 - 02 (dois) Supervisores das demais áreas básicas;
 - 01 (um) Representante da Direção do HFA, que deverá ser supervisor de um dos PRM;
- e
- 01 (um) Representante dos médicos residentes eleito, assim como seu suplente, por meio de votação secreta e direta pelos médicos residentes de todos os PRM do Hospital.

3.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

3.2.1. Subdivisão de Pessoal Militar

As medidas administrativas instauradas no ano 2017 para a apuração de possíveis responsabilidades por dano ao erário constam no Anexo II.

A responsabilidade pela abertura e controle dos prazos de Sindicância, Inquérito Policial Militar (IPM) e Processo Administrativo (PA) que tenham envolvimento de militares é realizado pela Carteira de Sindicância e Processo Administrativo da Subdivisão de Pessoal Militar, subordinada à Divisão de Recursos Humanos do HFA.

As fases do processo de trabalho para apuração do ilícito administrativo se desenvolve da seguinte forma:

- assim que é recebido uma denúncia ou verificado algum indício de irregularidade e/ou de ilícito administrativo, o Chefe da Divisão de Recursos Humanos, após consultar a Assessoria Técnica do HFA, (responsável pelo assessoramento jurídico dos assuntos que envolvem o HFA) determina a Carteira de Sindicância e Processo Administrativo da Subdivisão de Pessoal Militar do HFA a apresentação da lista de militares aptos a realizar o procedimento para que o Comandante Logístico designe o militar responsável por conduzir a apuração e a confecção de Portarias de abertura da Sindicância ou do Inquérito Policial Militar (IPM) ou do Processo Administrativo (PA), em conformidade com o disposto na legislação vigente;

- posteriormente a publicação da designação em Boletim Interno, são tomadas as providências no sentido de fazer a entrega da portaria de abertura, via meio físico e/ou sistema (SEI), ao responsável para proceder as apurações necessárias. Neste mesmo instante, é incluído na planilha de controle de andamento de processos de apuração da Carteira de Sindicância e Processo Administrativo da Subdivisão de Pessoal Militar do HFA, para acompanhamento dos prazos previstos na legislação;

- durante o andamento dos trabalhos, a referida Carteira de Sindicância e Processo Administrativo da Subdivisão de Pessoal Militar, acompanha os prazos processuais e efetua as devidas recomendações aos Encarregados das apurações, com vistas a que essa proceda tempestivamente os pedidos de prorrogação do prazo para a conclusão dos trabalhos;

- no decurso da apuração, o militar designado para realizar a apuração coleta os depoimentos, os documentos necessários, e, junto ao assessoramento da Assessoria Técnica, finaliza o relatório do processo e conclui, com base nas diligências realizadas, se houve irregularidade e/ou de ilícito administrativo;

- encerrado o processo, os Encarregados entrega-o na Carteira de Sindicância e Processo Administrativo da Subdivisão de Pessoal Militar, que registra na planilha de controle de processos e o encaminha à Assessoria Técnica, via físico e sistema SEI, para análise final;

- a Assessoria Técnica, após proceder a análise formal do seu conteúdo, faz a publicação da solução do processo em Boletim Interno e/ou Boletim de Acesso Restrito e, dependendo do processo, o encaminha para a competente manifestação da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa (CONJUR-MD), ou outro Órgão;

- na sequência, de acordo com a Solução apresentada no processo, são adotadas as ações necessárias para que o (a)b(s) envolvido (da) (s) tome (m) ciência do conteúdo do julgamento proferido no processo e são adotadas as medidas administrativas necessárias para que o(s) responsável (eis) ressarça (m) o(s) prejuízo(s) causado(s) por conta do ilícito administrativo; e

- por fim, os autos do processo são arquivados na Assessoria Técnica.

Nesses termos, considera-se que a inserção de dados lançados na planilha de controle da Subseção de Sindicância/PA Pes Mil, servem como auxílio no decorrer dos processos e permite ao HFA o maior controle do andamento e do resultado dos processos, dos possíveis atrasos injustificados, bem como de dados estatísticos sobre o quantitativo de processos administrativos abertos em âmbito federal e as devidas punições aplicadas aos militares, além de conferir maior lisura e transparência às apurações disciplinares e de dano ao erário conduzidas no âmbito do Hospital.

3.2.2. Subdivisão de Pessoal Civil

A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – CPSPAD, instituída pela Portaria de Pessoal nº 18/SEÇ PES CIV HFA/S DIV GEST PES HFA/DCOI/CMT LOG – HFA/HFA/SEPESD/SG – MD, de 19 de abril de 2016, constituída por 04 membros permanentes de 01 de apoio, conforme Portaria 271/CPSPAD-HFA/MD, de 23 de janeiro de 2018, atua como instância de composição e orientação de comissões para apuração de possíveis ilícitos administrativos praticados por servidores civis do Hospital das Forças Armadas.

Sua atuação restringe-se à atividade formal das Comissões constituídas, dentre as quais podem ser mencionadas a seleção de servidores, de acordo com os critérios legais, para formação das comissões processantes e/ou de investigação; a orientação quanto aos critérios formais a serem respeitados na condução dos processos, visando conferir maior celeridade e evitar a devolução e anulação de processos. As orientações e análises relativas ao mérito dos processos ficam a cargo da Assessoria de Apoio para Assuntos Jurídicos AAAJur.

Além de atuar diretamente na apuração de possíveis ilícitos no âmbito civil, a Comissão é responsável pelo controle e atualização do sistema CGU-PAD. Desta forma, os procedimentos disciplinares levados a curso no Hospital são registrados, com o detalhamento de suas fases e ações, no referido sistema.

A sistemática adotada para apuração de supostos ilícitos consiste na seguinte sequência de atividades:

- as denúncias e/ou documentos que suscitem o fato a ser apurado são encaminhados para deliberação do Comandante Logístico do HFA;

- o Comandante reúne-se com a AAAJur para realização do juízo de admissibilidade, decidindo sobre a instauração de investigação ou procedimento disciplinar;

- a decisão é encaminhada para a Subdivisão de Pessoal Civil, via Divisão de Recursos Humanos, determinando a designação de Comissão responsável pela condução do processo;

- a designação é providenciada e o processo conduzido com o apoio e orientação formal da CPSPAD e material da AAAJur;

- a CPSPAD realiza os devidos lançamentos no CGU-PAD e auxilia a comissão investigadora, controlando prazos e demais formalidades processuais cabíveis;

- após a conclusão do processo, a CPSPAD realiza a conferência dos aspectos formais, encaminhando o processo para a AAAJur que apresentará proposta de solução do processo a ser proferida pelo Comandante Logístico. Posteriormente, o processo é encaminhado para análise da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa – CONJUR/MD;

- a CONJUR, após apreciação, retorna os autos ao HFA para que a autoridade julgadora emita sua decisão, cujo conteúdo é publicado no Aditamento de pessoal Civil ao Boletim Interno do HFA, bem como lança os devidos registros no CGU-PAD; e

- por fim, a Seção de Legislação da Subdivisão de Pessoal Civil convoca o servidor acusado, se for o caso, para obter ciência do conteúdo do julgamento proferido. Os autos do processo são encaminhados à AAAJur para arquivamento.

3.3 Gestão de riscos e controles internos

Em outubro de 2016 foi criada, na estrutura organizacional do HFA, a Assessoria de Controle Interno (ACI) com a finalidade de prestar assessoramento ao Comandante Logístico do HFA nos assuntos relacionados à gestão de riscos e aos controles internos da gestão (Boletim Interno nº 192/HFA, de 5 de outubro de 2016).

A Assessoria de Controle Interno (ACI) tem por missão, assessorar o Comandante Logístico do HFA por meio da supervisão dos controles internos da gestão no HFA e da gestão de riscos, assim constituídos pelos agentes públicos responsáveis pela condução das atividades e tarefas, no âmbito dos macroprocessos finalísticos e de apoio.

Ao longo do exercício de 2017, a ACI realizou uma Autoavaliação abrangendo o ambiente de controle, os controles internos existentes e a avaliação dos riscos. O resultado do trabalho resultou em um relatório com Plano de Melhoria (5W2H).

Ainda em 2017, a ACI conduziu a criação do Comitê de Governança, Riscos e Controles (Boletim Interno nº 192/HFA, de 5 de outubro de 2016) e a instituição da Política de Gestão de Riscos do HFA (Portaria Nº 3818/Asse Ct Intr HFA/MD, de 25 de outubro de 2017).

Como parte da alta administração do HFA, a ACI participa de conselhos, comitês e comissões diversas, sempre com o foco na garantia dos procedimentos relacionados com a aderência às normas vigentes, a fim de que o Comandante Logístico possa exercer seu controle da gestão (governança) no Sistema Hospital das Forças Armadas (SisHFA) de forma eficiente e efetiva.

As atividades de controle interno da gestão e de gestão de riscos, supervisionadas pela ACI, visam cooperar com o atingimento dos objetivos e metas estabelecidos pelo HFA em seu Plano Estratégico, e, também, no acompanhamento da observância dos princípios impostos pelo ordenamento jurídico, como os da legalidade, da moralidade, da finalidade pública, da publicidade, da motivação e da impessoalidade.

Em 2018, com apoio da ACI, o Comitê de Governança, Riscos e Controles elaborou a Instrução Normativa nº 05, que disciplina a gestão de riscos no âmbito do HFA. A Instrução foi publicada no Boletim Interno nº 061, de 02 ABR 2018, e também, encontra-se disponível na página da intranet do HFA.

Em que pese a gestão de riscos ainda estar em implantação no HFA, já existe normatização interna com cronograma de implantação. A Política de Gestão de Riscos estabeleceu o prazo de 24 meses para a implantação gradativa da gestão de riscos no HFA.

A responsabilidade por identificar os eventos que constituam riscos, avaliar os riscos, responder e tratar os riscos e estabelecer, manter e aperfeiçoar os instrumentos de controle é da alta administração do HFA, assim constituída pelos Diretores, Chefes de Assessoria, Chefes de Divisão, Chefes de Subdivisão e Chefes de Seção, sem prejuízo das responsabilidades dos gestores de riscos nos seus respectivos âmbitos de atuação.

Os gestores de riscos gerenciam os riscos dentro de suas esferas de responsabilidade, conforme a tolerância e apetite a risco assumido pelo HFA. Os gestores de riscos têm a responsabilidade primária pela identificação e pelo gerenciamento dos riscos em suas áreas, conduzindo procedimentos diários e mantendo atualizados controles internos eficazes sobre as atividades desenvolvidas sob sua responsabilidade.

O processo de gestão de riscos no HFA, a ser implantado, consistirá no mapeamento dos processos, identificação dos eventos prioritários, validação, avaliação dos riscos, tratamento aos riscos, controles, avaliação do risco residual, monitoramento e na comunicação às partes interessadas.

Após o mapeamento dos processos, cada setor deverá realizar uma análise crítica dos processos com a finalidade de identificar e priorizar os eventos críticos que constituam fator de risco, utilizando, para tanto, a matriz GUT (Gravidade, Tendência e Urgência).

O processo de gestão de riscos compreenderá 03 (três) etapas: Etapa 1 - Identificação e avaliação; Etapa 2 – Tratamento e controle; e Etapa 3 – Monitoramento e gestão.

A Etapa 1 – Avaliação de riscos consistirá na identificação do processo avaliado, dos eventos que o compõe, do fator de risco (causas), das consequências, da probabilidade de ocorrência, do impacto caso o risco se concretize e da classificação do nível de risco.

A Etapa 2 – Tratamento e controle consistirá na identificação da resposta ao risco avaliado na Etapa 1, na definição dos tipos de controles a serem implementados e na identificação do risco residual.

A Etapa 3 – Monitoramento e gestão consistirá na análise crítica da avaliação e controle realizados.

Também merece destacar que a gestão de riscos se apoiará no mapeamento dos processos. Neste aspecto, para que se possa ter uma gestão de riscos efetiva, há necessidade que os processos finalísticos e de apoio estejam mapeados. Todos os setores deverão ter seus processos mapeados até o prazo previsto no Art. 12 da Política de Gestão de Riscos do HFA.

Somente com os processos mapeados será possível ter exemplos dos riscos existentes.

A identificação dos aspectos ambientais contribui para uma gestão de riscos eficiente e eficaz, nas seguintes atividades da gestão de riscos: mapeamento dos processos; identificação dos eventos críticos; identificação dos fatores de riscos (causas); identificação das consequências; e controles a serem implementados.

A gestão de riscos utilizará o Sistema de Gestão Hospitalar (SGH), sistema de possui uma aplicação denominada Sistemas Estratégicos com um módulo específico para a gestão de riscos. A avaliação, tratamento, controle e monitoramento dos riscos no HFA, no que couber, utilizará o SGH. As funcionalidades do módulo de gestão de riscos constam de manual disponível na intranet do HFA.

A ACI ainda coopera com o HFA por meio de orientações, estudos, rotinas e outras ações relacionadas às atividades de gestão de riscos e de controle interno da gestão, contribuindo, desta forma, para a prestação de contas do Hospital.

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão de Pessoas

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

4.1.1.1 Subdivisão de Pessoal Militar

O Hospital das Forças Armadas possui uma previsão de dotação de 445 militares da Marinha, Exército e Aeronáutica. Sendo que, durante o ano de 2017, cerca de 669 exerciam comissão neste nosocômio (conforme discriminado no quadro 1 - Força de Trabalho Militar do HFA). Ou seja, uma sobreposição de cerca de 50,33% no número previsto de militares lotados no HFA.

Além destes, ainda contávamos com outros 42 militares de Carreira e Temporários oriundos de outras OM da Marinha, do Exército e da Aeronáutica que estão à disposição para prestarem serviço de atendimento médico, odontológico, farmacêutico, administrativo, informática, dentre outros, que suprem deficiências de pessoal existentes neste Hospital.

Outra categoria que ajuda a suprir as demandas de pessoal do Hospital são os militares da reserva remunerada que são contratados como Prestadores de Tarefa por Tempo Certo (PTTC). Em 31 de dezembro de 2017, este nosocômio contava com 76 militares contratados pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica para prestarem Tarefa neste Hospital.

Quadro 33 - Força de Trabalho Militar do HFA (em 31/12/2017)

Militares	Marinha do Brasil		Exército Brasileiro		Aeronáutica	
	Previsto	Existente	Previsto	Existente	Previsto	Existente
Oficiais (da Ativa)	12	31	173	275	57	50
Praças (da Ativa)	18	68	180	231	35	14
Soma Pessoal da Ativa	30	99	353	506	92	64
Total Geral	Previsto		475	Existente		669

Fonte: PMIL/SICAPEX – HFA

Quadro 34 - Militares cedidos pelas Forças para prestarem serviço no HFA (em 31/12/2017)

Militares	Marinha do Brasil	Exército Brasileiro	Aeronáutica	Total
Ativa que estão lotados em outras OM e emprestados para o HFA	01	34	07	42
Inativos contratados (PTTC)	13	53	10	76
Total Geral	14	87	17	118

Quadro 35 - Força de Trabalho – Militares e Servidores – Situação apurada em 31/12/2017

Descrição			Previsto	Existente
Militares	Pessoal da Ativa do HFA	Oficiais	242	356
		Praças	233	313
	Pessoal da Ativa de outras OM	Cedidos pelas Forças	00	42
		PTTC	00	76
	Subtotal Militares			475

Fonte: PMIL/SICAPEX – HFA

4.1.1.2 Subdivisão de Pessoal Civil

O Hospital das Forças Armadas apresentou em 2017 uma previsão total de vagas em seu quadro de pessoal efetivo da ordem de 3.360 cargos. Entretanto, o quadro efetivo existente contou apenas com 1.682 servidores, ou seja, um déficit de 1.678 vagas, correspondente a 49,95% do quadro total. Considerando-se a existência de 06 servidores sem vínculo em cargos de Direção e Assessoramento Superior – DAS, o quadro total de servidores lotados no HFA em 2017 foi de 1.688. Deste cenário, infere-se que o HFA está funcionando com praticamente metade do efetivo necessário à sua capacidade total de trabalho.

Quadro 36 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	3360	1682	11	80
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3360	1682	11	80
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3358	1680	09	80
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	02	02	02	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	Não há	Não há	Não há
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	6	6	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	3366	1688	11	80

Fonte: Seção de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos

Dos 1.688 servidores pertencentes ao quadro de pessoal, 1.355 foram lotados na atividade finalística da unidade e 333 na atividade meio, ou seja, cerca de 80% e 20% respectivamente. Considerando-se o nível de escolaridade exigido pelos cargos, a lotação foi de 442 servidores em cargos de nível superior, 1.220 em nível intermediário e 26 em nível auxiliar. Agrupando-se os servidores por tipo de regime e/ou vínculo, em 2017 a configuração foi de 1.293 servidores pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas – PCCHFA; 210 pertencentes ao Plano Geral de cargos do Poder Executivo – PGPE; 178 empregados públicos celetistas regidos pela Lei nº 10.225/2001; 06 servidores sem vínculo em cargos de Direção e Assessoramento Superior – DAS; e 01 militar da reserva ocupante de DAS.

Em relação às funções gratificadas e cargos comissionados existentes na Unidade, correspondem a um total de 85, sendo 70 Funções Gratificadas – FGs e 15 cargos de Direção e Assessoramento Superior – DAS. Proporcionalmente, em relação ao número de servidores existentes no quadro de pessoal do HFA, as referidas gratificações alcançam apenas 5% do número de profissionais existentes no hospital, caracterizando retribuições em número insuficiente para a remuneração de atividades que exigem maior dedicação como papéis de gestão e cargos de chefia.

Quadro 37 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	330	1352
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	330	1352
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	329	1351
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	01	01
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	Não há

2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	Não há
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	04	02
4. Total de Servidores (1+2+3)	334	1354

Fonte: Seção de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos

Quadro 38 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	15	15	08	02
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	15	15	08	02
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	09	09	08	02
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	06	06	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	70	69	21	21
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	70	69	21	21
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	85	84	29	28

Fonte: Seção de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos

4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

4.1.2.1 Subdivisão de Pessoal Militar

As despesas com relação ao pagamento dos salários dos militares da ativa da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, lotados no HFA, bem como dos militares ativos cedidos para prestarem serviço no HFA e dos inativos (PTTC) contratados pelas Forças para prestarem serviços neste nosocômio são debitadas do Orçamento de cada Força Armada, não entrando no Orçamento destinado a este Hospital.

4.1.2.2. Subdivisão de Pessoal Civil

As principais despesas associadas à manutenção de pessoal na unidade dizem respeito à folha de pagamento de pessoal civil da unidade, que inclui seus vencimentos e auxílios, bem como a concessão de outros benefícios indiretos como programas de capacitação e treinamento internos e externos e a manutenção de Próprios Nacionais Residenciais que permitem a moradia de servidores civis e militares em unidades funcionais de habitação.

Os custos com a folha de pagamento dos servidores civis de carreira vinculados ao órgão totalizou o montante de R\$ 164.457.239,41. As despesas com servidores sem vínculo com a administração pública, em geral cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) perfizeram em 2017 um total de R\$ 244.024,09 e as despesas com servidores em regime de contratação temporária alcançaram o total de R\$ 56.189,22. Os gastos com servidores cedidos com ônus para a administração do hospital totalizaram R\$ 2.229.447,68.

Quadro 39 - Demonstrativo das despesas com pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2017	123.283.037,27	718.017,54	10.229.531,86	9.021.815,77	8.768.917,47	8.851.129,87	3.158.025,33	143.003,75	283.760,55	164.457.239,41
	2016	114.361.497,38	587.519,87	9.895.348,16	8.446.329,00	8.851.784,58	8.893.735,01	3.213.008,59	81.436,91	247.142,24	154.577.801,74
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	244.024,09	-	-	-	-	-	-	-	-	244.024,09
	2016	201.593,86	-	-	-	-	-	-	-	-	201.593,86
Servidores Cedidos com ônus											
Exercícios	2017	1.781.105,78	-	145.419,84	43.908,60	109.319,47	149.693,99	-	-	-	2.229.447,68
	2016	1.481.822,34	-	108.484,05	38.972,48	61.759,80	115.058,32	-	-	-	1.806.096,99
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	0,00	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	0,00
	2016	37.793,66	-	3.422,94	14.972,62	-	-	-	-	-	56.189,22

Fonte: Seção de Pagamento de Pessoal Civil

4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

4.1.3.1 Subdivisão de Pessoal Militar

A Divisão de Pessoal Militar do Hospital das Forças Armadas tem a seu encargo a gestão de militares de carreira, temporários, serviço militar obrigatório e pessoal designado para Prestar Tarefa por Tempo Certo (PTTC) das três Forças (Marinha, Exército e Aeronáutica).

Embora o Estatuto do Militares trace regras comuns que regem direitos e deveres a todos militares, cada Força possui legislações diferentes que regulam os procedimentos a serem adotados na gestão do seu pessoal, o que aumenta a necessidade de atenção as peculiaridades de cada Força, a fim de manter um controle cerrado sobre o pessoal e seus direitos.

Paralelo a isso, confronta-se, ainda, por se tratar de uma Organização Militar de Saúde (OMS), a questão dos militares da área de saúde possuir uma jornada de trabalho diferenciada dos militares da área administrativa e combatente, o que vem aumentar, ainda mais, a responsabilidade da seção no controle de todo efetivo militar.

O aumento de efetivo dos militares, além do previsto no quadro de cargos previstos das Forças para o HFA, se deve a necessidade de recompletamento de funções essenciais que tornaram-se vagas por causa de processos de demissão e aposentadoria de servidores civis. Um agravante neste processo, neste ano de 2017, se deu com a medida do governo que autorizou o plano de demissão voluntária.

O controle de presença e de horário de chegada e saída do pessoal militar é realizado por intermédio do sistema de Mapa Eletrônico da Força. Um ponto eletrônico registrado por meio de biometria, que todos são obrigados a registrar no início e no término do expediente. Nas repartições, o controle de presença é executado pelo Chefe da mesma.

Cabe pontuar também que, devido à necessidade de readequação da estrutura organizacional do HFA, a realidade imposta pelo aumento da demanda em atendimento, ocasionada pelo envelhecimento da população como um todo; pela atualização e surgimento de novas tecnologias da área da saúde, principalmente dos exames de diagnóstico; e pelas mudanças das legislações referentes a aquisição de material, a controles patrimonial e financeiro dentre outras atividades que influenciam na administração deste hospital, tornou-se necessário a elaboração de um novo Regimento Interno a fim de tornar a modelagem organizacional mais eficiente e ajustada à realidade.

Este novo regimento Interno foi elaborado e sua estrutura organizacional foi implementada experimentalmente para análise. Após as avaliações e correções necessárias, foi encaminhado para o Ministério da Defesa para aprovação do Ministro e publicação no Diário Oficial da União.

O próximo passo é a elaboração do Quadro de Cargos do Hospital das Forças Armadas e a consequente atualização dos Quadros de Cargo do Exército, de Lotação da Marinha e da Aeronáutica, discriminando exatamente o efetivo que cada Força deverá disponibilizar para o funcionamento das estruturas do HFA.

O Comitê de Gestão de Pessoas passou a fazer parte da estrutura organizacional deste Hospital, sendo suas atribuições e responsabilidades detalhada no Regimento Interno que se encontra em fase de aprovação. Dentre as suas atribuições, as principais são discutir as demandas existentes de pessoal, as qualificações necessárias para ocupação das funções e a distribuição do efetivo transferido para o HFA, a fim de atender da melhor forma possível a eficiência deste nosocômio.

4.1.3.2 Subdivisão de Pessoal Civil

Os principais fatores considerados como riscos associados a pessoas no Hospital das Forças Armadas durante o exercício de 2017 foram a significativa evasão de pessoal; o cumprimento de determinações legais sobre jornada de trabalho do servidor público federal; os mecanismos de controle da pontualidade e assiduidade dos servidores civis; a alocação de pessoal

do quadro de servidores civis; e as penalidades disciplinares associadas ao descumprimento de parâmetros constitucionais como acúmulo de cargos; dentre outras questões de cunho institucional.

4.1.3.2.1 Controle de frequência e pontualidade dos servidores civis

Um dos maiores desafios da administração pública consiste em adotar como prática o princípio da eficiência, ou seja, realizar mais em menor tempo e com um menor custo. Entretanto, tal princípio encontra obstáculos como a carência de servidores para prestação da tarefa pública. Dentre os fatores mais influentes para a insuficiência de colaboradores ativos nas atividades institucionais do órgão figuram a inassiduidade e o alto índice de afastamentos de servidores. Em um ambiente hospitalar este impacto se amplia, tendo em vista a necessidade de atendimento imediato e multidisciplinar aos pacientes, bem como a imperatividade de manutenção de um número mínimo de profissionais necessários ao funcionamento dos serviços de urgência, emergência e internação.

O Hospital das Forças Armadas, por intermédio da Divisão de Recursos Humanos e da Seção de Frequência e Controle, promoveu em 2017 a sistematização de seus procedimentos de controle da assiduidade e pontualidade de seus servidores, através da Publicação da Orientação Normativa nº 07/CMT LOG-HFA, de 27 de julho de 2017, versando sobre tópicos como cumprimento de jornada diária e semanal, regimes de escalas e plantões, adicional noturno, cômputo de horas positivas e negativas, atrasos e saídas antecipadas, desconto de faltas e possibilidade de compensação, bem como difundindo no âmbito do Hospital das Forças Armadas, a legislação sobre o tema e os parâmetros adotados pela administração para seu controle e regulação. Em 2017 foram emitidas 107 notificações a servidores e chefias por motivos relacionados à frequência de suas equipes e subordinados, ao passo que em 2016 havia sido promovidas 42 notificações.

Ao longo de 2017 foram adotadas medidas no sentido de promover manutenções evolutivas no sistema com vistas à correção dos parâmetros de déficit e de excesso de horas trabalhadas, permitindo sua adequada compensação, em respeito ao disposto no artigo 44 da Lei nº 8.112/90, evitando-se assim a ocorrência de banco de horas, prática não permitida no âmbito do serviço público federal, conforme Nota Técnica nº 667/2009/COGES/DENOP/SRH/MP, de 03 de dezembro de 2009.

Dentre os maiores óbices relacionados às melhorias relativas ao controle de frequência se destacam o reduzido número de servidores para análise qualitativa dos dados aferidos pelo sistema, bem como para transformação destes em informações relevantes para a melhoria dos processos de gestão. A centralização dos controles e das justificativas de ponto do servidor em um único setor, bem como a grande fluxo de informações a serem analisadas ocasionam redução do tempo disponível para avaliação de demandas e informações gerenciais.

Um fator de impacto na qualidade dos controles reside na deficiência de alguns equipamentos de registro obsoletos, ocasionando indisponibilidade, problemas na leitura de digitais e dificuldades no registro. Além do mencionado, a ausência de contrato de manutenção do sistema de registro de ponto ocasiona limitações à sua evolução e à implantação de novos parâmetros de controle. Por fim, a cultura organizacional do serviço público, resistente a mudanças, redundando na falta de colaboração das chefias imediatas que não acompanham efetivamente a assiduidade e pontualidade de seus servidores, bem como a permanência destes nos setores e o cumprimento integral da jornada de trabalho.

Outro ponto a se destacar diz respeito às novas modalidades de trabalho à distância e à possibilidade de medição da produtividade do servidor com base não apenas na jornada presencial, mas em resultados e desempenho. Certamente a legislação que rege o sistema de trabalho público federal não tem acompanhado as mudanças laborativas na mesma velocidade em que a tecnologia e as novas possibilidades de atividade institucional exigem. Este é um dos maiores desafios das relações entre a instituição pública e o servidor, qual seja, integrar a legislação às necessidades práticas da unidade, sobretudo em áreas como saúde, ensino e pesquisa.

Existe ainda o projeto de criação de núcleos avançados de frequência e controle que permitiriam disponibilizar aos diversos setores do HFA acesso aos módulos de justificativa de espelhos de ponto e controle de escalas, com vistas a concentrar na Seção de Controle e Frequência atividades de característica gerencial, descentralizando aos diversos setores as rotinas de caráter operacional.

Busca-se ainda automatizar diretamente no sistema de registro e controle de ponto atividades como elaboração e alteração de escalas e procedimentos de desconto de faltas e déficit de horas, de modo a permitir os lançamentos financeiros de maneira célere, gerando confiabilidade e segurança dos dados, alterações e acertos financeiros automáticos, minimizando o risco de erros por lançamentos manuais.

Por fim, a Divisão de Pessoal Civil, por intermédio da Seção de Controle e Frequência possui como meta iniciar processo licitatório para aquisição de um novo sistema de registro de ponto, com maior capacidade de processamento e tratamento de informações, com vistas a atender às peculiaridades características de uma instituição de saúde.

4.1.3.2.2 Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – CPSPAD

Um dos riscos inerentes à atividade de gestão de pessoas diz respeito à questão disciplinar do servidor civil. A equivocada concepção de que a estabilidade funcional admite condutas inadequadas e não condizentes com a ética necessária à condução das atividades públicas deve ser mudada. Nesse diapasão foi concebida, em 2016, a ideia de instituir, no âmbito do Hospital das Forças Armadas, uma comissão dedicada permanentemente ao acompanhamento e orientação das atividades relacionadas às sindicâncias, procedimentos investigativos e processos administrativos disciplinares relacionados à conduta dos profissionais de seu quadro de pessoal.

Assim, em 19 de abril de 2016, foi criada, por intermédio da Portaria nº 18/SEÇ PES CIV HFA/S DIV GEST PES HFA/DCOI/CMT LOG – HFA/HFA/SEPESD/SG – MD, a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – CPSPAD, com a finalidade de compor, conduzir e orientar as comissões compostas para apurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares - PADs.

Composta por 05 servidores civis, sendo 04 permanentes e 01 de apoio, a CPSPAD conduziu, no exercício de 2017, 40 processos administrativos, sendo 05 investigações preliminares, 10 sindicâncias investigativas, 13 processos administrativos disciplinares; 01 Processo Disciplinar contra empregado público; e 11 processos administrativos disciplinares sumários, versando sobre assuntos como acúmulo e abandono de cargos; insubordinações graves à chefia imediata; dano ao erário; dentre outras impropriedades. O número de processos conduzidos em 2015 foi de 14 e em 2016, 24 procedimentos. Em 2017 foram conduzidos 40 processos, caracterizando um aumento de mais de 60% em relação às apurações realizadas no exercício anterior.

Um dado de extrema relevância é a resolubilidade e correção dos processos conduzidos pela CPSPAD. Desde sua instituição, nenhum processo administrativo sob sua responsabilidade foi devolvido por erro formal, bem como os prazos de apuração e o número de devoluções para correção de relatórios finais foi sensivelmente reduzido. Depreende-se deste resultado, a dedicação exclusiva e o enfoque dado pela equipe para a realização de um trabalho de qualidade.

No tocante ao julgamento dos processos instaurados em 2017, 10 foram concluídos; 16 aguardam análise conclusiva por parte da Assessoria de Apoio a Assuntos Jurídicos do HFA e/ou da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa; 11 permanecem em andamento; e 03 encontram-se sobrestados. Dos processos concluídos, 01 resultou em demissão; 03 investigações preliminares e/ou sindicâncias resultaram em instauração de processo administrativo disciplinar; e 06 foram arquivados.

A apuração de irregularidades relacionadas ao pessoal da unidade é desempenhada em conjunto pelas áreas da Assessoria de Apoio para Assuntos Jurídicos - AAAJur e pela Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar - CPSPAD, cabendo-lhes acompanhar, conforme determinação do Comando Logístico do Hospital, a instauração e demais fases relativas a processos

administrativos disciplinares e sindicâncias investigativas e apuratórias. Todas as fases dos referidos procedimentos devem ser registradas no sistema CGU-PAD, nos termos do disposto na Portaria CGU nº 1.043/2007.

Durante o período de 01/01 a 31/12/2017, dos 40 processos conduzidos pelo HFA, 38 foram registrados no sistema CGU-PAD. Os 02 processos não registrados se referem a investigações preliminares, anteriormente não registradas no mencionado sistema. Entretanto, atendendo à orientação da Controladoria Geral da União – Setorial do Ministério da Defesa, estes passaram a ser formalizados também através do CGU-PAD. Os 02 processos encontram-se sob análise e julgamento da CONJUR/MD e tão logo retornem ao HFA, serão devidamente registrados no sistema. Segue detalhamento dos processos conduzidos ao longo de 2017:

Quadro 40 - Processos conduzidos ao longo de 2017

Hospital das Forças Armadas	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Nº de procedimentos:
Total de apurações diretas	0
Total de investigações preliminares	3
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	1
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	13
Total de Ritos Sumários	11
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias Investigativas	10
Total de Sindicâncias “Servidor Temporário”	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	40

A CPSPAD tem atuado ainda em conjunto com a Ouvidoria do HFA através do acolhimento de reclamações formuladas por usuários do hospital e da análise, através da AAAJur, sobre a pertinência de convertê-las em processos administrativos para apuração. O maior óbice à condução mais célere dos processos pela CPSPAD está no reduzido número de servidores que compõem a comissão frente ao número de processos instaurados e a apurar, aliados ao trabalho de orientação formal às comissões instauradas e de conscientização dos servidores.

Como planejamento para 2018, a CPSPAD pretende realizar a normatização interna dos procedimentos, rotinas, formulários e manuais que visem auxiliar a condução dos processos administrativos, bem como capacitar e ampliar a equipe de servidores dedicados permanentemente aos trabalhos de apuração disciplinar.

Além disso, das atividades realizadas pela CPSPAD em 2017, surgiu a necessidade de criação de uma seção específica para acompanhar os casos de acúmulo indevido de cargos; incompatibilidade de jornada de trabalho; limite remuneratório constitucional; duplicidade de recebimento de benefícios; dentre outras vedações que possam resultar em abertura de processos administrativos, evitando a instauração excessiva de processos.

4.1.3.2.3 Termo de Ajustamento de Conduta – TAC

Em 2017, o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU) regulamentou a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, por intermédio da Instrução Normativa nº 02, de 30 de maio de 2017, que busca facilitar e conferir maior celeridade à atuação das comissões de processo administrativo no Poder Executivo Federal.

Desta forma, alinhada à instrução do Ministério da Transparência, foi publicada a Orientação Normativa nº 08/CMT LOG – HFA, de 28 de agosto de 2017, que instituiu o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC no âmbito do Hospital das Forças Armadas. Os procedimentos para aplicação deste instrumento são coordenados pela Subdivisão de Pessoal Civil, após autorização do

Comandante Logístico do HFA. Ao término do processo, o termo celebrado deverá ser encaminhado para análise da Assessoria de Apoio para Assuntos Jurídicos – AAAJur e homologado pelo Comandante Logístico.

O TAC será aplicado nos casos em que o servidor cometer infrações de menor potencial ofensivo, punível com advertência. E não pode ser aplicado se o servidor tiver registrado nos assentamentos funcionais celebração de TAC nos últimos dois anos ou qualquer penalidade disciplinar. Ao assinar o Termo o servidor se declara estar ciente da infração disciplinar cometida e se compromete a ajustar sua conduta, observando os deveres e proibições legais. O TAC será homologado pelo Comandante Logístico, ouvida a AAAJur.

4.1.3.2.4 Negociações relacionadas ao Plano de Cargos e Carreiras do HFA - PCCHFA

Os principais riscos na área de gestão de pessoas do HFA são os relacionados à evasão de pessoal. Visando minimizar essa situação, foi enviado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, via Ministério da Defesa, o Processo nº 60550.000149/2011-55, solicitando a reestruturação do Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas – PCCHFA, com melhorias salariais.

O fator de maior impacto para a evasão de profissionais do Hospital das Forças Armadas é o baixo valor das remunerações ofertadas pelo órgão, sobretudo nos cargos de saúde, em comparação aos valores praticados no mercado privado e público do Distrito Federal. A título de exemplificação, o valor de remuneração inicial para o cargo de médico do HFA é de R\$ 4.247,13, para uma carga horária de 20 horas semanais.

O mesmo profissional recebe, na Secretaria de Saúde do Distrito Federal, o valor inicial de R\$ 7.276,05 para a mesma carga horária, podendo inclusive fazer jus a gratificações pelo exercício de chefia; gratificação por movimentação; gratificação por atividade médica; gratificação por atividade médica especial; gratificação por condições especiais de trabalho; gratificação de incentivo as atividades básicas de saúde; recebimento de horas extras e possibilidade de se candidatar à atividade de preceptor em residência médica e de professor na Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde, agregando benefícios e ganhos indiretos que, seja por força de vedação legislativa, seja por fatores de restrição orçamentária, financeira e política não são ofertados no âmbito do HFA.

Desta forma, é natural que a cada nova convocação de profissionais de saúde no Governo do Distrito Federal, o HFA sinta o impacto direto em seu quadro de pessoal. Assim, visando diminuir a evasão de profissionais, o hospital retomou, no ano de 2017, junto ao Ministério da Defesa e ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, as negociações referentes à reestruturação do Plano de Cargos e Carreiras do HFA.

O processo contendo o pedido de reestruturação foi enviado pelo HFA ao Ministério da Defesa em 31/03/2014, tendo sido remetido ao Ministério do Planejamento em 09/10/2014 e remetido através da Exposição de Motivos Interministerial EMI nº 00423/MD/MP, de 17/08/2015. No Ministério do Planejamento o processo foi convertido no número 03000.004696/2014-45. Em abril de 2017, o referido processo é restituído ao HFA com a informação de que não haveria possibilidade de atendimento ao pedido.

Em maio de 2017 o HFA solicitou ao Ministério da Defesa a retomada da pauta de negociações relativas ao PCCHFA. O Ministério da Defesa sinalizou a possibilidade de novo envio para análise, incluindo, além dos servidores estatutários, tabela específica tratando de reajuste aos empregados públicos do HFA, com vistas à sua inclusão no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2018. Em julho de 2017, a referida proposta é reapresentada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão por intermédio da Exposição de Motivos Interministerial nº 00122/2017 MD MP, órgão no qual permanece para fins de deliberação.

Em setembro de 2017, segundo informações do Protocolo Integrado do Governo Federal, o processo foi sobrestado em virtude da necessidade de aguardar orientações quanto à Política de Gestão de Pessoas, com relação a Organização de Carreiras do Poder Executivo, em discussão no âmbito da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho.

A falta de progresso das negociações relativas ao PCCHFA certamente impactará diretamente na manutenção dos níveis de atendimento do hospital, bem como na permanência de seus servidores, sobretudo da carreira médica. Somente em 2017 ocorreram 29 exonerações de médicos a pedido. De um quadro total de 782 vagas, o hospital contava, em dezembro de 2017, com menos de um terço de seus profissionais previstos, num total de 221 médicos ativos.

Outros riscos relacionados aos cargos e carreiras do Hospital das Forças Armadas dizem respeito a questões como ausência de regulamentação da progressão funcional de seus servidores civis, que depende de manifestação do Ministério do Planejamento e Gestão, cujas análises deverão ser retomadas em 2017. Outro fator de risco diz respeito à interpretação sobre a carga horária de profissões regulamentadas em legislação específica, como é o caso das profissões de Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Assistente Social e Técnico em Radiologia, cujo entendimento do Ministério do Planejamento se traduz na literalidade da nomenclatura dos cargos, compreendendo sua carga horária de maneira genérica e desconsiderando as peculiaridades e regulamentações específicas de suas atividades.

Questionamentos já foram formulados pelo HFA no sentido de dirimir tal questão. Entretanto, restaram infrutíferos, ensejando diversas ações judiciais com o intuito de conceder posse e de permitir o acúmulo lícito de vínculos funcionais. Esta discussão deverá ser retomada pelo hospital durante o exercício de 2018.

Outro ponto relevante diz respeito à ausência de incentivo ao exercício das atividades de chefia e gestão. A remuneração deficiente fez com que de um total de 27 vagas para Analistas-Técnico Administrativos, restem apenas 17 profissionais administrativos de nível superior, sendo 03 cedidos a outros órgãos da administração federal.

A impossibilidade de retribuição adequada por atividades mais complexas e que demandem regime de dedicação exclusiva acarreta na evasão de excelentes profissionais e na dificuldade de compor equipes lideradas por servidores civis. Embora com um quadro de 1.688 servidores, o HFA detém apenas 15 gratificações de Direção e Assessoramento Superior – DAS, 8 Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE e 70 Funções Gratificadas – FGs, sendo que o valor das FGs não ultrapassa os R\$ 443,31.

Nota-se que as reduzidas gratificações existentes não constituem atrativos a profissionais gabaritados a compor o quadro de pessoal do HFA e não são condizentes com as especificidades e nível técnico de formação necessários à condução de uma Unidade que possui como missão e visão institucional a prestação de assistência à saúde e o fomento ao ensino e à pesquisa.

Com vistas a minimizar o impacto da evasão de profissionais do hospital, inúmeros projetos e consultas tem sido realizadas com o intuito de reestruturar o plano de cargos e carreiras do HFA; descentralizar um maior número de funções gratificadas para retribuição dos exercícios de atividades relacionadas à chefia e gestão; concessão de gratificação relacionada às atividades de preceptoria, solicitações de novos concursos e contratações temporárias. Entretanto, em que pese as tentativas e solicitações, as experiências anteriores demonstram que, enquanto não houver uma reestruturação de carreiras e uma atualização salarial condizente com o praticado no cenário do Distrito Federal, o HFA continuará a sofrer as consequências da evasão e da rotatividade de seus servidores.

4.1.3.2.5 Programa de Desligamento Voluntário do Governo Federal

Em 26 de julho de 2017, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 792, regulamentada pela Portaria nº 291, de 12 de setembro de 2017, versando sobre o Programa de Desligamento Voluntário – PDV; a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional; e a licença incentivada sem remuneração, no âmbito da administração pública federal.

Considerando a contínua e significativa evasão de profissionais vivenciada pelo HFA, esta Administração solicitou ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por intermédio do Ministério da Defesa, gestões no sentido de que o Hospital fosse incluído nas hipóteses de vedação à possibilidade de adesão por parte de seus servidores. Entretanto, antes de obter resposta

conclusiva sobre o pedido formulado, a Medida Provisória em questão perdeu a eficácia em 28 de novembro de 2017, sem que houvesse deliberação de seus termos pelo Congresso Nacional.

Assim, até 28 de novembro, 47 profissionais solicitaram adesão ao PDV, sendo 22 desligamentos, 17 reduções de jornada e 08 licenças incentivadas. Os atos discricionários foram negados em sua totalidade pelo Comandante Logístico do HFA. Dos atos vinculados, 08 pedidos foram efetivamente operacionalizados com o desligamento dos servidores do Hospital.

4.1.3.2.6 Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos

Uma das ferramentas utilizadas para análise dos riscos associados à gestão de pessoas são os indicadores gerenciais de recursos humanos. Os indicadores utilizados pela gestão do HFA são Absenteísmo; Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais; Rotatividade (Turn Over); Educação Continuada; Disciplina; Aposentadoria *versus* Reposição do Quadro e Reclamações Trabalhistas. Durante o exercício de 2017, os referidos indicadores obtiveram os seguintes percentuais:

Quadro 41 - Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos

Indicadores – janeiro a dezembro de 2017	2016 (%)	2017 (%)
Absenteísmo (Percentual Médio)	5,9	8,5
Acidente de Trabalho e Doenças Ocupacionais	0,9	1,87
Rotatividade	3,2	3,40
Educação Continuada	30,4	29
Disciplina	1,3	2,20
Aposentadoria <i>versus</i> Reposição do Quadro	0,96	0,95
Reclamações Trabalhistas	0,98	2,39

Ao analisar o índice Absenteísmo, ocorreu uma pequena elevação do percentual médio entre os anos de 2016 e 2017, resultando em 5,9% e 8,5%, respectivamente. Tal aumento se deve ao maior número de ausências, sobretudo de licenças para tratamentos de saúde dos profissionais e de familiares. Outro fator relevante para o aumento foi o maior rigor e controle no registro de faltas dos servidores civis.

Com relação ao indicador de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais, o percentual obteve um aumento de 0,9% em 2016 para 1,87% em 2017, demonstrando uma crescente nas ocorrências de afastamentos em razão de acidentes e/ou doenças em serviço. Sobre a Rotatividade (*Turn Over*), houve manutenção média do índice, passando de 3,2% para 3,4%, ocasionado pelo egresso de servidores/empregados públicos que solicitaram exoneração e/ou vacância no período.

Em relação ao indicador de Educação Continuada, o índice sofreu uma leve retração quando comparado ao ano de 2016, atingindo em 2017 o percentual de 29%. Este quantitativo denota uma pequena diminuição na participação de servidores em eventos de capacitação, sobretudo nos meses de janeiro, fevereiro, junho e julho de 2016, tipicamente utilizados para usufruto de férias dos servidores da Unidade.

Em se tratando dos parâmetros relacionados à Disciplina, houve um acréscimo percentual de 1,3% em 2016 para com 2,2% em 2017, demonstrando um aumento no número de investigações preliminares, sindicâncias e processos administrativos disciplinares. Este incremento está diretamente relacionado à atuação da Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – CPSPAD com o intuito de permanentemente se dedicar às atividades de apuração disciplinar, bem como às comunicações formuladas pelo Tribunal de Contas da União em trilhas de auditoria de pessoal.

Em relação ao indicador de Aposentadoria *versus* Reposição do Quadro, houve uma conservação média do percentual, passando de 0,96% em 2016 para 0,95% em 2017. Assim,

percebe-se que o número de aposentadorias se manteve estável frente a um quadro de baixa taxa de reposição do quadro de servidores por ausência de novos concursos no período.

Este cenário não deve se repetir ao longo de 2018, uma vez que as expectativas em relação às mudanças nas regras da Previdência têm gerado um aumento no número de solicitações de aposentadoria. Além disso, a incorporação de gratificações no vencimento dos servidores em inatividade tende a modificar o cenário de aposentadorias até 2019, momento em que a incorporação será de praticamente 100% do valor recebido na ativa. Nos indicadores relacionados às Reclamações Trabalhistas houve expressivo aumento de 0,98% em 2016 para 2,39% em 2017, representando uma ampliação de 1,41% na quantidade de reclamações por parte dos servidores do HFA em 2017.

4.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários

Não houve, durante o exercício de 2017, sob a Administração do Hospital das Forças Armadas, contratação de estagiários.

4.1.5 Contratação de Consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Em 2017 não ocorreu, no âmbito da Administração do HFA, a contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

4.2 Gestão do Patrimônio e infraestrutura

4.2.1 Gestão da frota e veículos

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

- Orientação Normativa nº 10 /CMT LOG-HFA, 14 de novembro de 2017-Normas para a classificação, identificação, finalidades e utilização dos veículos oficiais no âmbito do Hospital das Forças Armadas (HFA) – publicada no Boletim Interno nº 232/HFA, de 05 de dezembro de 2017.

A importância da frota de veículos é fundamental para o desenvolvimento das atividades de diversos setores e clínicas do HFA. Dentre as atividades importantes cita-se: remoção intra-hospitalar e inter-hospitalar de pacientes, transporte sangue e plaquetas para o banco de sangue, transporte de medicamentos para Farmácia Central e depósitos de medicamentos, transporte de pessoal para assistência domiciliar a pacientes acamados, transporte de pessoal para reuniões, representações, cursos de capacitação, solenidades militares e civis, atividades militares, audiências judiciais, serviço de estafeta e postagem de correspondências, transporte de equipamentos e material de consumo.

A frota do HFA é composta por 24 (vinte e quatro) veículos, com idade média 8,7 anos, e na seguinte distribuição:

- Grupo I - veículos especiais:
 - Transporte de Pessoal: 01(um) PEUGEOT 307 SD.
- Grupo II - veículos de serviço:

- Transporte de Pessoal: 01 (um) FORD FIESTA HATCH, 02 (dois) VW GOL, 04 (quatro) FIAT UNO MILLE, 01 (um) FIAT SIENA, 01 (uma) GM S-10, 01 (um) TOYOTA COROLLA, 02 (dois) RENAULT LOGAN e 01 (um) PEUGEOT 307 SD; e

- Transporte de Pessoal coletivo: 01 (um) MBB VAN SPRINTER 413 CDI, 01 (um) MBB VAN SPRINTER 310 D, 01 (um) RENAULT MASTER VAN, 01 (uma) CITROEN JAMPER VAN e 01 (um) AGRALE MICROÔNIBUS.

- Transporte de Carga:

- 01 (um) IVECO DAILY e 01 (um) MBB SPRINTER 313 Furgão.

- Grupo III - veículos de serviço especiais:

- Ambulância de Suporte Básico: 01 (uma) MBB SPRINTER CDI 313 e 01 (uma) RENAULT MASTER; e

- Ambulância de Suporte Avançado (UTI): 01 (uma) RENAULT MASTER.

A frota de veículos do HFA sofreu um acréscimo e consequente renovação, no ano 2017, através do recebimento de 06 (seis) veículos de outros órgãos, por meio de termo de cessão. Cito abaixo:

- Transporte de Pessoal: 01 (um) VW GOL, 01 (um) FIAT SIENA, 01 (uma) GM S-10, e 02 (dois) RENAULT LOGAN – transferidos do Ministério da Defesa; e

- Transporte de Pessoal Coletivo: 01 (uma) CITROEN JAMPER VAN – transferido da Secretaria-Geral do Exército.

Despesas relativas à frota de veículos do HFA em 2017:

Quadro 42 - Consumo de Combustíveis

1- Consumo de Combustíveis		
Tipo	Quantidade	Valor
Gasolina	10.629,40 litros	R\$ 36.915,10
Óleo diesel	9.768,93 litros	R\$ 32.893,94
Valor Total		R\$ 69.809,04
*Observações:		
1) 5.000 (cinco mil) litros de óleo diesel foram destinados ao reservatório dos geradores de energia da Seção de Eletricidade;		
2) Processo Administrativo Nr: 60550.000831/2017-33.		

Quadro 43 - Manutenção e Conservação de Veículos

2- Manutenção e Conservação de Veículos	
Tipo	Valor
Aquisição de material para manutenção, limpeza e conservação de veículos.	R\$ 3.025,11
Prestação de serviços automotivos	R\$ 6.220,00
Valor Total	R\$ 9.355,11
Processos Administrativos Nr 60550.004527/2017-65/ 60550.030643/2017-30.	

Quadro 44 - Taxas do DETRAN-DF e Seguro DPVAT

3- Taxas do DETRAN-DF e Seguro DPVAT	
Tipo	Valor
Taxas de Seguro obrigatório (DPVAT):	R\$ 1.801,35
Taxas de Licenciamento Anual (DETRAN-DF)	R\$ 1.449,00
Taxas de Placas de Vinculadas (DETRAN-DF)	R\$ 468,00
Taxas de Transferência de Propriedade (DETRAN-DF)	R\$ 1.000,00
Emplacamento do veículo CITROEN JAMPER	R\$ 413,87
Valor Total	R\$ 5.132,22
Processos Administrativos Nr: 60550.003531/2017-14/ 60550.022310/2017-37/ 60550.039795/2017-06	

Processo de renovação da frota do HFA:

- aquisições de veículos: foi adquirido no exercício de 2017, 01 (um) veículo de serviço especial, tipo ambulância de Suporte Avançado (UTI), no valor de R\$ 261.000,00, através do Processo Administrativo nº 60550.012378/2017-16, da qual ainda não foi entregue pelo fornecedor, por estar dentro do prazo previsto no edital da licitação.

- descargas: foram descarregados, no exercício de 2017, 02 (dois) veículos de serviço de transporte de pessoal e 01 (um) veículo de serviço de transporte carga, ambos com mais de 10 (dez) anos de uso e pela manutenção ter se tornada antieconômica para instituição.

Quadro 45 - Descargas de veículos

Veículo – Marca/Modelo	Placa /Chassis	Ano Fab/Modelo
GM - ASTRA CD /HATCH	DKT 0430 9BGTT48B04B160065	2004/2004
CAMINHONETE GM/ S-10 GASOLINA	DEC 4916 9BG138AX01C420431	2001/2001
CAMINHÃO GMC- ISUZU 7-110 DIESEL	AJC 6218 9BG331NC01C709849	ANO 2001/2001
Processo Administrativo Nr: 60550.015633/2017-74.		

A estrutura de controle para manutenção da frota:

- a manutenção é gerenciada pela Seção de Transporte e executada de acordo com o plano de manutenção preventiva, observando o que prescreve os respectivos manuais dos veículos. A Seção de Transporte adota critérios de controle e registro na escrituração dos serviços para assegurar uma prestação de serviço eficiente e econômica. As viaturas que necessitam de manutenção/reparação especializada são encaminhadas para oficinas credenciadas.

Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

- a requisição para solicitação de um veículo para atividade de serviço deve ser feita no mínimo com 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, em modelo pré-estabelecido. A Seção de Transporte realiza o agendamento das necessidades verificando os seguintes aspectos: tipo de transporte, horário, local e números de pessoas a serem transportadas. Diante de tais dados é possível viabilizar a utilização de um único veículo para transporte de várias necessidades, economizando meios e recursos financeiros;

- os condutores de veículos oficiais podem ser todos militares ou servidores do HFA, registrados em número limitado, habilitados e capacitados pela Seção de Transporte a conduzirem os veículos em obediência às normas do Código Brasileiro de Trânsito (CTB) e a Orientação Normativa Nº 10 /CMT LOG-HFA, 14 de novembro de 2017;

- os controles de circulação dos veículos são de responsabilidade da Seção de Transporte e dos condutores dos veículos, através das Fichas de Controle Diário de Movimento de Viatura e da Ficha de Saída de Veículos, onde são registrados os dados como horários de saída e regresso, itinerário e quilometragem percorrida.

Não foram inseridas informações sobre veículos contratados de terceiros, haja vista que esta UPC não dispõe deste tipo de prestação de serviço.

O controle de combustíveis:

- os combustíveis são fornecidos por empresa terceirizada contratada por meio de processo licitação, onde todos os veículos são cadastrados em sistema web e possuidores de cartão magnético de identificação e senha de utilização. O sistema é disponibilizado aos fiscais de contrato do HFA, para fins de alteração de dados cadastrais, senhas, consultas e geração de relatórios discriminados sobre os abastecimentos dos veículos; e

- os cartões são disponibilizados aos motoristas apenas no dia e no ato do abastecimento do veículo, e conseqüente devolução acompanhado do Cupom Fiscal gerado pelo posto de combustível, onde todos os dados sobre o abastecimento são registrados em formulário e planilhas de controle.

4.2.2 Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Os veículos inservíveis ou fora de uso são submetidos a Exame e Averiguação de Material realizado por uma comissão composta por 03 (três) membros, os quais verificam as condições e a viabilidade de recuperação ou não deste veículo. Caso seja inviável a recuperação deste o veículo, será dada a baixa do patrimônio (descarregada) do Hospital.

A Seção de Almojarifado, por intermédio da Comissão de Desfazimento fará o Termo de Desfazimento, descrevendo a destinação do material que geralmente é a transferência, por meio de Termo de Doação, para o 16º Batalhão Logístico, do Exército Brasileiro, onde será feito processo de alienação. Tal procedimento é adotado por não gerar custos para o HFA, uma vez não ser compensador montar um processo alienação para poucos veículos, tendo em vista que, pelo menos uma vez ao ano, o Exército Brasileiro, realiza este processo de alienação de veículos no âmbito da 11ª Região Militar.

4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da Unidade Jurisdicionada: a Divisão de Infraestrutura - Div Infra, criada em 2016, é o setor responsável do HFA. A Subdivisão de Engenharia e a Seção de Próprios Nacionais Residenciais – Seç PNR, subordinadas em sua estrutura organizacional, possuem as atribuições de gestão e de controle do patrimônio imobiliário.

Distribuição geográfica dos imóveis da União: o complexo do HFA possui uma área total de 357.591,9 (trezentos e cinquenta e sete mil e quinhentos e noventa e um vírgula um) m², estando inclusos os edifícios diretamente relacionados às atividades hospitalares (Centro de Internação com 14 pavimentos, Ambulatório, Emergência, Odontoclínica, Instituto do Coração, Unidade de Saúde Mental e Departamento de Ensino e Pesquisa) e seu funcionamento (Corpo da Guarda e Contingente Militar, Administração, Seção de Transportes, Departamento de Serviços Gerais, Almojarifado, Lavanderia, Alimentação, Depósitos, caixas d'água, subestações de energia elétrica e central de ar-condicionado). Possui, ainda, uma Capela, uma Agência da Caixa Econômica Federal, uma lanchonete (em construção) e dois setores residenciais internos - SRI 1 com 84 (oitenta e quatro) unidades e SRI 2 com 320 (trezentos e vinte) unidades.

Além destas edificações possui, também, os imóveis abaixo relacionados:

- SHCES Quadra 1303 – 10 (dez) unidades nos Blocos C, D e A;

- SQN 114 – 20 (vinte) unidades nos Blocos A e B; e
- SQS 313 – 41 (quarenta e uma) unidade nos Blocos C, D, F e J.

Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet: as informações relativas aos registros dos imóveis jurisdicionados ao HFA, os quais constam do SPIUnet, são lançadas pela Seção de PNR.

Informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação: conforme Quadros 1 e 2.

Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis: as despesas com manutenção predial das instalações/HFA e dos PNR, foram executadas no exercício financeiro de 2017 pela empresa contratada Tecnicall Engenharia Ltda, e totalizaram R\$ 3.306.018,52 (três milhões, trezentos e seis mil, dezoito reais e cinquenta e dois centavos), discriminados da seguinte forma:

- mão de obra fixa - R\$ 188.240,36 (cento e oitenta e oito mil duzentos e quarenta reais e trinta e seis centavos);

- insumos - R\$ 1.038.611,05 (um milhão trinta e oito mil seiscentos e onze reais e cinco centavos);

- manutenção e reforma de PNR - R\$ 571.052,67 (quinhentos e setenta e um mil cinquenta e dois reais e sessenta e sete centavos); e

- serviços eventuais – R\$ 1.508.114,44 (um milhão, quinhentos e oito mil, cento e quatorze reais e quarenta e quatro centavos).

Os controles financeiro e técnico são executados por fiscais de contratos designados pelo Comandante Logístico/HFA e publicado em Boletim Interno. Em 2017 foram autorizadas 497 (quatrocentas e noventa e sete) Ordens de Serviço - OS, para atendimento às diversas instalações/HFA e permissionários dos PNR. Cabe ressaltar que os valores pagos pelos moradores do PNR a título de taxa de ocupação, custeiam as despesas de manutenção dos PNR.

Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los: a gestão dos imóveis relacionada à distribuição dos PNR, os quais jurisdicionados pelo HFA, obedece ao que prevê a Orientação Normativa nº 03/DIR-HFA, de 23 de junho de 2009. O risco relativo à gestão demonstra-se pela diminuta estrutura física e quantidade reduzida de pessoal pertencente à Seção de PNR/HFA, para administrar a totalidade dos PNR pelo controle da distribuição e apurar os inúmeros casos subjudice. A destinação dos imóveis obedecem o preconizado no Capítulo II da ON supracitada, com observância do que prescreve o Decreto nº 980-Casa Civil Presidência da República, de 11 de novembro de 1993, que dispõe sobre a cessão de uso e a administração de imóveis residenciais de propriedade da União aos servidores públicos federais, para evitar a distribuição indevida a servidor que não faça jus a ocupação de imóvel residencial pertencente ao HFA.

4.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Quadro 46 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	
	Endereço	Estrada Parque Contorno do Bosque, s/nº - Cruzeiro Novo. CEP: 70.658-900.
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0010-03
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal (Agência Hospital das Forças Armadas).
	Atividade ou Ramo de Atuação	Estabelecimento bancário.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de Licitação nº 218/2013.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Prestação de serviços bancários.
	Prazo da Cessão	09/01/2018 a 08/01/2019. Obs: vigência inicial de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses.
	Caracterização do espaço cedido	Cessão de uso sobre uma área medindo 335,00 m ² (trezentos e trinta e cinco metros quadrados), localizada próxima ao prédio do ambulatório e à entrada do serviço de Pronto Atendimento.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	O valor total anual pago à concedente é de R\$ 222.360,00 (duzentos e vinte e dois mil, trezentos e sessenta reais).
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A cessionária efetua o pagamento via Guia de Recolhimento da União, código de depósito de aluguel (Receita de Concessionárias, Direito Real de Uso de Área Pública) COD – 28808-0, e Anulação de Despesa no Exercício (Água e Luz) COD – 68888-6, em favor da UG 112408.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Receita própria de concessão de direito real de uso. Os recursos decorrentes da cessão do espaço serão utilizados na manutenção das atividades fim e apoio do cedente.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com a cláusula nona do contrato nº 01/2014, o cessionário pagará ao cedente o valor relativo ao ressarcimento de despesas com água, esgoto e energia elétrica, tendo como equipamentos para medição de tais despesas, hidrômetros e relógios de luz.	

Fonte: Assessoria de Controle de Contratos/HFA.

Quadro 47 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	
	Endereço	Estrada Parque Contorno do Bosque, s/nº - Cruzeiro Novo. CEP: 70.658-900.
Identificação do Cessionário	CNPJ	92.898.550/0006-00
	Nome ou Razão Social	Fundação Universitária de Cardiologia (ICDF).
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atendimento médico (Cardiologia).
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Centro cirúrgico e internação cardiológica.
	Prazo da Cessão	12 meses, de 24/01/2018 a 23/01/2019.
	Caracterização do espaço cedido	Acordo operacional.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Ressarcimento das despesas de água, luz, elevador, oxigênio, água quente, ar a vácuo e câmara mortuária.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A cessionária efetua o pagamento via Guia de Recolhimento da União, código de Outros Serviços (água quente, ar a vácuo e câmara mortuária) COD – 28840-3, e Anulação de Despesa no Exercício (água, luz, elevador e oxigênio) COD – 68888-6, em favor da UG 112408.

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Receita própria de concessão de direito real de uso. Os recursos decorrentes da cessão do espaço serão utilizados na manutenção das atividades fim e apoio do cedente.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há.

Fonte: Assessoria de Controle de Contratos/HFA.

4.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

No exercício de 2017, sob a Administração do Hospital das Forças Armadas, não houve imóveis locados de terceiros.

4.3 Gestão da tecnologia da informação

4.3.1 Principais sistemas de informações

O Sistema de Gestão Hospitalar – Soul MV é o principal sistema de TI a atender a área finalística de saúde, no HFA. Ao longo de 2017, foi realizada a implantação de 26 dos 31 subsistemas (módulos) contratados, e a previsão é de que essa fase termine em meados de maio de 2018.

Além da implantação dos subsistemas, realizou-se também a digitalização de uma parcela dos prontuários médicos, assim como a aquisição de certificados digitais.

Segue, abaixo, a lista com os sistemas de informação existentes no HFA:

Quadro 48 - Sistemas de informação existentes no HFA

Sistemas de TI	Gestor	Desenvolvimento	Manutenção
SGH / Soul MV	Assessoria de Implantação	Externo	Externa
SEI	MD	Externo	Interna / Externa
COMPLAB	LAC	Externo	Externa
DOKEO	DivRH	Externo	Externa
E-PACS WEB	Radiologia	Externo	Externa
PMIL	DivRH	Interno	Interna
SISPEC	DivRH	Interno	Interna
OS TI	DivTI	Interno	Interna
OS Eng	DivInfra	Interno	Interna
Controle de Veículos	AssSeg	Interno	Interna
Boletim	Boletim	Interno	Interna
PDFind	Boletim	Externo	Externa
ZIMBRA	DivTI	Externo	Interna
SCH	DivCAF	Externo	Externa
Consaih /Adben	DivRH	Interno	Interna
Zabbix	Div TI	Externo	Interna / Externa
Splunk	DivTI	Externo	Interna / Externa

4.3.1.1 Descrição dos sistemas de informações existentes no HFA

Quadro 49- Descrição dos sistemas de informações existentes no HFA

Sistemas de TI	Descrição
SGH / Soul MV	<p>O Sistema de Gestão Hospitalar do HFA - SOUL MV - é o principal sistema de TI a atender a área finalística de saúde, no HFA. Ao longo de 2017, foi realizada a implementação de 27 dos 33 subsistemas contratados, e a previsão é de que essa fase termine em meados de abril de 2018.</p> <p>Além da implantação dos subsistemas, realizou-se também a digitalização de uma parcela dos prontuários médicos, assim como a aquisição de certificados digitais.</p>
SEI	<p>O Sistema Eletrônico de Informações (SEI), desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), é uma plataforma que engloba um conjunto de módulos e funcionalidades que promovem a eficiência administrativa. Trata-se também de um sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos, com interface amigável e práticas inovadoras de trabalho, tendo como principais características a libertação do paradigma do papel como suporte físico para documentos institucionais e o compartilhamento do conhecimento com atualização e comunicação de novos eventos em tempo real.</p> <p>O SEI foi escolhido como a solução de processo eletrônico no âmbito do projeto Processo Eletrônico Nacional (PEN), iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública, com o intuito de construir uma infraestrutura pública de processos e documentos administrativos eletrônicos. Coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o PEN proporciona a integração de diferentes esforços que já estavam em curso no âmbito do governo federal e objetiva a melhoria no desempenho dos processos da administração pública, com ganhos em agilidade, produtividade, transparência, satisfação do público usuário e redução de custos.</p>
COMPLAB	<p><u>Complab Advanced - Software Laboratório, desenvolvido pela empresa Mediarte Sistemas Médicos, utilizado para emissão de laudos laboratoriais do Hospital das Forças Armadas.</u></p> <p>Entre suas funcionalidades, pode-se destacar:</p> <p><u>Recepção:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Cadastro de Paciente; - Impressão (protocolo, solicitação de exames, etiquetas, código de barras); - Rastreabilidade do atendente do chamado; - Orçamentos; - Interfaceamento com Filiais e Postos de Coleta on-line com replicação inteligente. <p><u>Coleta:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Rastreabilidade (tubos, coletor); - Emissão de etiquetas (código de barras). <p><u>Setores Técnicos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Mapa (trabalho, conferência); - Ingresso Manual de Resultados; - Liberação de Resultados Ingressados; - Estatísticas de Controle de Qualidade; - Interfaceamento (Aparelhos de Automação, Laboratório de Apoio). <p><u>Expedição:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Assinatura Digitalizada; - Impressão (Resultados Papel Normal / Frente Verso); - Envelopamento Automático; - Impressão (Resultados Via Internet para Pacientes ou Médicos); - Impressão de Laudos de Imagem; - Emissão de Relatórios Gerenciais; - Controle Operacional; - Estatísticas de Produção. <p><u>Faturamento / Administração:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Impressão da Guia de atendimento TISS; - Faturamento por convênios modo tradicional; - Faturamento em meio magnético TISS; - WEB Autorizador TISS; - Relatórios de movimentação (procedência, convênios, médicos); - ISO/PALC Informatizada; - Gerenciador de documentos.

DOKEO	<p>Sistema de Controle de Frequência de Civis e Militares do Hospital das Forças Armadas.</p> <p><u>Entre as características e funcionalidades do Sistema, pode-se destacar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Realiza o controle total de frequência (Entrada e Saída) dos servidores civis e militares do HFA; - Máquinas / Relógios de ponto eletrônico estão disponibilizados em vários locais no HFA. <p><u>Para os servidores civis, controla:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Turnos de 20h, 24h, 30h e 40h; - Gerenciamento das folhas de ponto com mais eficiência; - Carga horária mensal, com respectivos saldos de hora (positivo / negativo); - Carga horária de escala, com respectivos saldos de hora (positivo / negativo).
E-PACS WEB	<p>O Hospital das Forças Armadas utiliza o software E-PACS WEB da empresa E-PEOPLE para envio de laudos da radiologia.</p> <p>E-PACS WEB é uma ferramenta utilizada pelo HFA para consulta da situação de exames (se laudados ou não), de pendência que médicos da E-PEOPLE (que alegam não terem laudado).</p> <p>A funcionalidade do E-PACS WEB (laudo) é específica de utilização de médicos da E-PEOPLE.</p>
PMIL	<p>Sistema de Controle de Pessoal Militar do HFA.</p> <p><u>Entre as características e funcionalidades do Sistema, pode-se destacar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Software Banco de dados Microsoft Access 2007, desenvolvido para a plataforma Windows 7 em diante; - Realiza o cadastro de militares da ativa, inativa, pensionistas e temporários; - Realiza o controle de militares da ativa, inativa, pensionistas e temporários.
SISPEC	<p>Sistema de Controle de Pessoal Civil do HFA.</p> <p><u>Entre as características e funcionalidades do Sistema, pode-se destacar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Software Banco de dados Microsoft Access 2007, desenvolvido para a plataforma Windows 7 em diante; - Realiza o cadastro de servidores civis nas diferentes modalidades; - Realiza o controle de servidores civis nas diferentes modalidades.
OS TI	<p>Sistema de Ordens de Serviço da Div TI.</p> <p><u>Entre as características e funcionalidades do Sistema, pode-se destacar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Software Banco de dados MySQL, desenvolvido em PHP, para a plataforma Windows 7 em diante; - Realiza abertura de chamados; - Realiza acompanhamento de chamados; - Realiza acompanhamento administrativo (nível gerencial de controle dos chamados) - (Pessoal responsável pelo gerenciamento e/ou execução dos chamados).
OS Eng	<p>Sistema de Ordens de Serviço da Div Eng.</p> <p><u>Entre as características e funcionalidades do Sistema, pode-se destacar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Software Banco de dados MySQL, desenvolvido em PHP, para a plataforma Windows 7 em diante; - Realiza abertura de chamados; - Realiza acompanhamento de chamados; - Realiza acompanhamento administrativo (nível gerencial de controle dos chamados) - (Pessoal responsável pelo gerenciamento e/ou execução dos chamados).

<p>Controle de Veículos</p>	<p>Sistema de Cadastro de Veículos e Pessoas utilizadoras do estacionamento do Hospital das Forças Armadas.</p> <p><u>Entre as características e funcionalidades do Sistema, pode-se destacar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Software Banco de dados Microsoft Access 2007, desenvolvido para a plataforma Windows 7 em diante; - Realiza o cadastro de veículos para confecção de cartões de estacionamento; - Controla, por meio de cartões de cores, diferentes locais de acesso ao estacionamento do HFA; - Controla, também, o uso de cartões avulsos identificado por cores para acesso a determinados locais do HFA.
<p>Boletim</p>	<p>Sistema de Gerenciamento de Boletim Interno do Hospital das Forças Armadas.</p> <p><u>Entre as características e funcionalidades do Sistema, pode-se destacar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Software Banco de dados MySQL, desenvolvido em PHP, para a plataforma Windows 7 em diante; - Ferramenta para pesquisa; - Controle e visualização dos Boletins Internos do HFA; - Controle e visualização dos Aditamentos do HFA.
<p>PDFind</p>	<p>Sistema de Pesquisa de Boletins Internos Antigos do Hospital das Forças Armadas.</p> <p><u>Entre as características e funcionalidades do Sistema, pode-se destacar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Empresa responsável contratada em 2010 / 2011 realizou a digitalização; - Boletins internos antigos do HFA foram digitalizados para fins de pesquisa; - Equipe responsável pelo Boletim Interno do HFA utiliza esse Sistema.
<p>ZIMBRA</p>	<p>O Zimbra é uma suíte de colaboração, organização e comunicação corporativa, contendo os recursos de correio eletrônico, lista de endereços, calendário.</p> <p>A suíte Zimbra oferece aos seus usuários uma central para comunicação e colaboração entre todos, de forma local ou remota (móvel), organização de pessoas e recursos, e integração com outras soluções, como um CRM, ERP, ou mesmo uma rede social, aumentando muito a facilidade de acesso e produtividade.</p> <p>Sua interface baseada em AJAX proporciona ao usuário final excelente experiência de utilização. As mais importantes ferramentas estão a um clique do mouse. Balões informativos e menus surgem ao passear o mouse sobre itens destacados no e-mail. Populares gadgets da internet podem ser integrados. Além do AJAX, é possível acessar pelo modo HTML, ideal para conexões mais lentas ou computadores limitados, e ainda, a versão móvel compacta, para acesso via smartphones.</p> <p>Em resumo, o Zimbra Collaboration Suite é uma aplicação Web 2.0 completa.</p>
<p>SCH</p>	<p>Sistema de Contas Hospitalares do HFA.</p> <p><u>Entre as características e funcionalidades do Sistema, pode-se destacar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Software Banco de dados MySQL, desenvolvido em PHP, para a plataforma Windows 7 em diante; - Controle (Pesquisa / Edição) das contas hospitalares do HFA.
<p>Consaih / Adben</p>	<p>Sistema de Controle do Suprimento e da Aplicação de Insumos Hospitalares.</p> <p><u>Entre as características e funcionalidades do Sistema, pode-se destacar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistema de Gestão de Logística Hospitalar, desenvolvido pela empresa Cristal Solution, em Banco de dados Microsoft SQL Server; - Consistente sistema ERP que suporta o volume de troca de informações em tempo real entre todos os envolvidos na prestação do serviço hospitalar, desde os fornecedores até os pacientes.

Zabbix	Zabbix é um software de código aberto. O propósito do software é de monitorar diversos parâmetros de uma rede como a integridade e desempenho dos servidores, fornecendo relatórios e visualização de dados, além de permitir criar um sistema de notificações com alertas para qualquer evento, o que permite uma reação rápida para os possíveis problemas de um servidor
Splunk	Splunk é uma ferramenta de pesquisa e análise de logs de TI. É um software que permite indexação, pesquisa, alerta e informa em tempo real e permite visualização de históricos de dados de TI – dando uma maior visualização em toda a infraestrutura de TI do HFA em tempo real. Monitora toda a infra-estrutura de TI para evitar degradação do serviço e tempo de inatividade.

4.3.1.2 Informações sobre despesas anuais com manutenção dos sistemas de informação do HFA

Ocorreram no exercício de 2017 despesas com manutenção no Sistema de Gestão Hospitalar e no Sistema DOKEO.

No Sistema de Gestão Hospitalar o valor da contraprestação anual foi de R\$ 624.760,00 (seiscentos e vinte e quatro mil setecentos e sessenta reais). As despesas decorrentes do Termo Aditivo constam no processo SEI nº 60550.029992/2016-28.

Para manutenção adaptativa e evolutiva do Sistema DOKEO foi realizado um processo de dispensa de licitação, conforme o previsto nos incisos I e II do art. 24, da Lei n.º 8.666/93, que permite a contratação direta quando o valor do objeto for inferior a R\$8.000,00 (oito mil reais), sendo o valor desta aquisição de R\$ 7.440,00 (sete mil quatrocentos e quarenta reais) com a empresa NEOKOROS BRASIL, PACTO SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS, conforme consta no processo SEI nº 60550.031110/2017-75.

No exercício de 2017, não há sistemas em desenvolvimento no Hospital das Forças Armadas.

4.3.1.3 Informações sobre a avaliação de riscos relacionados à continuidade e à disponibilidade dos sistemas e medidas para mitigar eventuais riscos existentes

Os possíveis riscos sobre Tecnologia da Informação referem-se à implantação do Novo Sistema de Gestão Hospitalar/Soul MV HFA, tendo em vista que os demais sistemas do HFA serão descontinuados com a entrada plena do Novo SGH, conforme descrito no Relatório de Gestão.

Identificação dos principais riscos que possam fazer com que a Solução de Tecnologia da Informação não alcance os resultados que atendem às necessidades da contratação.

Segue, abaixo, quadro dos principais riscos de tecnologia da informação no HFA:

Quadro 50- Identificação dos principais riscos de Tecnologia da Informação

RISCO	Risco:	Dificuldade da contratada em realizar os procedimentos previstos no projeto básico.		
1	Probabilidade:	Baixo	Id 1	Dano Médio impacto
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Mitigar o risco		Requisitante, Gestor do Contrato e Contratada.
	Id	Ação de Contingência		Responsável
1	Adequação do projeto executivo, limitando-se às cláusulas contratuais.		Requisitante, Gestor do Contrato e Contratada.	

RISCO	Risco:	Falta de técnicos com perfil necessário para fiscalizar/acompanhar os serviços executados pela Contratada durante a vigência contratual.		
2	Probabilidade:	Médio	Id	Dano
			1	Médio impacto
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Anular o risco		Gestor do Contrato, Requisitante, HFA.
	Id	Ação de Contingência		Responsável
			1	Realizar a capacitação técnica conforme o perfil profissional determinado.
				Gestor do Contrato, Requisitante, HFA.
RISCO	Risco:	Dificuldade da contratada em manter a qualidade dos serviços.		
3	Probabilidade:	Médio	Id	Dano
			1	Médio impacto
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Mitigar o risco		Requisitante, Gestor do Contrato e Contratada.
	Id	Ação de Contingência		Responsável
			1	Mitigar o risco utilizando os acordos de níveis de serviço e / ou sanções previstas no Contrato.
				Requisitante e Gestor do Contrato.

4.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Sistemas de Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O alinhamento estratégico entre as áreas negociais e a área de TI é obtido por meio da atuação do Comitê Gestor de TI (CGTI), de natureza consultiva, propositiva e deliberativa, de caráter permanente e representado pela alta administração, sendo composto por:

- Comandante Logístico do HFA (Presidente);
- Secretário Executivo (Vice-Presidente);
- Diretor Técnico de Saúde;
- Diretor Técnico de Ensino e Pesquisa;
- Diretor de Infraestrutura;
- Diretor de Recursos Humanos;
- Diretor de Coordenação Administrativa e Financeira;
- Chefe da Policlínica;
- Chefe da Divisão Médico-Hospitalar;
- Chefe da Divisão Farmacêutica;
- Chefe da Divisão de Enfermagem;
- Chefe da Divisão de Odontologia;
- Chefe da Assessoria de Segurança;
- Chefe da Assessoria de Planejamento e Gestão;e
- Chefe da Subdivisão de Tecnologia da Informação.

As principais atividades do CGTI são:

- estabelecer e propor um Plano de Investimento para a área de TIC, inclusive quanto a aquisições de hardware e software;
- alinhar os investimentos com os Objetivos Estratégicos do HFA;
- aprovar a Equipe de Elaboração do PDTI (EqPDTI);
- aprovar as políticas e diretrizes para o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do HFA para os anos de 2017/2018;
- recomendar padrões e procedimentos técnicos e operacionais no uso da internet e da intranet;

- desenvolver ações estruturantes e de controle para a plena implantação do alinhamento estratégico; e
- estabelecer de metas anuais, em conformidade com o que determina a Estratégia de Governança Digital (EGD) vigente, ou o cumprimento dos compromissos periódicos acerca das demandas da área de TIC.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) em vigor abrange o período de 2017 a 2018: é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa a atender às necessidades de tecnologia da informação do HFA. Estabelece diretrizes para a orientação nos processos de organização das atividades relacionadas à Tecnologia da Informação (TI), fornecendo uma visão do ambiente atual de TI e propondo ações que possam aperfeiçoar esses processos.

A metodologia aplicada para elaboração do PDTI foi dividida em etapas. Iniciou-se com uma análise bibliográfica e estudo da legislação pertinente. Em um segundo momento, as necessidades foram levantadas considerando aquelas geradas pelo próprio setor de TI, e as necessidades gerais do hospital, apresentadas pelo CGTI. Por último, realizou-se a consolidação da minuta do PDTI e envio para validação, aprovação e publicação.

O documento do PDTI/HFA foi balizado pelo Plano Estratégico 2014/2018 do Hospital das Forças Armadas, pelo PDTI disponibilizado pelo Ministério da Defesa, pelo Guia Prático de PDTI disponibilizado pela SLTI/MPOG e pelos PDTIs disponibilizados no Portal das Comunidades Virtuais do Governo Federal - CATIR.

O PDTI é revisado ao final de cada ano, para avaliar possíveis alterações e para manter o alinhamento com os planos de negócio do Hospital e com o orçamento anual. As revisões são de responsabilidade da Equipe de Elaboração e Coordenação do PDTI e deliberadas pelo CGTI.

Identificadas as principais necessidades em 2017, e quantificadas aplicando-se critérios de gravidade, urgência e tendência, foi possível priorizá-las, conforme o Quadro, abaixo:

Quadro 51 - Priorização das necessidades de TI

Necessidade	Gravidade	Urgência	Tendência	G*U*T
Aquisição e renovação de licenças de software	5	5	5	125
Melhoria, manutenção e atualização da infraestrutura de TI do HFA	5	5	5	125
Adequação quantitativa e qualitativa do quadro de pessoal da DTI	5	5	5	125
Implantação e suporte do sistema de gestão hospitalar	5	5	5	125
Contratação/Renovação de contrato do Serviço de Impressão, para comportar a demanda prevista no período.	5	5	4	100
Aquisição e renovação de Certificação digital	5	4	4	80
Solução de Digitalização e indexação dos prontuários médicos	4	4	4	64
Serviços de desenvolvimento, suporte técnico e de manutenção de softwares.	3	4	3	36
Melhorar o suporte aos usuários	3	4	3	36
Melhoria, manutenção e atualização da segurança da informação do HFA	4	3	3	36
Alinhar-se à política de Dados Abertos do Governo Federal	4	3	3	36
Aprimoramento dos processos de governança de TI	3	4	3	36
Contratação de solução para rede wireless.	1	2	2	4

Com base nesse levantamento, e na disponibilidade orçamentária, definiu-se os projetos prioritários para 2017, quais sejam:

- mensageira ZIMBRA: restabelecimento das comunicações com o Ministério da Defesa (interrompidas por vários meses), capacitação de pessoal, atualizações, restabelecimento de solução antispam, provimento de acesso remoto externo, comunicador instantâneo, integração com sistemas internos (como SEI, ZABBIX), integração de calendários e agendas;

- monitoramento de Rede: processo de substituição da ferramenta de gerenciamento NAGIOS pelo ZABBIX – mais robusto, customizável, gratuito e com alta capacidade de integração (inclusive com celulares);

- atualização Remota e Automatizada de Estações de Trabalho: procedimento inexistente até 2017, a atualização do parque de 1050 estações de trabalho era presencial;

- sensor de Temperatura da Sala Segura: implementado através do ZABBIX, permite acionamento imediato da equipe de sobreaviso em caso de aumento da temperatura na sala dos servidores, via celular;

- antivírus: aprimoramento e automação de ações;

- Firewall: regras de direcionamento e melhorias no processo de monitoramento;

- telefone vermelho (comunicação segura): eliminação de indisponibilidade;

- desenvolvimento da Central de Serviços (em andamento): para substituir um ultrapassado sistema de ordens de serviço, foi escolhida a ferramenta GLPI, baseada em software livre. Toda a concepção do sistema, que opera integrado com um call center, definição e redação dos Procedimentos Operacionais Padrão, treinamento dos atendentes, integração com os sistemas de monitoramento da rede, dentre outras facilidades, para diminuir o tempo de resposta frente a incidentes e aumentar a satisfação do usuário;

- comunicação voip: alinhamento para que a nova central telefônica do HFA, cujo processo de aquisição iniciou-se em 2017, seja perfeitamente compatível com o novo sistema adquirido pelo MD;

- apoio às Obras: ao longo de 2017 diversas obras foram realizadas nas dependências do HFA, todas contaram com o pessoal da Seção de infraestrutura de TI, seja na adequação de projetos, no acompanhamento ou na execução direta de serviços; e

- aquisições.

Quanto aos processos de aquisição iniciados em 2017, o Hospital das Forças Armadas empenhou R\$1.241.301,00 em material permanente e R\$120.463,00 em serviços, perfazendo o total investido de R\$1.361.764,00 (um milhão trezentos e sessenta e um e setecentos e sessenta e quatro reais), conforme Quadros 50 e 51. O Quadro 52 apresenta os valores referentes a serviços continuados, executados em 2017 mas iniciados em anos anteriores, no total de R\$1.849.742,08 (um milhão oitocentos e quarenta e nove mil e setecentos e quarenta e dois reais e oito centavos).

Quadro 52 - Aquisições de material permanente de TI em 2017

	Item	Quantidade	Valor total
1	Computadores (200 Dell e 63 Positivo)	263	R\$ 903.543,08
2	Monitores 23 polegadas	42	R\$ 24.685,92
3	Firewall	1	R\$ 217.000,00
4	Computadores para radiologia Workstation com monitores 4k	4	R\$ 96.072,00
Total 1			R\$ 1.241.301,00

Quadro 53 - Aquisições de serviços de TI em 2017

	Item	Quantidade	Valor total
1	Certificados digitais Token	506	R\$ 57.753,00
2	Instalação do firewall	1	R\$ 31.000,00
3	Impressoras da emergência	13	R\$31.710,00
Total 2			R\$ 120.463,00

Quadro 54 - Serviços Continuados de TI em 2017

	Item	Quantidade	Valor total
1	Internet Infovia Serpro	Anual	R\$ 107.714,88
2	Manutenção do SGH		R\$624.760,00
3	Outsourcing de impressão		R\$682.267,20
4	Digitalização dos prontuários do SAME		R\$435.000,00
		Total 3	R\$ 1.849.742,08

Quadro 55-Somatório das aquisições de materiais e serviços

Total1	Total2	Total3	Total Geral
R\$ 1.241.301,00	R\$ 120.463,00	R\$ 1.849.742,08	R\$ 3.211.506,08

Os processos de Gerenciamento de Serviços de TIC do HFA estão baseados nos controles de log, administração de banco de dados e gerenciamento de impressão, sendo este último de propriedade da empresa contratada para o outsourcing de impressão. Segue abaixo a descrição dos mesmos:

Quadro 56 - Ferramentas de Gerenciamento de Serviços

Ferramenta de Gerenciamento	Estado	Infraestrutura/Método Utilizado
SPLUNK	Implantado	Ferramenta de mineração de dados e análise de logs
FleetAdmin Pro	Implantado	Ferramenta de controle e contabilidade de cópias e impressões
Active Directory	Implantado	Controle de contas e perfis de usuários
ZABBIX	Implantado	Monitoramento de servidores, serviços, equipamentos e câmeras

Em relação ao efetivo, a Divisão de TI possuía, no início de 2017, 19 servidores/militares: 13 técnicos de nível médio (sendo 7 militares e 6 civis) e 6 de nível superior (sendo 5 militares e 1 civil). Desses profissionais, 12 integravam o quadro de pessoal efetivo e 7 eram militares temporários. Ao final de 2017, o efetivo da Divisão era de 26 militares/servidores civis: 16 técnicos de nível médio (sendo 11 militares e 5 civis) e 10 de nível superior (sendo 9 militares e 1 civil). Ressalte-se que, no período, em função da implantação do SGH e das diversas obras, houve aumento considerável na demanda por serviços de TI.

4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

4.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

No ano de 2016, o HFA realizou um diagnóstico ambiental para identificar processos de gestão ambiental do hospital e implantar melhorias.

A partir da identificação dos aspectos e impactos ambientais decorrentes do serviço hospitalar, a Direção do hospital definiu a sua Agenda Ambiental com os seguintes eixos temáticos: liderança, substâncias químicas, resíduos, energia, água, transporte, alimentos, produtos farmacêuticos, edifícios e compras.

Para implementação dessa agenda, ocorreu a composição de uma comissão de gestão ambiental e 7 (sete) subcomissões para tratar assuntos específicos (Gerenciamento de Resíduos sólidos; Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde; Licitações Sustentáveis; Obras Sustentáveis, água e energia; Alimentação Saudável; Substâncias químicas e Produtos Farmacêuticos; Segurança e Saúde ocupacional), com foco na sustentabilidade.

Nesse sentido, O Comando Logístico deste Hospital definiu a seguinte política de sustentabilidade ambiental:

- implementar um programa integrado de gestão e de logística sustentável, com procedimentos definidos para avaliação do seu desempenho ambiental, por meio do estabelecimento

de objetivos e metas, visando à prevenção da poluição, à conservação dos recursos naturais, à saúde e segurança de todos;

- treinar todos os funcionários e conscientizar usuários, para desempenharem suas atividades de maneira eficaz e responsável, face ao meio ambiente e às tecnologias ambientais baseadas na sustentabilidade;

- assegurar o cumprimento dos requisitos legais e outros voluntariamente assumidos; e

- estabelecer e manter controle de documentos e meios de comunicação do seu comportamento ambiental para todos os seus funcionários e o público em geral, antecipando e transparecendo as informações sobre seus processos e produtos.

Face aos compromissos da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) elegidos pelo hospital, são metas prioritárias para o ano de 2018:

- aderir à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P); e

- ampliar a separação dos resíduos recicláveis.

No que se refere à separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006, destaca-se que, no ano de 2016, somente o papelão foi destinado para uma cooperativa, de acordo com os parâmetros da coleta seletiva solidária.

Com relação à observação de contratações realizadas dos parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente, os editais elaborados pelo hospital contemplam os critérios de sustentabilidade, sendo cada critério adequado ao seu objeto, no que couber. A UG utiliza parâmetros de sustentabilidade em seus instrumentos convocatórios sem, no entanto, restringir a competitividade.

No tocante ao Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012, no término de 2017, foram realizadas gestões para que no início de 2018, fosse composta uma comissão gestora do PLS, conforme o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012, que está trabalhando na elaboração do referido Plano.

4.5 Gestão de Fundos e Programas

4.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

O Hospital das Forças Armadas (HFA), criado pelo Decreto nº 1.310, de 8 de agosto de 1962, é um hospital militar geral, com sede em Brasília, e integra a estrutura da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD), do Ministério da Defesa (MD). Possui autonomia administrativa e financeira assegurada pelo Decreto nº 69.846, de 28 de dezembro de 1971, sendo sua organização e funcionamento dispostos pelo Decreto Presidencial nº 8.422, de 20 de março de 2015.

Dentre suas competências encontram-se a prestação de assistência à saúde, incluindo prevenção, promoção, tratamento ambulatorial e de hospitalização, recuperação, reabilitação e assistência médico-social, aos militares da ativa, da reserva, reformados e seus respectivos dependentes, bem como aos usuários dos Fundos de Saúde das Forças Armadas; prestar assistência médica global, odontológica e de internação a seus servidores e dependentes e aos do Ministério da Defesa e seus dependentes, mediante diretrizes do Ministro da Defesa; promover, incentivar e realizar pesquisas na área de saúde e executar programas de ensino para pessoal técnico de níveis superior e médio;

Tendo por finalidade a consolidação de todos os recursos decorrentes das atividades do Hospital, bem como integrar aqueles provenientes de outras fontes de receita, a recriação do Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas - FAHFA foi ratificada nos termos da Lei nº 9.238, de 22 de 1995. De acordo com o normativo retrocitado, constituem fontes de receita do FAHFA os recursos oriundos dos Fundos de Saúde das Forças Singulares; Convênios, subvenções, acordos, contribuições; receitas relacionadas ao arrendamento de bens móveis; exploração de bens imóveis; rendimentos de operações financeiras; dentre outras.

As receitas orçamentárias realizadas pelo Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas totalizaram R\$17.810.432,78, apresentando uma redução de R\$7.497.496,39 quando comparada ao exercício anterior, no qual arrecadou-se R\$25.307.929,17. Esta expressiva variação se deve a implementação ocorrida no exercício quanto a realização de descentralizações orçamentárias para o ressarcimento de despesas decorrentes da prestação recíproca de assistência médica hospitalar praticada entre as Organizações Militares de Saúde e o Hospital das Forças Armadas, conforme Orientação Normativa Conjunta nº 01, de 19 de agosto de 2016.

Inicialmente a Lei Orçamentária de 2017 projetou uma arrecadação de R\$35.222.366,00 nas fontes próprias da Unidade, ou seja, 0150 e 0180. Contudo, diante do novo cenário a Unidade aguardou o acompanhamento do 3º bimestre de arrecadações e informou via SIOP a expectativa de significativa redução da arrecadação no ano em análise. Assim, foi incluída a nova previsão no montante aproximado de 23 milhões. A nova estimativa foi acatada pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF e acompanhada bimestralmente, sendo que, ao final do exercício, a previsão fixada foi de R\$ 20.958.002,00. Desta forma, considerando as reestimativas realizadas, a diferença entre o montante previsto e o realizado permaneceu em R\$3.147.569,00.

Apesar da redução, a origem dos recursos permaneceu mais expressiva entre as receitas de serviços de atendimento à saúde, totalizando R\$13.037.467,01, cerca de 73,20% da arrecadação total. Houve ainda recursos provenientes da exploração do patrimônio imobiliário, R\$2.533.639,69; receita de valores mobiliários, R\$809.470,16; outras receitas correntes, R\$753.001,41; dentre outras.

Das receitas próprias realizadas, a Unidade executou empenhos na ordem de R\$20.461.220,74, prevalecendo as despesas vinculadas ao custeio das atividades, ou seja, R\$20.083.157,43 gastos em material de consumo, serviços de terceiros, locação de mão de obra, indenizações e restituições, principalmente. Quanto a aplicação em investimentos, o hospital executou R\$378.063,31 na aquisição de equipamentos e material permanente.

Além das origens retrocitadas, o Hospital das Forças Armadas recebeu dotação orçamentária classificada em outras fontes de recurso e no ano de 2017 foram contempladas os códigos 0100, 0156, 0169 e 0188. A maior disponibilidade correspondeu a fonte 0100, principalmente por englobar os recursos relacionados pessoal e encargos sociais, bem como as fontes 0156 e 0169. Neste grupo de despesas o orçamento previsto foi na grandeza de R\$183.134.898,00, encontrando-se totalmente desvinculado das arrecadações próprias a entidade.

Assim, numa análise global, os recursos financeiros recebidos em lei e efetivamente gastos pela Unidade podem ser verificados em fontes próprias (0150 e 0180) o saldo de R\$17.234.447,96 e nas demais fontes o saldo de R\$214.140.797,43. Avaliando apenas as ações discricionárias, temos 36,73% dos créditos orçamentários gastos relacionados às fontes próprias e os outros 63,27% dependentes da fonte do tesouro.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de acesso para o cidadão

Os canais de acesso aos usuários do Hospital das Forças Armadas (HFA) têm como objetivo otimizar os acessos existentes, assim como disponibilizar outros meios de comunicação entre o Hospital e os nossos usuários, para fins de elogios, reclamações, denúncias, sugestões e pedidos.

A Assessoria de Comunicação Social (ACS) do HFA é responsável por responder as diversas demandas inerentes aos assuntos pertinentes ao atendimento do público interno e externo relativo ao HFA. O trabalho é realizado por meio de atendimento ininterrupto pelo telefone funcional e pelos canais de acesso, realizado de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 h às 18:00 h.

A Assessoria de Comunicação Social é responsável, também, por assessorar o Comandante Logístico em todos os assuntos de Comunicação Social ligados ao Comando e as atividades vinculadas ao Hospital como um todo.

O Hospital das Forças Armadas disponibiliza canais de comunicação para atender da melhor forma possível as solicitações de seus usuários e do público externo. As críticas, dúvidas e sugestões também são elementos importantes para o aperfeiçoamento e qualidade dos serviços.

A ACS gerencia os seguintes produtos gerenciados pela Assessoria de Comunicação Social:

- *e-mail* Institucional da Comunicação Social: comunicacaosocial@hfa.mil.br. Desde 2016 passou a ter a denominação comunicacaosocial@hfa.mil.br com a finalidade de fixação da marca HFA ao nosso público e a vinculação institucional deste canal de comunicação;

- página de Internet do HFA: www.hfa.mil.br. Segue as normas governamentais de veiculação de dados com um novo *layout*, seguindo as orientações para a construção de sítios de internet do Governo Federal;

- Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Este sistema recebe as solicitações, processa e responde os dados do Hospital das Forças Armadas que são de interesse coletivo ou geral com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública, conforme determina a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18/11/2011);

Para esclarecer assuntos que se relacionem com o funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), bem como para obter orientação sobre como navegar e consultar as informações disponíveis, o usuário deverá selecionar o tema de seu interesse, ler as informações importantes sobre o assunto e, caso ainda seja necessário, enviar uma mensagem para a equipe do e-SIC. O SIC do HFA pode ser acessado pela Rede Mundial de Computadores, no endereço www.hfa.mil.br, no ícone Acesso à Informação/Portal da Transparência do HFA SIC. Para orientações e esclarecimentos de dúvidas, tais como a protocolização de requerimentos de acesso à LAI, assim como a tramitação de solicitação de informação, o meio de acesso é pelo e-mail sic@hfa.mil.br. Em 2017, foram solicitados 32 pedidos, com 100% de respostas; 2 recursos ao chefe hierárquico; zero recurso a autoridade máxima; zero recurso a CGU e zero recurso a CMRJ. Ou seja, em 2017 houve uma alteração mínima na quantidade de pedidos.

- Facebook do HFA: www.facebook.com/hfasaude. Contem informações sobre as atividades desenvolvidas pelo HFA, além de notícias sobre o que acontece de mais relevante no Hospital com inserções de fotos, vídeos e dicas de saúde. É, ainda, um importante canal de comunicação do Hospital com seus públicos, proporcionando informação com o respectivo *feedback* por parte de seus seguidores. Em 2017, alcançamos o número de 5.300 seguidores na página, um aumento de 60% em relação a 2016 com 3.275 seguidores; o alcance médio mensal das publicações da página subiu de 7.000 para 11.000 pessoas e as interações com as publicações passou de 5.000 para uma média aproximada de 16.000. Atualmente, nosso percentual de respostas está em 100%, oportunidade em que as perguntas feitas na página são respondidas no tempo médio de 2 horas, configurando um importante meio de interação com a sociedade; e

- Canal do HFA no YouTube: www.youtube.com/hospitaldasforçasarmadas. Criado com intuito de compartilhar os vídeos sobre as atividades desenvolvidas pelo HFA na internet. Em 2017, alcançamos o número de 110 inscritos no canal, um aumento de 400% em relação ao ano anterior, momento em que foi lançado e contou com 22 inscritos. O referido ano foi especial, também, pela habilitação do HFA na personalização do nome da URL no canal, benefício disponível somente para canais com mais de 100 inscritos, proporcionando mais facilidade aos usuários em encontrar o Canal, que passou a ter o endereço www.youtube.com/hospitaldasforçasarmadas. Os vídeos compartilhados no nosso canal foram assistidos 11.270 vezes, um aumento de 450% em relação aos assistidos no ano de 2016. É válido ressaltar que uma das funções do Canal You Tube é dar suporte de vídeo ao site do HFA, tornando a visualização dos vídeos mais rápida por parte dos interessados.

5.1.1 Ouvidoria

É o setor responsável por receber opiniões, reclamações, críticas, elogios, sugestões e denúncias escritas ou diretas, garantindo o princípio da ética e da transparência nas relações com os usuários. O Ouvidor é o profissional que tem a função de receber com solicitude as demandas dos usuários e encaminhá-las aos setores competentes para averiguação e solução, dando ao solicitante um parecer, baseado nas respostas recebidas dos respectivos setores, no menor tempo possível.

Localizada na Policlínica, no início da Ala B, o usuário pode dirigir-se pessoalmente à Ouvidoria onde poderá fazer seus elogios, reclamações, críticas e sugestões, ou usando utilizando ainda os seguintes canais: por escrito, por meio de urnas distribuídas no interior do hospital ou na própria ouvidoria, através do e-mail ouvidoria@hfa.mil.br ou pelo telefone 3966-2314.

Caso o usuário/cliente não esteja satisfeito com as providências tomadas pela Ouvidoria, poderá ser encaminhado à Assessoria de Comunicação Social.

A Ouvidoria também funciona como achados e perdidos de objetos esquecidos na área do hospital, com exceção dos materiais extraviados nos andares das lâminas de internação e no Centro Cirúrgico, que são encaminhados à Hotelaria.

5.1.1.1 Ações em andamento

- campanha de humanização: visando criar uma nova sistemática de atendimento aos nossos usuários, foi iniciado o projeto de humanização que tem por finalidade apresentar e fortalecer ações que deixem nossos usuários mais felizes e satisfeitos com os nossos serviços;

- distribuição de café/suco nas clínicas e corredores do ambulatório do HFA: esta medida transformou os corredores do Hospital, uma vez que um cafezinho ou um suco, e acompanhado do carinho e afeto dos médicos trouxe um grande retorno positivo relatado pelos nossos usuários;

- novo Pronto Atendimento: com a nova sistemática de atendimento no PAM, o número de reclamações na ouvidoria caiu de 21% do total em setembro para 5% em outubro. Em dezembro, 5.923 pessoas foram atendidas e tivemos 14 reclamações. No período de Jan/Set 2016 foram 522 reclamações 20,11% do total, já no período de Out/Set 2016 foram somente 199, 15,58%. Diminuição de 25% do número de reclamações com as novas medidas do PAM;

- campanha Interpessoal de bom atendimento: tem como objetivo fortalecer, de forma ininterrupta, a comunicação interna e tornar cada vez mais transparente a comunicação entre o Comando e os integrantes do HFA, bem como otimizar o relacionamento entre o nosso Hospital e seus usuários;

- manual de Boas Práticas;

- manual de Prática de Conduta;

- campanha “Você sabia”: divulgação por meio site HFA (Internet e Intranet), Facebook e WhatsApp; e

- Solenidade militar mensal: permitiram o recrudescimento das orientações do comando quanto ao aprimoramento pessoal nas relações de atendimento ao usuário.

5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviço ao Cidadão do Hospital das Forças Armadas (HFA), estabelecida pelo Decreto Nº 6.932 de 11 de agosto de 2009 da Casa Civil da Presidência da República, é um documento que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados por este nosocômio, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos e padrões de atendimento assumidos.

A sua confecção e divulgação implicam num processo de transformação sustentado em princípios fundamentais - participação e comprometimento, informação e transparência, aprendizagem e participação do cidadão. Esses princípios têm como premissas o foco no cidadão e a indução do controle social.

Neste sentido, o HFA apresenta sua Carta de Serviços em seu sítio eletrônico, da Rede Mundial de Computadores, no endereço www.hfa.mil.br. Ao acessar o site, o cidadão deverá clicar no ícone Portal da Transparência do HFA (no menu Acesso à Informação ao final da página, no canto inferior esquerdo), abrirá a página Portal da Transparência do HFA, deverá clicar no ícone Carta de Serviços ao Cidadão, e esta será imediatamente aberta.

Ao público interno, a Carta de Serviços ao Cidadão encontra-se disponível na Intranet, no endereço eletrônico <http://intranet.hfa.br/default.aspx>, no Menu (lado esquerdo da página), no item Documentos, bastando clicar no link Carta de Serviços ao Cidadão.

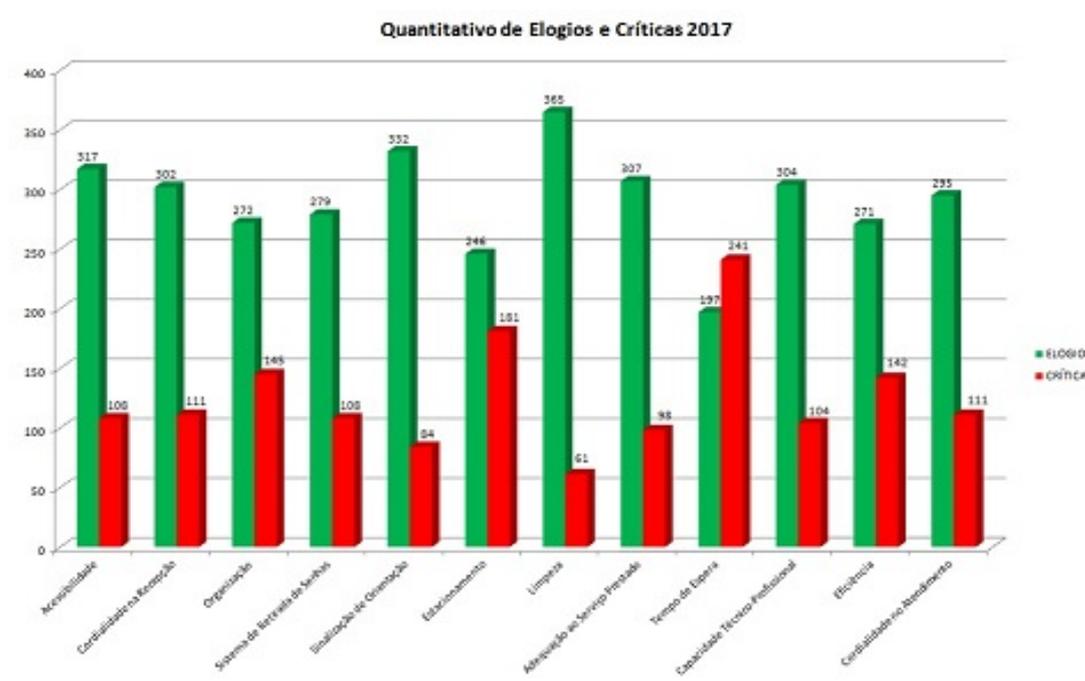
Neste propósito, em 2017, o HFA reformulou a Carta de Serviços ao Cidadão: nova formatação e disponibilização de *link* no sumário com intuito de facilitar a navegação na carta; assumindo assim, o compromisso com os seus usuários na melhoria das ações a serem realizadas, objetivando a busca da excelência dos serviços oferecidos, a fim de legitimar a sua imagem perante a sociedade e estabelecer a confiança dos cidadãos por meio de uma gestão transparente e eficaz.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Ao longo do ano de 2017, as pesquisas mensais de satisfação são aplicadas aos usuários e desde 2015, o HFA disponibiliza permanentemente essas pesquisas de satisfação para seus usuários, quando foram implementadas em locais estratégicos da área hospitalar e nos ambulatórios urnas com formulários de “Pesquisa de Satisfação do Usuário”, cujos dados começaram a fazer parte da análise descritiva, haja vista oferecerem subsídios para a análise dos resultados apresentados, bem como a visão do usuário em relação à recepção, instalações e atendimentos, possibilitando a verificação contínua do grau de satisfação do mesmo.

No Gráfico - Elogios e críticas dos usuários, pode-se observar “Estacionamento” e “Tempo de espera” foram os assuntos mais criticados. Com relação ao estacionamento foram estabelecidas novas regras e definidas novas áreas específicas de estacionamento de automóveis para os usuários do hospital, bem como colocação de placas de sinalização e pintura das faixas dos estacionamentos internos do HFA. No tocante ao tempo de espera, foram realizadas gestões junto ao pessoal envolvendo no atendimento, assim como implantação de painel eletrônico gerenciador de filas (senhas), a fim de minimizar o tempo de espera dos usuários.

Figura 3 - Elogios e críticas



Dessa forma, objetivando melhorar a satisfação dos seus usuários, o HFA priorizou ações planejadas, das quais algumas já foram realizadas e outras estão em desenvolvimento. Essas ações podem ser verificadas neste relatório no capítulo 8. Outras Informações Relevantes.

Por meio das ações desenvolvidas e das melhorias implantadas no ano de 2017, o HFA busca oferecer mais comodidade e praticidade para o nosso usuário, bem como aperfeiçoar a aferição do grau de satisfação de atendimento:

- retorno do serviço de marcação de consultas por telefone (*Call Center*) com 9 atendentes);
- implantação de painel eletrônico gerenciador de filas (senhas);
- instalação de novos computadores para atendimentos nos guichês e no *Call Center*;
- inovação na implantação do serviço de distribuição de cafés e sucos nas clínicas e no ambulatório, com a criação da marca “Bonde da Alegria”;
- divulgação prévia das agendas de marcação de consultas no *site* do HFA;
- agenda da cirurgia plástica realizada em data separada;
- ampliação da agenda das clínicas de 30 para 45 dias;
- marcação de exames de determinadas especialidades na própria clínica;
- antecipação do início do horário da marcação de consultas para as 07:00h durante a semana de abertura das agendas das clínicas; e
- implantação do sistema de controle de fila de espera, proporcionando uma medida plausível e bem vinda para o erário e para o usuário ao proporcionar uma redução do absentismo nas consultas, mediante o emprego de um eficiente sistema de cadastro e de aproveitamento da fila de espera em questão.

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A divulgação espontânea do maior número possível de informações, além de facilitar o acesso à informação, é vantajosa para os próprios órgãos e entidades públicas, pois tende: a reduzir as demandas sobre o mesmo assunto minimizando, significativamente o trabalho e os custos de processamento e gerenciamento dos pedidos de acesso; e assegurar o direito de acesso à informação como fundamental ao desenvolvimento da cultura da transparência e do controle social da administração.

No mês de junho de 2017, por meio do Relatório de Ação de Controle Nº 3/2017/GEAUD/CISSET/MD, o HFA iniciou uma reestruturação em seu site com a finalidade de informar o caminho de acesso no portal do HFA na Internet às informações referentes a sua atuação, consideradas úteis e relevantes à sociedade, contribuindo para a transparência da gestão.

Em virtude recebimento do relatório supracitado, foram atualizados os seguintes conteúdos no *site* do HFA:

- dados gerais sobre a organização e funcionamento do órgão: estrutura organizacional; competências; e principais cargos e seus ocupantes;

- prestação de contas: relatório de gestão; relatórios de auditoria; certificados de auditoria; e pareceres do órgão de controle interno contidos nos processos de contas anuais; número do processo no órgão ou entidade de origem; número do processo no Tribunal de Contas da União (TCU); situação junto ao TCU, de modo que se informe se o processo foi entregue, sobrestado ou julgado; e outras peças de instrução dos referidos processos, regulamentadas em normas emanadas no TCU; e

- gestão de pessoas: relação completa dos funcionários terceirizados.

Ressalta-se, também, que o Portal Transparência do HFA disponibiliza os seguintes temas:

- ações e programas: nesta seção são divulgadas informações pertinentes aos programas, ações, projetos e atividades implementadas pelo Hospital das Forças Armadas.

- auditorias: nesta seção são divulgadas informações referentes ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomada de contas realizadas no Hospital das Forças Armadas.

- Carta de Serviços ao Cidadão: estabelecida pelo Decreto Nº 6.932 de 11 de agosto de 2009 da Casa Civil da Presidência da República, é um documento elaborado por uma organização pública que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados pela Instituição, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos e padrões de atendimento assumidos.

- assistência médico-hospitalar às instituições autorizadas por instrumentos legais: informações sobre prestação de serviços/assistência médico-hospitalares prestados/executados pelo HFA às instituições autorizadas por convênios, contratos ou outros instrumentos legais podem ser obtidas no link abaixo (não tratam de instrumentos de transferência de recursos):

- cronologia de pagamentos: nesta seção são divulgadas informações pertinentes à ordem cronológica de pagamentos do Hospital das Forças Armadas.

- despesas: nesta seção são divulgadas informações sobre a execução orçamentária e financeira detalhada do Hospital das Forças Armadas.

- informações classificadas e desclassificadas: para atender ao que determina o art. 30 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e de sua regulamentação, o Hospital das Forças Armadas torna pública as relações de documentos classificados e desclassificados em grau de sigilo. Essa medida de transparência ativa segue orientações do Governo Federal - em especial aquelas emanadas da Controladoria-Geral da União (CGU).

- licitações e contratos: nesta seção são divulgadas informações sobre a Intenção de Registro de Preços (IRP), Concorrências e Pregões Eletrônicos em vigência.

- Próprio Nacional Residencial (PNR): informações sobre os ocupantes e pretendentes dos PNR gerenciados pelo HFA e o procedimento necessário para solicitação do mesmo.

- receitas: informações relativas às receitas do Hospital das Forças Armadas.

- Serviço de Informação ao Cidadão (SIC): esta seção recebe as solicitações, processa e responde os dados do Hospital das Forças Armadas que são de interesse coletivo ou geral com o

objetivo de facilitar o acesso à informação pública, conforme determina a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18/11/2011).

- servidores: o HFA possui no seu Quadro de Pessoal Militar da Marinha, Exército e Aeronáutica, no qual está inserido o pessoal de Carreira, Temporários e Prestadores de Tarefa por Tempo Certo, bem como os servidores civis regidos pelo Regime Jurídico Único - Lei nº 8.112/90, provenientes do Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA (Lei nº 11.784/2008), do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE (Lei nº 11.357/2006), Lei nº 10.225/2001, além de Médicos Residentes (Lei nº 6.932/81).

- sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI): nesta seção são divulgadas informações sobre a lei de Acesso à Informação, tais como os temas tratados na lei, os procedimentos para solicitação de acesso e mecanismos recursais, estatísticas de acesso, dentre outras informações.

5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O HFA, por intermédio das Subdivisões Técnica e de Engenharia, tem trabalhado no sentido de implementar em todos os seus projetos e serviços de engenharia medidas que garantam a acessibilidades dos usuários e adequar as instalações físicas do hospital às normas vigentes, em especial a Lei Nº 10.098/2000 (Normas Gerais e Critérios Básicos para a Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida), o Decreto Nº 5.296/2004 (Prioridade de Atendimento às Pessoas que especifica a Lei Nº 10.098/2000), a NBR 9050/2015 (Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos), a RDC Nº 50/2002 (Regulamento Técnico para Planejamento, Programação, Elaboração e Avaliação de Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde), a Lei Nº 2.105/1998 (Código de Edificação do Distrito Federal), e a Lei Nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

O HFA apresenta características de acessibilidade como:

- desde a entrada do Hospital existem placas indicativas e de orientações de estacionamentos e localização dos blocos da unidade hospitalar;

- a vegetação existente passa por cuidados diários para que galhos não fiquem pendentes e raízes não fiquem expostas evitando acidentes.;

- nos estacionamentos do HFA existem vagas reservadas para idosos e para pessoas com necessidades especiais (PNE), tanto nos estacionamentos para o público fim como nos estacionamentos dos funcionários. As vagas são identificadas por sinalização horizontal (desenho no piso e área livre para desembarque) e sinalização vertical (placas indicativas);

- o acesso das vias para as edificações são sempre feitas através de rebaixamento do meio-fio ou por rampas com pouca inclinação;

- todos os blocos possuem o nome da unidade assistencial escritas na fachada;

- as unidades de atendimento possuem balcões de identificação que onde os funcionários fornecem orientação, localização e fazem, onde necessário, a restrição do fluxo para adentrar ao recinto apenas pessoas que tenham permissão. Possuem também totens e painéis suspensos informando quais tipos de clínicas e setores existem no bloco e indicando com setas a direção que estão localizados;

- existem mobiliário adaptado para PNE como telefone público, equipamento de registro de ponto e bebedouro posicionados em altura mais baixa adequada;

- todas as circulações internas obedecem às dimensões mínimas exigidas em normas vigentes. Os pisos internos são nivelados. Rampas internas possuem material antiderrapante. As escadas possuem faixa antiderrapante nos degraus e corrimão em ao menos um dos lados. Os elevadores apresentam boa manutenção, possuem sinalização sonora indicando a localização e a direção vertical, e o painel apresenta tanto a indicação dos andares escrita de forma convencional como em braile;

- os banheiros da maioria dos quartos de internação estão adaptados para PNE com barras de apoio próximo aos vasos sanitários e chuveiros, campainha de emergência, portas de 0,90 m abrindo para fora ou de correr, área de giro livre em obediência as normas; e

- todos os blocos do complexo hospitalar possuem ao menos um banheiro adaptado para PNE.

Das medidas implementadas no último ano podemos destacar:

- nas últimas reformas dos andares do bloco de internação foram incluídos itens de acessibilidade como o banheiro para PNE, portas dos quartos se aproximando ao máximo possível a 1,10 m de largura, portas dos banheiros dos quartos com 0,90 m, banheiros dos quartos todos adaptados;

- nos projetos e reformas das clínicas/setores diversos estão sendo indicados para as recepções balcões com guichê adequado para atendimento a PNE como apresentado na clínica de Imagenologia, SAME/Marcação de consulta e na clínica de Urologia onde os balcões já foram executados;

- banheiros do ambulatório e da emergência estão sendo reformados. Dentre eles, já executados e em funcionamento os banheiros ao lado da Clínica de Urologia. E em breve serão executados os serviços especificados nos projetos de criação de novos banheiros para PNE na recepção da emergência e de adequação nos banheiros da Sala Amarela/salão de observação; e

- regularização e nivelamento de calçadas, pisos, rampas e dos acessos as edificações que estão sendo recuperadas de maneira pontual de acordo com a demanda do hospital, solicitadas através de sistema interno de ordem de serviço, por meio de obras constantes de reformas e manutenções executadas pela equipe de serviços gerais.

Por fim, todos os projetos confeccionados pela Seção de Projetos Arquitetônicos e os serviços e obras executados pelas Sub Divisões Técnica e de Engenharia visam atender sempre as normas vigentes, inclusive relativos à acessibilidade, aos critérios de humanização; e em toda revitalização e readequação os itens têm sido observados e utilizados.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

O HFA (Hospital das Forças Armadas) utiliza, em todas as suas operações, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial. Esse procedimento contribui para que a Contabilidade pública adotada pela unidade seja a mesma do Governo Federal e sejam observadas as normas contábeis em vigor, garantindo uma fonte segura e tempestiva de informações gerenciais.

A utilização obrigatória do SIAFI para a UJ impõe a aplicabilidade dos procedimentos, e das práticas contábeis vigentes, bem como a elaboração de demonstrações contábeis padronizadas e que estejam de acordo com os princípios geralmente aceitos de Contabilidade, uma vez que essas demonstrações são elaboradas automaticamente via funcionalidade interna do SIAFI.

A estrutura de contabilidade do hospital é constituída pela Unidade Gestora 110587 - Seccional Contábil HFA, que é vinculada à Setorial Contábil do Ministério da Defesa.

Dentre outras, destacam-se as seguintes ações da Seccional Contábil, adotadas ao longo do exercício de 2017, em relação às operações do HFA:

- acompanhamento da metodologia de cálculo e da evolução da Depreciação, Amortização e Exaustão;
- acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- acompanhamento e análise das Conformidades de Registro de Gestão realizadas no HFA;
- análise das Demonstrações Contábeis; e
- registro da Conformidade Contábil do HFA.

6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O Hospital das Forças Armadas está aplicando os dispositivos contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC T 16.9 e NBC T 16.10 conforme a seguir:

Os cálculos e registros da depreciação e da amortização dos bens do Hospital são efetuados de acordo com a NBC T 16.9, em consonância com o estabelecido na Macrofunção nº 02.03.30 do Manual SIAFI, bem como em obediência aos dispositivos legais: Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 e Lei nº 10.180/2001 conforme a seguir:

6.1.1 Metodologia adotada para estimar a vida útil

Foram definidas de acordo com a tabela da Macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI (item 6.3):

- máquinas - 10 anos;
- equipam/utensílios médicos, odonto. lab. e hosp. – 15 anos;
- veículos - 15 anos;
- móveis - 10 anos;
- imóveis - 25 anos; e
- bens intangíveis - tanto a vida útil como o valor residual do bem amortizável, são definidos pela administração.

6.1.2 Metodologia de cálculo da depreciação e amortização

- Base da depreciação/amortização: baseou-se no custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal) registrado no SIAFI;
- Valor residual: Tabela Macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI (item 6.3):
Cálculo: Valor de Entrada X Valor Residual em %;
- Vida útil: definidas de acordo com a Macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI (item 6.3);

- Método: método das quotas constantes, conforme o item n.º 7.2 da Macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI;
- Início da depreciação: bens adquiridos ao longo do exercício financeiro de 2010; e
- Cálculo da depreciação/amortização mensal:

$$\text{Cálculo: } \frac{\text{Valor Depreciável/Amortizável}}{\text{Vida Útil (em meses)}}$$

6.1.3 Taxas utilizadas para os cálculos

Foram definidas de acordo com o valor depreciável/amortizável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item n.º 6 da Macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI. A taxa anual de depreciação/amortização dos bens é fixada em função do prazo, durante o qual se possa esperar utilização econômica.

O HFA está em fase final de implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), o qual interage com o SIAFI possibilitando agilidade e facilidade nos cálculos e registros das depreciações e amortizações do Hospital. Atualmente os cálculos e registros são efetuados de forma manual, sendo os controles efetuados em planilhas de excel.

6.1.4 Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração de ativos e passivos – NBC T 16.10

A avaliação e mensuração dos elementos patrimoniais que se encontram registrados no Hospital estão de acordo com a NBC T 16.10 e com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), que estabelece:

- caixa e equivalente de caixa: estão representados por: Limite de Saque referente a recursos liberados pelo Tesouro Nacional e Aplicações Financeiras de liquidez imediata com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo. As aplicações financeiras estão registradas ao custo da aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço.
- créditos à curto prazo: estão mensuradas pelo valor original;
- estoques: estão mensurados e avaliados com base no valor de aquisição.
- imobilizados: seu registro é realizado com base no valor de aquisição e estão sujeitos à depreciação;
- intangíveis: seu registro é realizado com base no valor de aquisição e estão sujeitos à amortização; e
- fornecedores e contas a pagar de curto prazo.

Os passivos financeiros são classificados pelo valor justo e suas variações reconhecidas no resultado. Outros passivos são inicialmente mensurados pelo seu valor nominal.

6.1.5 Impacto da utilização dos critérios contidos na NBC T 16.9:

A partir do exercício de 2010, o Hospital das Forças Armadas passou a efetuar a contabilização da depreciação/amortização de acordo com os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e conforme procedimentos especificados na Macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI.

Com a adoção da depreciação/amortização, os bens do ativo imobilizado passaram a ser mensurados na contabilidade pelo valor real, sendo deduzidos valores em razão dos desgastes pelo tempo e pelo uso, conforme orientações do Manual SIAFI.

Estes desgastes são contabilizados deduzindo os valores dos bens em contrapartida de conta de despesa, cujo resultado impacta em redução da situação patrimonial do Hospital.

No exercício de 2017 essa redução no patrimônio foi de R\$ 3.114.285,85 conforme registrado na conta 3.3.3.1.1.01.00 - Depreciação de Bens Móveis e R\$ 1.716.580,97 registrado na conta 3.3.3.1.1.02.00 - Depreciação de Bens Imóveis.

Também foram apropriadas despesas referentes à amortização de softwares. Esta apropriação impactou em uma redução no patrimônio no valor de R\$ 735.531,62 que foi registrado na conta 3.3.3.2.1.02.00 – Amortização de Intangível.

6.1.6 Impactos da utilização dos critérios contidos na NBC T 16.10

Registro dos rendimentos de aplicações financeiras nas contas 1.1.1.1.1.50.06 - Fundo de Aplicação financeira e 4.4.5.2.1.01.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras, no valor de R\$ 809.470,16.

Provisões de valores a receber registradas nas seguintes contas contábeis:

- 1.1.2.2.1.01.06 - Faturas/dupl. a Rec. - Prestação de Serviços no valor de R\$ 2.458.313,21;

- 1.2.1.1.1.02.06 - Faturas/dupl. a Rec. - Prestação de Serviços no valor de R\$ 279.701,38;

- 1.1.2.2.2.01.06 - Faturas/dupl a Rec. – Prest. de Serviços – Intra no valor de R\$ 15.290.665,93;

- 1.1.2.3.1.01.00 – Cred. por Transf. de Instituições Privadas no valor de R\$ 30.000,00;

- 1.1.3.8.1.13.00 - Crédito a receber por cessão de áreas públicas no valor de R\$ 18.530,00;

- 1.1.3.8.1.15.00 – Crédito a receber por pagamentos de despesas de terceiros R\$ 613.877,58.

Provisões de despesas na conta 2.1.3.1.1.04.00 - Contas a Pagar Credores Nacionais no valor de R\$ 867.217,04.

6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O HFA integra os “órgãos de estudo, assistência e de apoio” do Ministério da Defesa, conforme o inciso V, do art. 2º, capítulo II do Decreto nº 8.978, de 01/02/2017, que aprova sua estrutura regimental.

A Setorial de Custos, no âmbito da administração central do MD, está vinculada à Secretaria de Organização Institucional (SEORI), no âmbito do Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças (DEORF), e foi instituída pela Portaria Normativa nº 564/2014, na forma do inciso XIII do art. 33 do Capítulo III.

Em 2017 foram realizados novos estudos para a adoção da sistemática de custos no âmbito do Ministério da Defesa. Foi definida como unidade piloto a UG 110402 – Escola Superior de Guerra, que iniciará em 2018 a utilização dos centros de custos. Conforme planejado pela área de custos, a utilização de centros de custos no órgão será feita em etapas que contemplará em períodos diversos a adoção da sistemática ao longo do exercício de 2018.

Enquanto não ocorre a implantação do Sistema de Custos do Governo Federal, o HFA vem trabalhando na apuração dos seus custos através de módulo específico do Sistema de Gestão Hospitalar - MV Sistemas.

Neste sistema ainda não foi possível extrair informações fidedignas dos custos por unidades administrativas do Hospital, porém de forma global já fornece dados para uma análise macro dos custos do HFA.

No quadro a seguir demonstramos alguns dos custos anuais apurados no exercício de 2017 através do módulo MV Custos do Sistema de Gestão Hospitalar:

Quadro 57 - custos anuais apurados no exercício de 2017

QUADRO DEMONSTRATIVO DE ALGUNS CUSTOS APURADOS PELO SISTEMA MV CUSTOS	
CUSTOS	VALOR (R\$)
AMORTIZACAO DE INTANGIVEL	735.531,62
APOIO ADMINISTRATIVO, TEC E OP	3.073.839,33
CONDOMINIOS	1.088.949,80
DEPRECIACAO DE BENS IMOVEIS	1.716.580,97
DEPRECIACAO DE BENS MOVEIS	3.114.285,85
DIARIAS COLABORADORES EVEN	942,40
DIARIAS EXTERIOR PESS. MILITAR	21.578,40
DIARIAS EXTERIOR-PESS. CIVIL	8.551,58
DIARIAS NO PAIS -PESSOAL CIVIL	23.646,63
DIARIAS NO PAIS-PESS. MILITAR	55.286,50
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	10.885.674,13
LIMPEZA E CONS -LOC MAO DE OBR	14.172.769,30
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	185.821,34
MANUT E CONSERV DE BENS MOVEIS	663.128,23
MANUT E CONSERV DE MAQ E EQUIP	4.581.141,53
MANUT. E CONSERV. BENS IMOVEIS	5.023.716,56
MANUTENÇÃO DE SOFTWARE	888.389,97
OUTROS SERV DE TERCEIROS - PF	14.800,00
OUTROS SERV DE TERCEIROS - PJ	1.383.114,88
PASSAGENS PARA O EXTERIOR	5.532,53
PASSAGENS PARA O PAIS	71.271,80
SERV. COMUNIC. EM GERAL INTRA	34.445,73
SERV. COMUNICAÇÃO EM GERAL	15.510,83
SERV. COPIAS E REPROD DOCTOS	476.645,83
SERV. DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	232.292,40
SERV.MÉDICO-HOSPITAL.ODONT.LAB	1.055.853,13
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	2.929.542,70
SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	4.598.983,28
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFO	435.000,00
SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	90.615,32
SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	27.617,20
SUORTE DE INFRAESTRUTURA T.I.	109.944,47

Fonte: Sistema MV Custos 2017

6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis e notas explicativas estão apresentadas de forma consolidada no Anexo IV.

6.4 Resultado Financeiro

Em decorrência da gestão financeira, as disponibilidades do Hospital passaram de R\$ 10.154.848,08 (2016) para R\$ 10.276.893,71 (2017), verificando-se um acréscimo de R\$ 122.045,63.

Quadro 58 - Resultado Financeiro

DESCRIÇÃO	VALORES
Saldo do Exercício Anterior – 2016	10.154.848,08
Ordinárias	0,00
Vinculadas	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	65.526.300,12
Recebimentos Extra-Orçamentários	34.881.771,43
(-) Despesas Orçamentárias	-90.193.359,48
(-) Transferências Financeiras Concedidas	-3.250.281,35
(-) Despesas Extra-orçamentárias – Restos a Pagar	-5.828.201,61
(-) Despesas Extra-orçamentárias – Depósitos Restituíveis	-1.014.183,48
Demais Pagamentos	
Saldo em Espécie – Balanço Financeiro	10.276.893,71

Fonte: Siafi 2017 – UG 112408

6.4.1 Resultado Patrimonial

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio no decorrer do exercício, e indica o resultado patrimonial do exercício. A receita sob o enfoque patrimonial é denominada de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA), e a despesa sob o enfoque patrimonial é denominada Variação Patrimonial Diminutiva (VPD). Cabe ressaltar que a despesa e a receita sob o enfoque patrimonial não se confunde com a receita e a despesa orçamentária.

O resultado patrimonial do Hospital em 31/12/2017 corresponde ao superávit de R\$ 6.424.790,18 conforme demonstrado a seguir:

Quadro 59 - Resultado Patrimonial

DESCRIÇÃO	VALORES
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	97.107.647,70
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	13.394.045,81
Transferências e Delegações Recebidas	69.075.335,26
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	784.705,88
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.144.807,62
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	12.708.753,13
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	90.682.857,52
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	33.782,66
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	84.132.949,31
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	422,00
Transferências e Delegações Concedidas	3.463.449,57
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.961.073,49
Tributárias	13.478,47
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	77.702,02
RESULTADO PATRIMONIAL (VPA - VPD)	6.424.790,18

Fonte: Siafi 2017 – UG 112408

6.4.2 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido acumulado do Hospital até 31/12/2017 corresponde a R\$ 281.749.829,36, valor equivalente ao Saldo Patrimonial, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 60 - Patrimônio Líquido

DESCRIÇÃO	VALORES
Patrimônio Líquido em 31/12/2016	292.700.070,26
Resultado Patrimonial	6.424.790,18
Ajustes de Exercícios Anteriores	-17.375.031,08
PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2017	281.749.829,36

Fonte: Siafi 2017 – UG 112408

6.4.3 Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

O saldo patrimonial do Hospital consolidado em 31/12/2017 corresponde a um ativo real líquido de R\$ 281.749.829,36.

No quadro a seguir é apresentada a composição consolidada do Ativo Circulante e Não Circulante; e Passivo Circulante e Não Circulante do órgão:

Quadro 61 - Ativo Circulante e Não Circulante; e Passivo Circulante e Não Circulante

DESCRIÇÃO	VALORES
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.276.893,71
Créditos a Curto Prazo	17.778.979,14
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	632.407,58
Estoques	17.153.424,69
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	45.841.705,12
Ativo Realizável a Longo Prazo	12.512.793,04
Clientes	279.701,38
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	12.233.091,66
Investimentos	0,00
Participações Permanentes	
Imobilizado	223.337.264,66
Bens Móveis	77.698.693,96
(-) Depreciação /Amortização/Exaustão Acum. De Bens Móveis	-15.792.982,93
Bens Imóveis	163.711.740,09
(-) Depreciação /Amortização/Exaustão Acum. De Bens Imóveis	-2.280.186,46
Intangível	1.795.074,07
Softwares	3.445.734,56
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-1.650.660,49
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	237.645.131,77
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.736.537,91
Demais Obrigações a Curto Prazo	469,62
PASSIVO CIRCULANTE	1.737.007,53
SALDO PATRIMONIAL (ATIVO - PASSIVO)	281.749.829,36

Fonte: Siafi 2017 – UG 112408

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

A UJ foi diligenciada pelo TCU por intermédio das seguintes solicitações:

Quadro 62 - Tratamento de determinações e recomendações do TCU

DOCUMENTO RECEBIDO	ASSUNTO	TRATAMENTO
Ofício nº 0966/2017-TCU/SecexDefesa, de 7 de novembro de 2017	Prestação de Contas Ordinária do Hospital das Forças Armadas (HFA), exercício 2014	Ofício nº 12940/Asse Ct Intr-HFA/Cmt Log-HFA/HFA/SEPESD/SG-MD, de 03 de julho de 2017
Ofício nº 0734/2017-TCU/SecexDefesa, de 29 de agosto de 2017	Relatório de Auditoria - Regularidade dos procedimentos de contratação da empresa TR Refeições Industriais Ltda. Audiência	Ofício nº 18392/Asse Ct Intr HFA/Cmt Log-HFA/HFA/SEPESD/SG-MD, 12 de setembro de 2017
Ofício 0640/2017-TCU/SecexDefesa, de 07 de agosto de 2017	Notificação. Processo TC 024.576/2013-1, Prestação de Contas Anual, Exercício 2012	Ofício nº 16949/Asse Ct Intr HFA/Cmt Log-HFA/HFA/SEPESD/SG-MD, de 21 de agosto de 2017
Ofício 0191-09, da Secretaria de Fiscalização de Pessoal do TCU, de 21 de junho de 2017	Indícios de incompatibilidade do cumprimento de jornada de trabalho de servidores civis com vínculo no Hospital das Forças Armadas (HFA).	Ofício nº 12841/S Seç Ap Tec Adm SPC HFA/Div Pes Civ HFA/DRH HFA/Cmt Log-HFA/HFA/SEPESD/SG-MD, de 29 de junho de 2017
Ofício nº 2428-TCU/Sefip, de 02 de junho de 2017	Cópia do acórdão 3213/2017-TCU – Segunda Câmara, para adoção de providências cabíveis	Ofício nº 12804/S Seç In Pens HFA/Div Pes Civ HFA/DRH HFA/Cmt Log-HFA/HFA/SEPESD/SG-MD, 29 de junho de 2017
Ofício 0065/2017-TCU/SecexDefesa, de 09 de fevereiro de 2017	Prestação Contas, exercício de 2013, do Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas (HFA)	Ciência de que foram julgadas regulares as contas de Álvaro Figueiredo Bisneto e Celso Ricardo de Souza Rocha e dar-lhes quitação plena; e julgadas regulares com ressalva as contas de Túlio Fonseca Chebli e dar-lhe quitação
Ofício 0744/2017-TCU/SecexDefesa, de 29 de agosto de 2017	Relatório de Auditoria - Regularidade dos procedimentos de contratação da empresa TR Refeições Industriais Ltda. Notificação	Ofício nº 18729/Asse Ct Intr HFA/Cmt Log-HFA/HFA/SEPESD/SG-MD, 15 de setembro de 2017
Ofício 0637/2017-TCU/SecexDefesa, de 7 de agosto de 2017	Prestação de Contas Anual exercício de 2012, do Hospital das Forças Armadas (HFA)	Ofício nº 15995/CISET-MD, 09 de agosto de 2017
Ofício 0613/2017-TCU/SecexAdministração de 19 de julho de 2017	Coleta de dados sobre Governança e Gestão das Organizações Públicas Federais	Ofício nº 15653/Asse Ct Intr HFA/Cmt Log-HFA/HFA/SEPESD/SG-MD, 04 de agosto de 2017
Ofício 0585/2017-TCU/SecexDefesa, de 7 de julho de 2017	Prestação de contas ordinária do Hospital das Forças Armadas relativa ao exercício financeiro de 2015.	Ofício nº 15022/Asse Ct Intr HFA/Cmt Log-HFA/HFA/SEPESD/SG-MD, 27 de julho de 2017
Ofício 0608/2017-TCU/Sefti, 27 de junho de 2017	Levantamento de Governança de Tecnologia da Informação (TI) na Administração Pública Federal – Ciclo 2016	Ofício nº 14004/Asse Ct Intr-HFA/Cmt Log-HFA/HFA/SEPESD/SG-MD, 13 de julho de 2017
Ofício 0302/2017-TCU/SecexDefesa, de 19 de abril de 2017	Prestação de Contas Anual do Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas do exercício de 2011	Portaria Nº 2142/SEÇ SIND PA PES MIL HFA/MD, DE 24 DE MAIO DE 2017
Ofício 0224/2017-TCU/Selog, de 24 de fevereiro de 2017	Cumprimento de determinação exarada no Acórdão 815/2016-TCU-Plenário	Conforme análise da documentação acostada nos autos considera-se que a determinação consignada no item 1.6 do aludido Acórdão foi atendida

Fonte: Assessoria de Controle Interno do HFA

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

No exercício 2017, o Controle Interno Setorial do Ministério da Defesa (CISSET-MD) por intermédio de suas gerências expediu as seguintes diligências/solicitações, conforme quadro abaixo:

Quadro 63 - Diligências/Solicitações do Controle Interno Setorial do Ministério da Defesa

DOCUMENTO RECEBIDO	ASSUNTO	TRATAMENTO
Ofício nº 22567/CISSET-MD, de 06 de novembro de 2017	Comunica Auditoria de Acompanhamento da Gestão. Apresentação de equipe. Solicitação de auditoria - encaminha	Foi colocado à disposição da referida equipe os processos, pastas, documentos, assim como todas as informações necessárias à realização da auditoria
	Solicitação de Auditoria nº 49/2017/CISSET-MD	Foram disponibilizadas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI/MD), para análise, até o dia 10 de novembro de 2017, informações/esclarecimentos e/ou documentos conforme solicitado
	Solicitação de Auditoria nº 55/2017/CISSET-MD	Despacho no 59/DCAF HFA/Cmt Log-HFA/HFA/SEPESD/SG-MD
Ofício nº 26199/CISSET-MD, de 26 de dezembro de 2017	Auditoria de Acompanhamento da Gestão. Encaminha versão preliminar do relatório nº 26/2017/GEAUD/CISSET-MD (SEI/MD 0801734)	Ofício nº 1242/Asse Ct Intr HFA/Cmt Log-HFA/HFA/SEPESD/SG-MD de 19 de janeiro de 2018
Solicitação de Auditoria nº 11/2017/CISSET-MD	Auditoria CISSET-MD - Plano de Ações - 2016 previsto no Planejamento Estratégico do HFA	Foram disponibilizadas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI/MD) as respostas dos questionamentos do item 6, letra a, b e c da Solicitação de Auditoria nº 11/2017/CISSET-MD
Ofício nº 319/CISSET-MD, de 06 de janeiro de 2017	Avaliações prévias da auditoria de Gestão do Hospital das Forças Armadas, exercício de 2016	Foram colocados à disposição da referida equipe os processos, pastas, documentos, assim como todas as informações necessárias à realização da auditoria
	Solicitação de Auditoria de Gestão nº 2/2017/CISSET-MD	Ofício nº 1039/Asse Ct Intr-HFA/Cmt Log-HFA/HFA/SEPESD/SG-MD, de 20 de janeiro de 2017
	Solicitação de Auditoria Nr 11/2017/CISSET-MD	Ofício nº 2525/Asse Ct Intr-HFA/Cmt Log- HFA/HFA/SEPESD/SG-MD, de 10 de fevereiro de 2017
Ofício nº 9513/CISSET-MD, de 19 de maio de 2017	Encaminhamento de manifestação tipo denúncia - NUP 60110.00073/2017-27. Denúncia não identificada - SOPEF	Ofício nº 11127/Div Pes Civ HFA/DRH HFA/Cmt Log-HFA/HFA/SEPESD/SG-MD, de 06 de junho de 2017
Ofício nº 5779/CISSET-MD, de 27 de março de 2017	Solicitação de informações da Corregedoria Setorial das Áreas de Defesa e Meio Ambiente	Ofício nº 6319/AAAJur HFA/Cmt Log -HFA/HFA/SEPESD/SG-MD, de 03 de abril de 2017
Ofício nº 8916/CISSET-MD, de 11 de maio de 2017.	Auditoria de Gestão. Apresentação de equipe. Solicitação de auditoria. Encaminhamento	Foram colocados à disposição da referida equipe os processos, pastas, documentos, assim como todas as informações necessárias à realização da auditoria

	Solicitação de Auditoria nº 21/2017/CISET-MD, 11 de maio de 2017	Foram disponibilizados, no Sistema Eletrônico de Informações (SEI/MD), informações/esclarecimentos e/ou documentos conforme solicitado
	Solicitação de Auditoria nº 27/2017/CISET-MD, 23 de junho de 2017	Ofício nº 12912/Asse Ct Intr-HFA/Cmt Log-HFA/HFA/SEPESD/SG-MD, de 30 de junho de 2017
	Solicitação de Auditoria nº 30/2017/CISET-MD, 03 de julho de 2017	Foram disponibilizados, no Sistema Eletrônico de Informações (SEI/MD), informações/esclarecimentos e/ou documentos conforme solicitado
	Solicitação de Auditoria nº 33/2017/CISET-MD, 07 de julho de 2017	Ofício nº 14044/Asse Ct Intr-HFA/Cmt Log-HFA/HFA/SEPESD/SG-MD, de 14 de julho de 2017
Ofício nº 7446/CISET-MD, de 19 de abril de 2017	Informação nº 15/CISET-MD, de 19/4/2017- Minuta do Relatório de Gestão/2016	Parte nº 171/2017/SEÇ ORÇ FIN HFA, de 05 de maio de 2017
Ofício nº 17943/CISET-MD, de 04 de setembro de 2017	Encaminhamento de cópia da denúncia, recepcionada pela OUV/GM-MD, para apuração e medidas cabíveis	Ofício nº 18572/Seç Leg Pes HFA/S Div Pes Civ HFA/Div RH HFA/Cmt Log-HFA/HFA/SEPESD/SG-MD, de 13 de setembro de 2017

Fonte: Assessoria de Controle Interno do HFA

7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

7.3.1. Subdivisão de Pessoal Militar

A responsabilidade pelo controle dos prazos de Sindicância, Inquérito Policial Militar (IPM) e Processo Administrativo (PA) que tenham envolvimento de militares é realizado pela Carteira de Sindicância e Processo Administrativo da Subdivisão de Pessoal Militar, subordinada à Divisão de Recursos Humanos do HFA.

A apuração dos casos de possíveis danos ao erário é realizado por militar escalado pelo Chefe da Divisão de Recursos Humanos e homologado pelo Comandante Logístico do HFA. A escolha por parte da Divisão de Recursos Humanos é feita de forma criteriosa, não sendo utilizado uma escala simples, mas sim uma análise de perfil e habilitações para escolher o militar mais apto a desempenhar um trabalho de apuração célere, imparcial e o mais técnico possível.

Ainda durante a apuração, o militar designado conta com total e irrestrito apoio da Assessoria Técnica, que é a responsável por orientar e avaliar juridicamente os trabalhos do encarregado por fazer a apuração dos possíveis ilícitos.

Após a apuração do fato, e verificado que não houve dano ao erário, são tomadas as seguintes providências:

- IPM – O processo é encaminhado para o Ministério Público Militar para análise e arquivamento ou pedido de diligências complementares.

- Processo Administrativo e Sindicância – é publicado a solução do processo em Boletim Interno ou de Acesso Restrito e o mesmo é arquivado na Seção Técnica.

Após a apuração do fato, e verificado que houve dano ao erário, são tomadas as seguintes providências:

- IPM – O processo é encaminhado para o Ministério Público Militar para análise e decisão das providências.

- Processo Administrativo e Sindicância – é publicado a solução do processo em Boletim Interno ou de Acesso Restrito e, dependendo se o responsável é servidor civil ou militar, do

montante financeiro dos danos a serem ressarcidos, se os envolvidos reconheceram a dívida ou não, dentre outras considerações. Os valores a serem ressarcidos podem ser descontados em folha de pagamento, podem ser pagos via GRU, podem ser imputados à União ou podem ser inscritos em dívida ativa da União

As medidas para minimizar as ocorrências passam pela implementação de sistemáticas que possibilitam um maior controle dos processos e uma maior análise das falhas e erros cometidos a fim de servirem de ensinamento e de matéria-prima para elaboração de novos controles.

No ano de 2017 foram instaurados 13 (treze) processos para apurar possíveis danos ao erário, sendo 04 (quatro) Sindicâncias, 04 (quatro) Processos Administrativos e 05 (cinco) Investigações Preliminares.

Maiores detalhes sobre os processos estão no ANEXO II - Medidas administrativas instauradas para a apuração de possíveis responsabilidades por dano ao erário.

7.3.2. Subdivisão de Pessoal Civil

No que tange às medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário no âmbito da Subdivisão de Pessoal Civil surgem no curso regular dos processos administrativos disciplinares e/ou sindicâncias investigativas. Desta forma, o procedimento de apuração ocorre nos mesmos moldes da apuração disciplinar, conferindo aos envolvidos todos os meios disponíveis para contraditório e ampla defesa. Assim, a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar atuou na orientação e condução de 03 processos administrativos disciplinares que redundaram em apuração de possível dano, estando um deles em andamento (fase de instrução), outro sobrestado e o terceiro sob análise da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa. Os referidos processos seguem detalhados a seguir:

Quadro 64 -Processo Administrativo Disciplinar

TIPO / Nº DO PROCESSO	OBJETO	FASE DO PROCESSO
PAD 60550.038348/2017-21	Suspeita de irregularidades em pagamentos.	Instrução e Indiciamento
PAD 60550.008272/2017-18	Possível dano ao erário e problemas de gestão de materiais médico-hospitalares.	Sobrestado – aguarda entrega de documento solicitado à Receita Federal do Brasil.
PAD 60550.008276/2017-98	Apuração de déficit contábil em materiais médico-hospitalares.	Concluído pela Comissão – em análise pela Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa.
Termo Circunstanciado Administrativo 60550.038329/2017-03	Apuração por extravio de material cirúrgico.	Em fase de homologação e cobrança.

7.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993

Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993. O Hospital das forças Armadas observa as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

O Controle é realizado pela Seção de Orçamento e Finanças do Hospital que monitora a conta 622920103 – Empenhos Liquidados a Pagar no SIAFI. Após esta consulta verifica a conta 111122001 –Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, de acordo com os valores nesta conta, solicita ou não o repasse por intermédio de Programação Financeira. No momento em que as Notas Fiscais dão entrada na Seção de Orçamento e Finanças, esta já possui o numerário para realizar os pagamentos. Estes são realizados na sequência cronológica de entrada das Notas Fiscais.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

No Exercício de 2017, não houve revisão de contratos em função das determinações constantes no Acórdão nº 2859/2013 – TCU – Plenário. As demandas relativas a este tópicos foram atendidas e informadas nos Relatórios de Gestão dos Exercícios de 2014/2015. Ressaltamos que esta Unidade possui apenas um contrato em vigor com empresa enquadrada na Lei 12.546/2011 e suas alterações, porém, desde a origem da Licitação, a Planilha de Formação de Custo já continha as alterações advindas da Lei de Desoneração da Folha, com a inserção da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta/CPRB (alíquota de 4,5%).

Dados do contrato:

- contrato: 03/2016 - contratada : TECNICAL ENGENHARIA LTDA
- valor anual atualizado: R\$ 5.294.106,31 Vigência : 21/01/2016 a 20/01/2019
- objeto: serviços de manutenção das instalações prediais elétricas, hidrossanitárias e telefônicas; dos sistemas de gases medicinais, de geração de vapor, de prevenção contra e combate a incêndio, de prevenção contra descargas atmosféricas; de serviços de manutenção e modernização de bens móveis e imóveis incluindo marcenaria, serralheria e refrigeração, com o fornecimento de mão-de-obra especializada.

No Anexo V constam os dados referentes a situação dos contratos operados por esta UPC até 31 de dezembro de 2017.

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Este tópico tem a finalidade de destacar as informações relevantes que não foram apresentadas nos capítulos anteriores referentes ao desempenho das atribuições do HFA no ano de 2017.

8.1 Diretoria Técnica de Saúde

O Regimento Interno em vigor, aprovado em 2015, de acordo com a Portaria Normativa nº 2.744, de 21 de dezembro de 2015, determina que o HFA, integrante da estrutura básica do Ministério da Defesa, é hospital militar geral sediado em Brasília e tem as seguintes competências afetas a esta Direção Técnica de Saúde:

- prestar assistência médico-hospitalar (o conjunto de atividades relacionadas com a prevenção de doenças, com a conservação e a recuperação da saúde e com a reabilitação dos pacientes; os serviços profissionais médicos, odontológicos e farmacêuticos; e o fornecimento e a aplicação de meios, de cuidados e dos demais atos médicos e paramédicos necessários), sob a forma ambulatorial ou hospitalar;

- aos militares da ativa, da reserva e reformados, aos servidores da administração central do Ministério da Defesa e aos servidores e empregados públicos do próprio Hospital das Forças Armadas e da Escola Superior de Guerra e aos seus dependentes e pensionistas;

- aos usuários dos Fundos de Saúde das Forças Armadas; e

- a outras instituições autorizadas por convênios, contratos ou outros instrumentos legais;

- cooperar com as autoridades civis e militares no que disser respeito à saúde pública.

Neste tópico são apresentados os dados da gestão de 2017 de setores compõem a DTS.

Cada área será apresentada descrevendo as ações realizadas na gestão de 2017.

Quadro 65 - Ações realizadas na Gestão de 2017 na DTS

Área	Ações realizadas na Gestão de 2017
SEÇÃO MÉDICO-PERICIAL DA OM	- Manutenção do número de atendimento periciais; - Utilização da ferramenta intranet para comunicação com os usuários. Avisos com relação aos horários de atendimento pericial, procedimentos adotados para homologações de dispensas, mudança de local da Subdivisão; - Aquisição de impressora; - Mudança para nova sala melhorando a localização da Divisão e Subdivisão.
DIVISÃO DE MEDICINA	- Chegada de novos oficiais médicos e consequente reabertura de serviços e/ou aumento da oferta de consultas em diversas clínicas: nefrologia, planejamento familiar pela ginecologia, ambulatórios de hematologia e oncologia, anatomia patológica, cardiologia, cirurgia torácica, dermatologia, proctologia, pronto atendimento, medicina hiperbárica, urologia e ortopedia; - Implementação de Normas Operacionais e atualização de Procedimentos Operacionais Padrão - POP e protocolos, conforme as diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de diversos setores e clínicas do HFA com a finalidade de otimizar o fluxo de acesso e atendimento; - Implantação do Sistema de Gerenciamento Hospitalar (SGH – prontuário eletrônico completo, faturamento, etc) em todas as clínicas e setores do HFA e treinamento de todos os servidores civis e militares; e - Realizada nova padronização dos processos de faturamento hospitalar em função da implantação do SGH-MV.
AGÊNCIA TRANSFUSIONAL	- 1º Simpósio de captação de doadores realizado no HFA; - Informatização da Agência Transfusional junto ao Hemocentro de Brasília.
CENTRO CIRÚRGICO	- Implementação e aplicação do protocolo e check list da cirurgia segura no Centro Cirúrgico.

MEDICINA NUCLEAR	- Renovação do contrato com a Comissão Nacional de energia Nuclear - CNEN para a continuidade de compra dos geradores de tecnécio e demais radioisótopos necessários para a realização dos exames da Medicina Nuclear.
NEFROLOGIA	- Adequação da parte estrutural e documental da Nefrologia em atenção às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
ORTOPEDIA	- Otimização do acolhimento aos pacientes na recepção da Clínica, com a lotação de técnico de enfermagem específico para a função.
UNIDADE DE EMERGÊNCIA	- Normatização do atendimento Hospital Dia (em conjunto com CCIH); - Realização de obras/reforma na Emergência para adequação do PAM (Pronto Atendimento Médico), com aumento do número de consultórios para atendimento de Clínica Médica (de 4 para 7), aumento do número de leitos na Sala Amarela (de 9 para 13), aumento do número de pontos de nebulização (de 3 para 6) e aumento do número de pias para higiene das mãos conforme normatização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
DIVISÃO DE FARMÁCIA	- Realização do I Simpósio de Farmácia e Análises Clínicas do DF; - Realização de inventário de todo o estoque de medicamentos e material médico-hospitalar armazenado nos depósitos da Farmácia Hospitalar; - Manutenção do status de EXCELÊNCIA conferido pelo Programa Nacional de Controle de Qualidade para o LAC.
SERVIÇO SOCIAL	Revisão e treinamento do Protocolo de Atendimento à Vítima de Violência no HFA.
FISIOTERAPIA	- Implantação da nova área física de atendimento fisioterápico, integrando as diferentes especialidades fisioterapêuticas.

8.2 Diretoria Técnica de Ensino e Pesquisa

A Diretoria Técnica de Ensino e Pesquisa atua em conformidade com Regimento Interno (RI), aprovado em 2015, pela Portaria nº 711/MD, de 25 de março de 2015, que estabelece em seu artigo 1º, entre outras competências do HFA: “[...] III - realizar atividades de pesquisa médica; IV - executar programas de ensino médico e de enfermagem, e programa de intercâmbio científico com associações médicas e entidades afins, no Brasil ou no exterior; e [...]” e que determina, em seu art. 5º, as competências específicas da DTEP.

No ano de 2017, a Diretoria foi contemplada com recursos financeiros suficientes para dar andamento aos projetos aprovados, executando as reformas previstas e a aquisição de parte dos equipamentos e mobiliário dos laboratórios de cirurgia experimental e de simulação realística.

Verificou-se também que houve uma maior integração entre a DTEP e a DTS fortalecendo a formação continuada do corpo clínico do hospital.

Apresentam-se, a seguir as principais ações das divisões que compõem a DTEP:

8.2.1. ENSINO

8.2.1.1 Programas de Residência Médica (PRM)

AÇÕES REALIZADAS: Execução de 14 (quatorze) Programas de Residência Médica com formação de 2 militares do HFA e 77 civis.

Programação, junto à Comissão Nacional de Residência Médica, de visita de credenciamento periódico de 09 dos Programas de Residência Médica do HFA, o que se concretizou ao longo de 2017;

Realização de processos administrativos para a seleção de alunos para a Residência Médica para o ano de 2018, em que foram ofertadas vagas em 13 Programas de Residência Médica.

8.2.1.2 Programa de Instrução em Serviço (PIS)

AÇÕES REALIZADAS: Oferta de seis áreas médicas para capacitar os médicos militares com a finalidade de proporcionar um atendimento mais especializado. Foram beneficiados 24 militares.

Realização de processos administrativos para a seleção de alunos para o PIS, para o ano de 2018, em que foram ofertadas vagas em 05 Programas de Instrução em Serviço.

8.2.1.3 Cursos e Eventos de Capacitação

AÇÕES REALIZADAS: Ao todo, foram beneficiados 2.402 indivíduos (contra 1.595 indivíduos, em 2016, representando aumento de cerca de 50% no total de capacitados, dos quais 1.314 foram integrantes da força de trabalho do Hospital, acrescidos de 1.088 indivíduos da comunidade). Somente em cursos eventos internos (excluídos PRM e PIS), totalizou-se uma correlação multiplicativa aluno/carga horária de 7.937 (sete mil e novecentos e trinta e sete) horas.

Quadro 66 - Cursos e Eventos de Capacitação Internos

Eventos	Capacitados	Horas/Aluno
1º Curso de Emergências Médicas HFA (26h)	25	650h
1º Simpósio de Tecnologia em Curativos (5h)	41	205h
44ª Semana de Enfermagem (24h)	100	2400h
XI Jornada de Nutrição do HFA (4h)	292	1168h
IV Encontro de Fisioterapia (9h)	203	1827h
Curso de proteção radiológica (6h)	64	384h
Introdução à terapia comportamental dialética (DBT) (2h)	17	34h
Notificação - o que o profissional de saúde tem a ver com isso? (2h)	24	48h
Atualização em suplementação Oral (3h)	29	87h
Workshop sobre prevenção de quedas (7h)	54	378h
Treinamento trimestral do centro cirúrgico (12h)	63	756h
TOTAL	912	7937h

Quadro 67 - Cursos e Eventos de Capacitação Externos

Eventos	Capacitados
12º Congresso Brasileiro de Pregoeiros	02
SIAFI Operacional – Execução Orçamentária e Financeira no SIAFI com o novo PCASP (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público)	01
Curso Prático: Concurso Público e Elaboração de Edital	02
II Simpósio Internacional sobre qualidade e segurança do paciente	04
Curso de Manipulação Miofascial	02
MBA Executivo em Administração: Gestão de Saúde com ênfase em Clínicas e Hospitais	02
Estabilização Segmentar Vertebral	04
III Congresso Brasileiro de Dor Orofacial	01
Mobilização Neural	02
MBA - LLM em Direito Empresarial	01
Programa de Aperfeiçoamento de Ressonância Magnética e Ultrassonografia do Sistema Muscoesquelético	01
Congresso Internacional de Medicina Nuclear	01
Autocad	01
Curso de Formação de Pregoeiro: Pregão Eletrônico e Sistema de Registro de Preços	02
2nd Theoretical & Practical International Course in Peripheral Nerve & Brachial	01

Plexus Surgery	
Congresso Internacional da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos na área de Drogas - ABRAMD	01
XXXI Congresso Brasileiro de Medicina Nuclear	03
Congresso Paulista das Especialidades-2017	01
99th Annual Meeting of AAOMS – American Association of Oral and Maxillofacial Surgeons (99º Encontro Anual da Associação Americana de Cirurgiões Bucomaxilofaciais)	01
Curso Técnico em Radiologia	02
XII Curso de SIAFI Operacional - Execução Orçamentária e Financeira no SIAFI - Com o Novo PCASP	01
Curso de Formação de Condutores CNH Cat "D" "E"	07
Condutor de Veículos de Emergência	02
XII Congresso Brasileiro de Estomaterapia	10
Curso de Análise Crítica e Auditoria de produtos OPME Bucomaxilofacial, Coluna e Ortopedia	05
Fórum Internacional de Câncer de Reto	06
Curso Gestão de Folha de Pagamento e Remuneração no Serviço Público	01
Curso de ACCESS	06
Como utilizar as ferramentas do Extrator de Dados e DW	04
Curso de Pós-Graduação em Contabilidade Forense e Investigação de Fraudes para o servidor	01
XVIII Congresso Brasileiro de Cirurgia Bariátrica e Metabólica da SBCBM	01
Congresso Mineiro de Biomedicina e Congresso Mineiro de Análises Clínicas	02
XVI Congresso Brasileiro do Sono	01
Curso “in company” de Faturamento Médico Hospitalar	29
TOTAL	111

Destacam-se a realização de 02 edições do Curso de Emergências Médicas (tendo sido a 1ª edição realizada com emprego de instrutores do Hospital de Aeronáutica de Belém, e a 2ª com o emprego de instrutores do HFA e demais hospitais militares de Brasília) e a profícua parceria entre a DTEP e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Em decorrência desta última, foi possível promover, em 2017, no HFA:

Dois novos cursos de Formação Inicial e Continuada do PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (operador de microcomputador e eletricitista predial de baixa voltagem);

Abertura de 02 (dois) cursos técnicos do PRONATEC, nas áreas de Segurança do Trabalho e de Análises Clínicas. Os cursos do PRONATEC, tendo atendido expressivo número de militares do Efetivo Variável do Hospital, contribuíram para a profissionalização desses jovens que, em pouco tempo, retornarão ao meio civil, em melhores condições para se inserirem no mercado de trabalho, o que se coaduna com a missão subsidiária das Forças Armadas de contribuir para o Desenvolvimento Nacional.

Oferta de 04 vagas de mestrado para integrantes do HFA, com bolsa integral fornecida pela UCB; e a abertura do Curso de Pós-Graduação *Lato sensu* em Fisioterapia em Terapia Intensiva – destinado a capacitar profissionais de fisioterapia do HFA para emprego nas futuras e ampliadas instalações da Unidade de Terapia Intensiva do Hospital.

8.2.2. PESQUISA

8.2.2.1 Pesquisa Básica, Pesquisa Clínica e Cirurgia experimental

AÇÕES REALIZADAS: Reconhecimento pelo MD, através de Portaria Ministerial, do HFA como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), o que possibilitará a realização de alianças estratégicas com a União, Estados e Municípios, com agências de fomento, empresas nacionais, outras instituições de ciência e tecnologia e organizações de direito privado sem fins lucrativos, voltados para as atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Revitalização e adequação do Alojamento Interno de Animais de Experimentação - foi realizada a estruturação do alojamento para ratos/camundongos de laboratório, com adequação de mobília, equipamentos e cumprimento de normas de bem-estar animal.

Revitalização do Laboratório de Cirurgia Experimental - O Laboratório de Cirurgia Experimental foi reestruturado para simular um ambiente cirúrgico convencional, propiciando realismo para o adestramento multidisciplinar em modelos animais. Para modernização dos equipamentos, foi realizada licitação para aquisição de material através do pregão Nº 64/2017 do HFA, bem como foram avaliados e recebidos equipamentos disponibilizados pelo Hospital Militar de Área de Brasília (HMAB) e HFA.

Reimplantação do Centro de Pesquisa Clínica – Em abril de 2017, realizou-se estudo de viabilidade técnica para reimplantação do Centro de Pesquisa Clínica no HFA. Em maio de 2017, reuniões com a FINATEC (Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos), da Universidade de Brasília, e com a FUNAPE (Fundação de Apoio à Pesquisa), da Universidade Federal de Goiás, foram conduzidas, com o objetivo de estabelecer contratos, para que as fundações daquelas instituições atuem como intervenientes administrativas, do Centro de Pesquisa Clínica. Em agosto de 2017, foram realizados ainda estudos de viabilidade para a execução de dois novos projetos de pesquisa clínica, patrocinados por indústria farmacêutica.

AÇÕES EM ANDAMENTO: Início da reforma e adequação das salas do futuro Laboratório de Pesquisas - A Divisão de Pesquisa desenvolve, desde março de 2017, o projeto de implantação do Laboratório de Pesquisas do HFA. A Divisão atuou no desenvolvimento de parcerias com laboratórios de instituições e universidades, para o desenvolvimento de projetos e da planta (*lay-out*) do laboratório, avaliou o fluxo de atividades que serão desenvolvidas e levantou a necessidades em mobiliário e equipamentos. O processo está em fase de aquisição e recebimento dos equipamentos das empresas contempladas no pregão Nº 64/2017 do HFA. Foram avaliados equipamentos do LAC/HFA e do HMAB para aproveitamento no laboratório, com vistas à economicidade;

Recebimento, por conclusão das reformas, do Laboratório de Cirurgia Experimental – LaCE;

Implantação de controles de acesso e delineamento de áreas restritas, com vistas à segurança das informações e do patrimônio;

Em julho de 2017 iniciou-se um estudo de validação soropidemiológico e molecular das arboviroses no hospedeiro humano, e a diferenciação clínica entre a carga viral e seus sintomas, em uma parceria com Universidade Federal de Goiás.

Projeto de implantação de Horta de Fitoterápicos para Terapia Ocupacional - Desde agosto de 2017, está sendo implantada horta de fitoterápicos nas dependências da DTEP, para realização de terapia ocupacional com pacientes da UISM e, posteriormente, produção fitoterápica para pesquisa básica.

8.2.3 Conclusão

A DTEP alcançou os objetivos delineados para 2017, preparando-se para retomar parte de suas competências que se encontravam estacionadas, principalmente no que se refere à atividade de pesquisa. Na área de ensino, estão sendo implantadas novidades como o laboratório de simulação realística, ferramenta fundamental para o treinamento das habilidades e competências do corpo clínico. Para manutenção do ritmo de desenvolvimento aplicado em 2017 é necessário que sejam

destinados recursos financeiros, humanos e materiais, sobretudo para solucionar os óbices encontrados em 2017.

8.3 Assessoria de Apoio para Assuntos Jurídicos

A Asse Ap As Jurd encontra-se diretamente subordinada ao Comandante Logístico do Hospital, e possui as seguintes competências funcionais:

- assessoramento ao Comandante Logístico, às Diretorias, bem como às demais Chefias do HFA, no tocante às tomadas de decisão necessárias à mais eficiente administração do Hospital;
- assessoramento ao Comandante Logístico quanto ao encaminhamento dos assuntos de natureza jurídica para a manifestação da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa;
- prestação de informações e subsídios fáticos e jurídicos à Advocacia-Geral da União quanto aos processos de interesse do Hospital (Ações Possessórias relacionadas aos Próprios Nacionais Residenciais administrados pelo HFA, Ações Trabalhistas envolvendo servidores estatutários, celetistas e funcionários de empresas terceirizadas, pelas quais o HFA responde subsidiariamente);
- análise formal dos Processos instaurados no âmbito do Hospital (Processos Administrativos Disciplinares, Sindicâncias envolvendo civis e/ou militares, Inquéritos Policiais Militares e processos éticos em geral), com vistas ao saneamento dos procedimentos adotados, visando à adequada produção dos fins pretendidos pela Administração;
- assessoramento à autoridade coatora lotada no HFA, quanto à prestação de informações ao Poder Judiciário nas Ações de Mandado de Segurança relacionadas aos assuntos de interesse do Hospital; e
- desenvolvimento de atividades relacionadas à consultoria jurídica em geral.

8.3.1 Ações Realizadas

Basicamente, durante o ano de 2017, a Asse Ap As Jurd, após remanejamento de servidores para o setor, além da reestruturação interna, contou com o seguinte efetivo:

- 1 (um) Chefe;
- 1 (um) Coordenador;
- 7 (sete) analistas, sendo 3 (três) militares e 4 (quatro) civis; e
- 2 (dois) secretários.

Ao longo de todo o ano em questão, contabilizou-se um movimento total de 1760 (mil setecentos e sessenta) processos que tramitaram para o Setor, cujo detalhamento pode ser verificado no Anexo III.

Quanto aos processos administrativos e Inquéritos Policiais Militares instaurados, o HFA contabilizou os seguintes quantitativos:

Quadro 68 - Processos administrativos e Inquéritos Policiais Militares instaurados

Processos Administrativos Disciplinares	14
Processos Administrativos Disciplinares (Rito Sumário)	11
Sindicâncias Investigativas (Pessoal Civil)	10
Investigações Preliminares	5
Sindicâncias (Pessoal Militar)	47
Inquéritos Policiais Militares	9
Processo Administrativo	10
Averiguação	5

Em relação aos processos administrativos em epígrafe, cabe acrescentar que a Asse Ap As Jurd realiza, constantemente, atividades voltadas à orientação dos diversos agentes públicos designados para o exercício da função de encarregados de processos disciplinares ou de membros de comissões processantes, permitindo, mediante essas ações de orientação prévia e de análise formal após conclusão dos trabalhos, que os processos instaurados retornem da apreciação por parte da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa, plenamente aptos à produção de seus efeitos, haja vista a não ocorrência de vícios capazes de torná-los nulos ou inválidos.

Ademais disso, das 10 (dez) ações envolvendo o patrimônio imobiliário, (06) seis delas constituíram reintegração de posse. Computam-se 17 (dezesete) mandados de segurança, que redundaram em informações ao juízo e à Advocacia-Geral da União. Computam-se, ainda, 23 (vinte e três) ações trabalhistas relacionadas aos serviços contratados por este Nosocômio e 36 (trinta e seis) reclamações trabalhistas envolvendo os empregados públicos regidos sob esse regime.

Importante acrescer que durante o ano de 2017, a Asse Ap As Jurd empreendeu gestões no sentido de estreitar sua comunicação com diversos Órgãos externos, tais como: Ministérios Públicos Federal e Militar, Procuradorias, Advocacia e Corregedoria-Geral da União, além da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa e das Assessorias Jurídicas das Forças, visando ao aprimoramento e eficiência das atividades desenvolvidas.

No tocante à capacitação de pessoal, insta acrescer que a atividade desenvolvida pelos profissionais do Setor requer estudo continuado da legislação vigente, a fim de se manter a atualização necessária à análise dos diversos assuntos submetidos à apreciação.

No que tange à questão correcional, durante o ano de 2017, entre outras medidas administrativas, há registros de 21 (vinte e um) processos apuratórios que apresentam indícios de dano ao erário Anexo III.

Além disso, em andamento, registram-se 7 (sete) Procedimentos Preparatórios do Ministério Público, 3 (três) Notícias de Fato e 5 (cinco) Inquéritos Cíveis.

As recomendações oriundas do Ministério Público e as determinações expedidas face aos referidos procedimentos são monitoradas pela Assessoria.

8.4 Outras informações relevantes

8.4.1. Subdivisão de Pessoal Militar

8.4.1.1 Ações Realizadas em 2017:

- ajustes e Finalização dos Trabalhos de confecção do Regimento Interno e envio para aprovação;
- estudo de aumento de efetivo visando atendimento das necessidades impostas pela abertura de mais 10 leitos de UTI, previstos para julho de 2018; e
- estudo de necessidade de pessoal e de mudança em escalas e rotinas de serviço verificando a viabilidade de abertura do bloco materno infantil.

8.4.1.2 Ações Previstas para o ano de 2018:

- auditoria do Sistema de Pagamento; e
- confecção do Quadro de Lotação do HFA

8.4.1.3 Óbices Atuais:

- o aumento da evasão causada pelo plano de demissões voluntárias; e
- o aumento do efetivo militar para cobrir as faltas indispensáveis para o funcionamento da estrutura administrativa do HFA, causando um aumento da burocracia que a divisão de recursos humano é responsável.

8.5 Resultados e Conclusões

Os resultados obtidos pelo HFA em 2017 foram muito expressivos diante das dificuldades enfrentadas e se devem ao esforço das equipes que compõem os diversos serviços e clínicas.

Não obstante a existência dos parceiros que apoiaram este Hospital no cumprimento de sua missão de desenvolver o Ensino e fomentar a Pesquisa no âmbito da Saúde Militar, prevenir, prover e promover à assistência à Saúde aos militares das Forças Armadas e seus dependentes, à Presidência da República, ao Ministério da Defesa, ao Corpo Diplomático e a segmentos conveniados, algumas dificuldades foram enfrentadas no transcorrer do exercício de 2017, dentre elas destaca-se a carência de pessoal, sobretudo na área médica; a constante evasão de profissionais em busca de melhores oportunidades de trabalho e maiores remunerações no âmbito do DF, bem como as evasões de profissionais de saúde, motivadas pelo Plano de Demissão Voluntária (PDV).

O Hospital tem trabalhado no sentido de viabilizar, junto ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, a reestruturação do Plano de Cargos e Salários do HFA, com vistas a tornar a unidade mais atrativa aos profissionais de saúde, equiparando-os aos congêneres de Brasília.

Na área de desenvolvimento do ensino e da pesquisa destacamos a parceria com a Universidade Católica de Brasília que em muito contribuiu para o aprimoramento técnico-profissional dos residentes.

Na área de recursos humanos, merece destaque o aumento de efetivo dos militares que ocorreu devido à necessidade de recompletamento de funções essenciais que tornaram-se vagas por causa de processos de demissão e aposentadoria de servidores civis. Um agravante neste processo, em 2017, se deu com a medida do governo que autorizou o plano de demissão voluntária. Até 28 de novembro, 47 profissionais solicitaram adesão ao PDV, sendo 22 desligamentos, 17 reduções de jornada e 08 licenças incentivadas. Os atos discricionários foram negados em sua totalidade pelo Comandante Logístico do HFA. Dos atos vinculados, 08 pedidos foram efetivamente operacionalizados com o desligamento dos servidores do Hospital

Na área de materiais e infraestrutura, as clínicas e serviços do HFA trabalharam no sentido de aumentar a capacidade de atendimento, visando diminuição de encaminhamentos para OCS e consequentemente diminuição de custos e aumento da produtividade.

Problemas de infraestrutura como a existência de setores com falta de espaço, necessidades de reforma/pinturas, circulação adequada e climatização do ar, iluminação, substituição de mobília foram minoradas em 2017, possibilitam melhorar cada vez mais a atenção ao paciente e o conforto.

Conclui-se que o HFA funcionou de forma adequada, em consonância com o planejamento previsto para o exercício financeiro de 2017, considerando os recursos disponibilizados para o cumprimento de sua missão institucional. Todavia, são necessárias ações no sentido de manter os recursos orçamentários e financeiros, humanos e materiais em níveis permanentemente adequados à demanda, que impeçam a flutuação há muito observada no funcionamento do HFA, ocasionada por um conjunto de fatores como salários não competitivos com o mercado, falta de material para realizar procedimentos, estrutura física inadequada em algumas áreas, bem como a relação remuneração/carga horária menor do que a média do mercado (incluindo-se os serviços públicos) para todos os profissionais de saúde.

Brasília - DF, 26 de abril de 2018.

General de Divisão RUI YUTAKA MATSUDA
Comandante Logístico do Hospital das Forças Armadas

ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I- MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
a. atendimentos médico-hospitalar.	Prestar assistência à saúde, incluindo prevenção, promoção, tratamento ambulatorial e de hospitalização, recuperação, reabilitação e assistência médico-social.	<p>- 353.455 (trezentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e cinco) atendimentos ambulatoriais realizados em 2017.</p> <p>- 84.387 (oitenta e quatro mil, trezentos e oitenta e sete) atendimentos de emergência realizados em 2017.</p> <p>- 2.476 (dois mil, quatrocentos e setenta e seis) procedimentos cirúrgicos e 2.770 (dois mil, setecentos e setenta) procedimentos anestésicos, realizados em 2017.</p> <p>- 480 (quatrocentos e oitenta) internações em Unidade de Terapia Intensiva. Atualmente, o hospital conta com 13 (treze) leitos destinados especificamente ao atendimento intensivo Adulto, sendo todos os 13 (treze) leitos efetivamente operacionais. A média em 2017 da taxa de ocupação foi de 94,87 % (noventa e quatro vírgula oitenta e sete por cento).</p> <p>Destacaram-se como principais insumos que concorreram para a execução deste macroprocesso no ano de 2017, a aquisição de luvas de procedimento não estéril M; agulhas hipodérmicas 40 X 12; e seringas descartáveis, fornecidos pelas empresas MEDIC STOCK; METHABIO E VIDAMED.</p>	Militares da ativa, da reserva, reformados, incluindo seus dependentes e pensionistas, servidores da administração central do Ministério da Defesa, servidores e empregados públicos do próprio Hospital das Forças Armadas e da Escola Superior de Guerra e aos seus dependentes e pensionistas, Adidos militares, Adjuntos e Auxiliares estrangeiros acreditados ao Brasil e a Presidência da República.	Diretoria Técnica de Saúde - DTS
b. Atendimento odontológico	Prestar assistência odontológica preventiva, ambulatorial e emergencial.	<p>38.934 (trinta e oito mil, novecentos e trinta e quatro) atendimentos, e 91.506 (noventa e um mil, quinhentos e seis) procedimentos.</p> <p>Destacaram-se como principais insumos que concorreram para a execução deste macroprocesso no ano de 2017, a aquisição de: agulha gengival curta, fornecidas por L M LADEIRA E CIA LTDA; alginato, fornecidos por DENTAL MARIA LTDA ME; broca alta rotação – diversos números, fornecidos por SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS</p>	Militares da ativa, da reserva, reformados, incluindo seus dependentes e pensionistas.	Divisão de Odontologia – (Div Odonto)

		HOSPITALARES LTDA; cimento de ionômero de vidro, fornecidos por BIOLÓGICA DISTRIBUIDORA EIRELLI -EPP; cimento endodôntico, fornecidos por MEGA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS; cimento resinoso, fornecidos por DENTSUL COMÉRCIO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS; e revelador radiológico, fornecidos por COMSERV COMÉRCIO DE SERVIÇOS.		
c. Desenvolvimento do Ensino e da Pesquisa na área médico-hospitalar	Visa as ações de incentivo e desenvolvimento ao ensino e pesquisa médica no âmbito do HFA	Compreende a atuação de médicos, demais profissionais da Saúde, Residentes médicos (total de 80 residentes), da utilização do laboratório de cirurgias experimentais, da pesquisa em seres humanos, da capacitação e treinamento dos servidores da atividade fim da unidade, dentre outras atividades e parcerias afetas ao ensino e a pesquisa na área médica. Destacaram-se como principais insumos que concorreram para a execução deste macroprocesso no ano de 2017, a aquisição de ração e maravalha, fornecidos pela empresa PETZ – Pet Center Comércio e Participações S/A.	Residentes médicos, servidores civis e militares do HFA.	Diretoria Técnica de Ensino e Pesquisa - DTEP

ANEXO II- MEDIDAS ADMINISTRATIVAS INSTAURADAS PARA APURAÇÃO DE POSSÍVEIS RESPONSABILIDADES POR DANOS AO ERÁRIO

1. Subdivisão de Pessoal Militar

PROCEDIMENTOS APURATÓRIOS ENVOLVENDO DANO AO ERÁRIO ACIMA DE R\$ 100.000,00 PENDENTES DE RESSARCIMENTO

OM	Nr e data instauração	Data de conclusão	Data fato gerador do dano	Objeto da apuração	Valor dano / indício de dano (R\$)	Nr dos procedimentos apuratórios conexos
HFA	60550.034256/2016-91(principal) 60550.000224/2017-73, de 16/12/16	Encaminhado para 11ª Circunscrição Judiciária Militar - 2ª Auditoria, em 27 de março de 2018.	Procedimento de Investigação Criminal nº05-34.2016.2101, de 07 de dezembro de 2016.	Apurar as supostas fraudes licitatórias envolvendo ex-militares temporários das forças armadas.		
HFA	60550.001693/2017-18, de 27/01/17	Encaminhado para 11ª Circunscrição Judiciária Militar - 2ª Auditoria, em 16 de março de 2018.	PIC nº 0000057-05.2016.2102, de 16 de janeiro de 2017.	Apurar suposta fraude na aquisição de material OPME.		
HFA	<u>60550.036740/2017-36</u> , de 28/09/17	Encaminhado para 11ª Circunscrição Judiciária Militar, em 28 de março de 2018.	Ofício nº 00561/JUS/2017-1ª PJM/DF - 2º Ofício, de 28 de novembro de 2017	Ofício nº 00563/JUS/2017 - 1ª PJM/DF-Secretaria, de 30 de novembro de 2017		
HFA	60550.005759/2017-31, de 14/03/17	Encaminhado para 11ª Circunscrição Judiciária Militar - 1ª Auditoria, em 28 de novembro de 2017.	Telas de Prolene, Despacho Decisório da AAA Jurd, s/nº de 24 de fevereiro de 2017.	Possível dano ao erário Aquisição de Tela de Prolene		
HFA	60550.020813/2017-78, de 26/07/17	Encaminhado para Justiça Militar, em 28 de março de 2018.	Ofício 00370/2017/Gab. 3º Ofício/2ª PJM-DF, de 19 de julho de 2017	Apurar a existência de indícios de crime no Pregão SRP nº 023/2012-HFA		

OM	Tipo, Nr e data instauração	Data de conclusão	Data fato gerador do dano	Objeto da apuração	Valor dano / indício de dano (R\$)	Nr dos procedimentos apuratórios conexos
HFA	60550.006615/2017-00, de 19/04/17	Encaminhado para 11ª Circunscrição Judiciária Militar, em 30 de junho de 2017.	Despacho Decisório da AAA Jurd, s/nº, de 27 de março de 2017	Apurar a existência de indícios de crime e de suposto dano ao erário Material Odontológico vencido.	R\$ 503.900,00	
HFA	60550.033888/2017-19, de 29/11/17	Encaminhado a A Tec HFA, em 14 de fevereiro de 2018.	Nota nº 37- Asst Cmt Log HFA, de 16 de agosto de 2017.	Averiguar irregularidades na aquisição de sacos HAMPER		Processo oriundo do Processo Administrativo nº 60550.021118/2016-42 como determinado na Solução.
HFA	60550.028627/2016-04, de 02/03/17	<u>SOBRESTADO</u> Sobrestado desde 13 de junho de 2017.	Parte nº 62/2016/DCAF HFA, de 01 de novembro de 2016.	Pregão Eletrônico 41/2013		60550.000501/2013-14
HFA	60550.032012/2016-74 (principal) 60550.018215/2016-58, de 15/07/16	Diligencias complementares, em 14 de março de 2018		Apurar responsabilidade relativa à perda de material odontológico pela perda do prazo de validade, em decorrência dos fatos narrados no Relatório de Auditoria Anual de Contas – Exercício 2013.		60550.000858/2014-28
HFA	60550.000834/2015-13, de 05/09/15	Encaminhado a A TEC HFA, em 03 de julho de 2017. Encontra-se em fase de cobrança.		Possível Dano ao Erário – Apurar responsabilidade civil Relatório contábil da Odontoclínica		60550.001091/2013-29

OM	Tipo, Nr e data instauração	Data de conclusão	Data fato gerador do dano	Objeto da apuração	Valor dano / indício de dano (R\$)	Nr dos procedimentos apuratórios conexos
HFA	60550.003153/2017-61, de 05/10/17	Encaminhado a A TEC HFA, em 02 de abril de 2018.	Documento de origem Empresa Engeclinic de 02 de fevereiro de 2017. Parte nº 34/2017/DCAF HFA , de 21 de março de 2017.	Apurar se os serviços glosados pela Empresa Engeclinic Serviços Ltda foram realmente prestados e verificar o valor real da possível dívida, com a aplicação de correção monetária e/ou juros.	320.904,78	
HFA	60550.006515/2017-75, de 10/07/17	Indicação de servidor, com formação em Ciências Contábeis. 60550.007139/2018-17	Parte nº 14/2017/SEÇ PNR HFA , de 13 de março de 2017.	Apurar possíveis irregularidades nas contas do SRI-2.		
HFA	60000.003395/2017-81, de 24/05/17	Encaminhado para Secretário de Controle Interno Substituto do Ministério da Defesa, em 27 de março de 2018, 60550.010945/2018-72.	Ofício 0302/2017- TCU/Secex Defesa, de 19 de abril de 2017.	Instrução Normativa - TCU nº 76, de 23 de novembro de 2016. Acórdão nº 3195/2017 – 2ª Câmara		
HFA	60550.028577/2016-57, de 18/01/17	Encaminhado para Secretário de Controle Interno Substituto do Ministério da Defesa, em 27 de setembro de 2017.	Parte nº 60/2016/DCAF HFA , 01 de novembro de 2016.	Apurar as causas e responsabilidades pela realização de sucessivas contratações emergenciais, firmadas com a empresa Juiz de Fora de Serviços Gerais Ltda		

Fonte: Carteira de Sindicância e Processo Administrativo da Subdivisão de Pessoal Militar, atualizada em 23 de fevereiro de 2018

2. Subdivisão de Pessoal Civil

CGU-PAD RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Hospital das Forças Armadas	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	2
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	11
Total de Ritos Sumários	11
Total de Sindicâncias	8
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	32

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
60550000168201777	16/02/2017	Rito Sumário(Lei 8.112/90)
60550000280201716	19/01/2017	Rito Sumário(Lei 8.112/90)
60550001698201732	02/02/2017	Sindicância
60550005034201742	02/03/2017	Sindicância
60550008058201753	30/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
60550008272201718	30/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
60550008276201798	30/03/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
60550008463201771	30/03/2017	Rito Sumário(Lei 8.112/90)
60550010109201715	20/04/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
60550014734201728	01/06/2017	Sindicância
60550015201201763	22/06/2017	Sindicância
60550015501201742	08/06/2017	Procedimento Administrativo para empregado público(artigo 3º, Lei 9.962/00)
60550020400201793	20/07/2017	Rito Sumário(Lei 8.112/90)
60550021098201791	03/08/2017	Rito Sumário(Lei 8.112/90)
60550021106201707	27/07/2017	Sindicância
60550022005201745	03/08/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

60550022006201790	03/08/2017	Sindicância
60550022933201718	10/08/2017	Rito Sumário(Lei 8.112/90)
60550023885201777	17/08/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
60550027228201707	21/09/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
60550027230201778	14/09/2017	Rito Sumário(Lei 8.112/90)
60550028915201731	28/09/2017	Rito Sumário(Lei 8.112/90)
60550029132201775	05/10/2017	Rito Sumário(Lei 8.112/90)
60550029133201710	05/10/2017	Rito Sumário(Lei 8.112/90)
60550030469201725	11/10/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
60550033840201719	09/11/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
60550034522201767	16/11/2017	Sindicância
60550035364201762	18/12/2017	Rito Sumário(Lei 8.112/90)
60550035394201779	23/11/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
60550036458201759	05/12/2017	Sindicância
60550036908201711	07/12/2017	Procedimento Administrativo para empregado público(artigo 3º, Lei 9.962/00)
60550038348201721	14/12/2017	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

ANEXO III- QUANTITATIVO DE PROCESSOS TRAMITADOS EM 2017

AÇÕES TRABALHISTAS								
Setor Público				Setor Privado (terceirizados)				
Celetistas (Rec.Trabalhistas)	Estatutários (Ação Ordinárias)			Gvp	Cássio Silva Lessa (Motoboy)	Real JG Serviços Gerais		
36	19			18	04	01		
AÇÕES POSSESSÓRIAS								
Ações Ordinárias			Reintegração de Posse			Manutenção de Posse		
Direito de Aquisição de Imóvel	Indenização Danos Morais em desfavor do HFA pelo não cumprimento do MS Nº 2840 e 3965			Ajuizadas em 2017	Tramitadas	Ajuizadas em 2017	Tramitadas	
04	Não Houve			04	11	02	05	
MANDADOS DE SEGURANÇA								
Acumulação de Cargos Públicos	Afastamento realizar curso de formação			Reserva de vaga	Concurso de residência	Licitação		
11	03			01	01	01		
AÇÕES ORDINÁRIAS DIVERSAS EM DESFAVOR DA UNIÃO (HFA)								
Ressarcimento de despesas médicas realizadas fora do HFA					Pedido de remoção	Reversão de aposentadoria	Danos morais e materiais (erro médico)	
Não houve					01	Não houve	Não houve	
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS								
Militares				Civis				
Sindicância	IPM	Averiguação	P.A	Sindicância Investigativa	Investigação Preliminar	P.A.D	P.A.D (Rito Sumário)	
47	09	05	10	10	05	14	11	
DENÚNCIAS ORIUNDAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS (MPF, MPM, MPT)								
Inquéritos Cíveis			Procedimento Preparatórios			Notícia de Fato		
05			07			03		
MANIFESTAÇÕES EMITIDAS								
Despachos	Informações			Pareceres		Nota Técnica		
171	84			02		14		
QUANTITATIVO DE OFÍCIOS								
Ofícios Recebidos				Ofícios Expedidos				
443				498				
QUANTITATIVO DE PARTES								
Partes Recebidas				Partes Expedidas				
136				124				
REQUERIMENTOS								
Cópia de Processo (P.A.D, Sindicância)				Cópia de Prontuário			Diversos	
15				06			19	
TOTAL DE DOCUMENTOS TRAMITADOS:						1760		

ANEXO IV- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Segue abaixo as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2017 do Hospital das Forças Armadas:

BF - BALANÇO FINANCEIRO

Quadro 69 - Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	90.193.359,48	76.748.478,08
Ordinárias	-	-	Ordinárias	44.016.114,67	47.634.121,37
Vinculadas	-	-	Vinculadas	46.177.244,81	29.114.356,71
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	46.177.244,81	29.114.356,71
Transferências Financeiras Recebidas	65.526.300,12	63.056.934,36	Transferências Financeiras Concedidas	3.250.281,35	4.304.089,36
Resultantes da Execução Orçamentária	59.757.206,82	51.598.334,22	Resultantes da Execução Orçamentária	3.170.446,40	4.299.672,43
Repasso Recebido	11.427.457,69	1.591.076,16	Repasso Concedido	19.691,11	32.920,84
Sub-repasso Recebido	48.329.749,13	50.007.258,06	Sub-repasso Concedido	3.150.755,29	4.266.751,59
Independentes da Execução Orçamentária	5.769.093,30	11.458.600,14	Independentes da Execução Orçamentária	79.834,95	4.416,93
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	5.768.873,70	11.458.600,14	Demais Transferências Concedidas	18.600,00	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	219,60		Movimento de Saldos Patrimoniais	61.234,95	4.416,93
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	34.881.771,43	33.345.523,53	Despesas Extraorçamentárias	6.842.385,09	14.895.723,97
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	869.790,49	58.124,91	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	318.669,59	2.376.997,45
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	15.126.129,73	6.917.048,45	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	5.509.532,02	11.460.722,45
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.014.183,48	1.057.809,36	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.014.183,48	1.057.809,36
Outros Recebimentos Extraorçamentários	17.871.667,73	25.312.540,81	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	194,71
Arrecadação de Outra Unidade	17.871.667,73	25.312.540,81	Demais Pagamentos		194,71
Saldo do Exercício Anterior	10.154.848,08	9.700.681,60	Saldo para o Exercício Seguinte	10.276.893,71	10.154.848,08
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.154.848,08	9.700.681,60	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.276.893,71	10.154.848,08
TOTAL	110.562.919,63	106.103.139,49	TOTAL	110.562.919,63	106.103.139,49

BO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Quadro 70 - Balanço Orçamentário - Receitas e Despesas

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-

Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			90.193.359,48	90.193.359,48
TOTAL	-	-	90.193.359,48	90.193.359,48
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	262.628.423,00	250.541.332,00	80.190.834,38	72.794.293,34	72.072.919,42	170.350.497,62
Pessoal e Encargos Sociais	183.134.898,00	172.940.318,00	-	-	-	172.940.318,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	79.493.525,00	77.601.014,00	80.190.834,38	72.794.293,34	72.072.919,42	-2.589.820,38
DESPESAS DE CAPITAL	3.834.188,00	7.510.136,00	10.002.525,10	2.272.936,41	2.124.519,84	-2.492.389,10
Investimentos	3.834.188,00	7.510.136,00	10.002.525,10	2.272.936,41	2.124.519,84	-2.492.389,10
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

SUBTOTAL DAS DESPESAS	266.462.611,00	258.051.468,00	90.193.359,48	75.067.229,75	74.197.439,26	167.858.108,52
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	266.462.611,00	258.051.468,00	90.193.359,48	75.067.229,75	74.197.439,26	167.858.108,52
TOTAL	266.462.611,00	258.051.468,00	90.193.359,48	75.067.229,75	74.197.439,26	167.858.108,52

BO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Quadro 71 - Balanço Orçamentário - Anexos

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	580.219,89	6.150.747,09	4.803.255,72	4.803.255,72	1.425.261,32	502.449,94
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	580.219,89	6.150.747,09	4.803.255,72	4.803.255,72	1.425.261,32	502.449,94
DESPESAS DE CAPITAL	124.112,00	766.301,36	706.276,30	706.276,30	45.743,72	138.393,34
Investimentos	124.112,00	766.301,36	706.276,30	706.276,30	45.743,72	138.393,34
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	704.331,89	6.917.048,45	5.509.532,02	5.509.532,02	1.471.005,04	640.843,28

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	250.720,42	70.401,81	318.669,59	2.452,64	0,00	
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	250.720,42	70.401,81	318.669,59	2.452,64	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	
Investimentos	-	-	-	-	-	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	
TOTAL	250.720,42	70.401,81	318.669,59	2.452,64	0,00	

Bens Móveis	77.698.693,96	75.621.620,28	Ajustes de Exercícios Anteriores	-17.375.031,08	
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-15.792.982,93	-12.678.697,08	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	281.749.829,36	292.700.070,26
Bens Imóveis	161.431.553,63	163.006.784,53			
Bens Imóveis	163.711.740,09	163.570.390,02			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-2.280.186,46	-563.605,49			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.795.074,07	2.295.300,53			
Softwares	1.795.074,07	2.295.300,53			
Softwares	3.445.734,56	3.210.429,40			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-1.650.660,49	-915.128,87			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	283.486.836,89	293.811.397,48	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	283.486.836,89	293.811.397,48

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	10.276.893,71	10.154.848,08	PASSIVO FINANCEIRO	16.636.763,50	7.942.502,57
ATIVO PERMANENTE	273.209.943,18	283.656.549,40	PASSIVO PERMANENTE	867.217,04	781.633,01
			SALDO PATRIMONIAL	265.982.856,35	285.087.261,90

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	6.293.460,69	2.562.444,49	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	86.821.114,88	56.351.033,60
Execução dos Atos Potenciais Ativos	6.293.460,69	2.562.444,49	Execução dos Atos Potenciais Passivos	86.821.114,88	56.351.033,60
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	4.621.180,98	1.026.897,95	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	1.672.279,71	1.535.546,54	Obrigações Contratuais a Executar	86.821.114,88	56.351.033,60
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	6.293.460,69	2.562.444,49	TOTAL	86.821.114,88	56.351.033,60

DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-6.471.479,18
Recursos Vinculados	111.609,39
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	111.609,39
TOTAL	-6.359.869,79

DVP – DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Quadro 73 - Demonstrações de Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	97.107.647,70	98.504.538,34
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	13.394.045,81	25.519.601,83
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	13.394.045,81	25.519.601,83
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.144.807,62	1.824.664,73
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	335.337,46	35,00
Variações Monetárias e Cambiais	-	881.157,49
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	809.470,16	943.472,24
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	69.075.335,26	65.101.825,23
Transferências Intragovernamentais	66.385.773,68	63.748.701,63
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	360.000,00	360.000,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.329.561,58	993.123,60
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	784.705,88	2.733.115,46
Reavaliação de Ativos	-	1.976.484,05
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	655.505,18
Ganhos com Desincorporação de Passivos	784.705,88	101.126,23
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	12.708.753,13	3.325.331,09
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	12.708.753,13	3.325.331,09

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	90.682.857,52	87.703.609,07
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	33.782,66	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	33.782,66	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	84.132.949,31	79.799.489,83
Uso de Material de Consumo	26.235.234,79	22.828.116,21
Serviços	52.331.316,08	52.910.035,02
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.566.398,44	4.061.338,60
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	422,00	25.241,09
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	25.241,09
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	422,00	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	3.463.449,57	4.511.101,14
Transferências Intragovernamentais	3.250.901,58	4.304.089,36
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	212.547,99	207.011,78
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.961.073,49	3.268.946,14
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	639.536,35
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	1.573.258,61	691.767,27
Desincorporação de Ativos	1.387.814,88	1.937.642,52
Tributárias	13.478,47	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.438,95	-
Contribuições	3.039,52	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	77.702,02	98.830,87
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-

Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	77.702,02	98.830,87
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	6.424.790,18	10.800.929,27

DFC – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Quadro 74 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.952.841,77	6.416.197,52
INGRESSOS	84.412.151,33	89.427.284,53
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	84.412.151,33	89.427.284,53
Ingressos Extraorçamentários	1.014.183,48	1.057.809,36
Transferências Financeiras Recebidas	65.526.300,12	63.056.934,36
Arrecadação de Outra Unidade	17.871.667,73	25.312.540,81
DESEMBOLSOS	-81.459.309,56	-83.011.087,01
Pessoal e Demais Despesas	-76.825.855,13	-77.301.255,69
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-76.825.855,13	-77.301.255,69
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-

Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-368.989,60	-347.737,89
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-368.989,60	-347.737,89
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-4.264.464,83	-5.362.093,43
Dispêndios Extraorçamentários	-1.014.183,48	-1.057.809,36
Transferências Financeiras Concedidas	-3.250.281,35	-4.304.089,36
Demais Pagamentos		-194,71
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.830.796,14	-5.962.031,04
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-2.830.796,14	-5.962.031,04
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.602.557,48	-4.309.883,04
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-228.238,66	-1.652.148,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	122.045,63	454.166,48
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	10.154.848,08	9.700.681,60
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	10.276.893,71	10.154.848,08

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2017

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

- Natureza Jurídica: O Hospital das Forças Armadas (HFA) é órgão da administração direta do Governo Federal, subordinado ao Ministério da Defesa, sendo classificado como um Hospital Militar Geral e possui autonomia administrativa e financeira.

- Domicílio: O Hospital está localizado no Setor HFA - Sudoeste – Brasília – DF.

- Natureza das operações e principais atividades: O HFA tem como finalidade a prestação de Assistência em Saúde, tratamento em hospitalização dos militares das Forças Armadas e a seus dependentes, a Presidência da República e a segmentos da sociedade, autorizado por convênios ou diretrizes especiais. Destina-se também, ao desenvolvimento do Ensino e da Pesquisa, podendo promover intercâmbio científico na área da saúde com associações médicas e entidades afins.

- Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

As Demonstrações Contábeis do HFA levantadas em 31 de dezembro de 2017 estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/00, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e demais disposições normativas vigentes.

NOTA 02 – RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A avaliação e mensuração dos elementos patrimoniais que se encontram registrados no Hospital estão de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP).

CRITÉRIOS DE MENSURAÇÃO DE ATIVOS

Caixa e Equivalente de Caixa: estão representados por: Limite de Saque referente a recursos liberados pelo Tesouro Nacional e Aplicações Financeiras de liquidez imediata com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo. As aplicações financeiras estão registradas ao custo da aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço.

Créditos a Curto Prazo: estão mensuradas pelo valor original;

Estoques: estão mensurados e avaliados com base no valor de aquisição.

Imobilizados: seu registro é realizado com base no valor de aquisição e estão sujeitos à depreciação;

Intangíveis: seu registro é realizado com base no valor de aquisição e estão sujeitos à amortização.

Depreciações: Os cálculos e registros da depreciação e da amortização dos bens do Hospital são efetuados de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC T 16.9), em consonância com o estabelecido na Macrofunção nº 02.03.30 do Manual SIAFI, bem como em obediência aos dispositivos legais: Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 e Lei nº 10.180/2001 conforme a seguir:

Metodologia adotada para estimar a vida útil: foram definidas de acordo com a tabela da Macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI (item 6.3):

- máquinas - 10 anos;

- equipam/utensílios médicos, odonto. lab. e hosp. – 15 anos;

- veículos - 15 anos;

- móveis - 10 anos;

- imóveis - 25 anos; e

- bens intangíveis - tanto a vida útil como o valor residual do bem amortizável, são definidos pela administração.

Metodologia de cálculo da depreciação e amortização:

- base da depreciação: Baseou-se no custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal) registrado no SIAFI;
- valor residual: Tabela Macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI (item 6.3): Cálculo: Valor de Entrada X Valor Residual em %;
- vida útil: definidas de acordo com a Macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI (item 6.3);
- método: Método das Quotas Constantes, conforme o item n.º 7.2 da Macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI;
- início da depreciação: bens adquiridos ao longo do exercício financeiro de 2010; e
- cálculo da Depreciação/Amortização Mensal:

$$\text{Cálculo: } \frac{\text{Valor Depreciável/Amortizável}}{\text{Vida Útil (em meses)}}$$

Taxas utilizadas para os cálculos: Foram definidas de acordo com o valor depreciável/amortizável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item n.º 6 da Macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI. A taxa anual de depreciação/amortização dos bens é fixada em função do prazo, durante o qual se possa esperar utilização econômica.

CRITÉRIOS DE MENSURAÇÃO DE PASSIVOS

- Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: compreende as obrigações junto a fornecedores de mercadorias e outros materiais utilizados, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, com vencimento no curto prazo.

Os passivos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado ou como outros passivos financeiros. Outros passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação.

Os Restos a Pagar Não Processados foram inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados em 31 de dezembro de 2017, registrados como despesas nos termos dos arts. 36 e 103, § único, da Lei n.º 4.320/64 e ainda atendendo os preceitos do artigo 42 da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000.

Os Restos a Pagar Processados correspondem aos demais saldos credores das Obrigações existentes em 31 de dezembro de 2017, com o respectivo suporte financeiro.

- Demais Obrigações a Curto Prazo: Os Depósitos e as Obrigações em Circulação foram avaliados pelo valor devido em 31/12/2017.

NOTA 03 – INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Registro dos rendimentos de aplicações financeiras nas contas 1.1.1.1.1.50.06 - Fundo de Aplicação financeira e 4.4.5.2.1.01.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras, no valor de R\$ 809.470,16;

CRÉDITOS A RECEBER - CURTO PRAZO:

Provisões: Foram contabilizadas valores a receber registradas nas seguintes contas contábeis:

- 1.1.2.2.1.01.06 - Faturas/dupl. a Rec. - Prestação de Serviços no valor de R\$ 2.458.313,21;
- 1.1.2.2.2.01.06 - Faturas/dupl a Rec. – Prest. de Serviços – Intra no valor de R\$ 15.290.665,93; e
- 1.1.2.3.1.01.00 – Cred. por Transf. de Instituições Privadas no valor de R\$ 30.000,00;
- 1.1.3.8.1.13.00 - Crédito a receber por cessão de áreas públicas no valor de R\$ 18.530,00;
- 1.1.3.8.1.15.00 - Crédito a receber por pagamentos de despesas de terceiros no valor de R\$ 613.877,58.

Quadro 75 - Provisões de Curto Prazo – Por Devedor

	31/12/2017 (R\$)	AV (%)
A - DIVERSAS PESSOAS FÍSICAS - DÉBITOS A NEGOCIAR	788,106,15	4,28
B - DIVERSAS PESSOAS FÍSICAS - DÉBITOS PARCELADOS	793.693,98	4,31
C - GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL-SUS	808.959,47	4,39
D - FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CARDIOLOGIA	627.189,99	3,41
E - SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	4.187,96	0,02
F - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	222.342,39	1,21
G - COMANDO DA AERONÁUTICA	9.276.158,97	50,38
H - COMANDO DO EXÉRCITO	5.787.976,61	31,44
I - UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	30.000,00	0,16
J - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	18.530,00	0,10
K - NUTRISABOR ASSESSORIA E ALIMENTOS LTDA	54.241,20	0,29
Total	18.411.386,72	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

Em relação aos devedores G e H, eles representam 81,82% do total a ser receber e os valores se referem a prestação de serviços hospitalares pelo HFA.

CRÉDITOS A RECEBER - LONGO PRAZO

Provisões: foram contabilizadas valores a receber registrados na seguinte conta contábil:

- 1.2.1.1.1.02.06 - Faturas/dupl. a Rec. - Prestação de Serviços no valor de R\$ 279.701,38;

Quadro 76 - Provisões de Longo Prazo – Por Devedor

	31/12/2017 (R\$)	AV (%)
A - DIVERSAS PESSOAS FÍSICAS - DÉBITOS A PARCELADOS	279.701,38	100,00
Total	279.701,38	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

Outros valores a receber: contabilização de valores a receber referente à Tomada de Contas Especial – TCE:

- 1.2.1.2.1.05.08 - Créditos a receber por falta/irregularidade de comprovação no valor de R\$ 12.233.091,66.

IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a

depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/dez/2017, o Hospital das Forças Armadas apresentou um saldo de R\$ 223.337.264,66 relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2017 e 2016.

Quadro 77 - Imobilizado – Composição.

	31/12/2017 (R\$)	31/12/2016	AH%
Bens Móveis	61.905.711,03	62.942.923,20	-1,65
(+) Valor Bruto Contábil	77.698.693,96	75.621.620,28	2,75
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(15.792.982,93)	(12.678.697,08)	24,56
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis	161.431.553,63	163.006.784,53	-0,97
(+) Valor Bruto Contábil	163.711.740,09	163.570.390,02	0,09
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(2.280.186,46)	(563.605,49)	304,57
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Total	223.337.264,66	225.949.707,73	-1,16

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016.

BENS MÓVEIS

Os Bens Móveis do Hospital das Forças Armadas em 31/12/2017 totalizavam R\$ 61.905.711,03 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Quadro 78 - Bens Móveis - Composição

	31/12/2017 (R\$)	31/12/2016 (R\$)	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	58.825.820,30	57.884.179,19	1,63
Bens de Informática	7.630.809,91	6.718.946,74	13,57
Móveis e Utensílios	9.026.892,98	9.075.523,49	-0,54
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	538.579,78	354.531,94	51,91
Veículos	1.629.288,58	1.511.154,81	7,82
Peças e Conjuntos de Reposição	0,00	0,00	0,00
Bens Móveis em Andamento	0,00	0,00	0,00
Bens Móveis em Almoxarifado	7.989,5	31.074,60	-74,29
Armamentos	0,08	0,08	0,00
Semoventes e Equipamentos de Montaria	0,00	0,00	0,00
Demais Bens Móveis	39.312,83	46.209,43	-14,92
Depreciação / Amortização Acumulada	(15.792.982,93)	(12.678.697,08)	24,56
Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	0,00
Total	61.905.711,03	62.942.923,20	1,65

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

BENS IMÓVEIS

Os Bens Imóveis da União em 31/12/2017 totalizavam R\$ 161.431.553,63 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Quadro 79 - Bens Imóveis – Composição.

	31/12/2017 (R\$)	31/12/2016 (R\$)	AH(%)
Bens de Uso Especial	163.570.390,02	163.570.390,02	0,00
Bens de Uso Comum do Povo	0,00	0,00	0,00
Bens Dominicais	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis em Andamento	141.350,07	0,00	0,00
Instalações	0,00	0,00	0,00
Demais Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	0,00	0,00	0,00
Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	0,00
Depreciação / Amortização Acumulada	(2.280.186,46)	(563.605,49)	304,57
Total	161.431.553,63	163.006.784,53	-0,97

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

O bem de Uso Especial mais relevante na composição do patrimônio imobiliário são os prédios onde funcionam o Hospital, totalizando um valor bruto de R\$ 95.655.189,14.

Quadro 80 - Bens de Uso Especial – Composição

	31/12/2017 (R\$ milhares)	31/12/2016 (R\$ milhares)	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	0,00	0,00	0,00
Terrenos, Glebas	0,00	0,00	0,00
Aquartelamentos	0,00	0,00	0,00
Imóveis de Uso Educacional	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00
Complexos, Fábricas e Usinas	0,00	0,00	0,00
Imóveis Residenciais e Comerciais	67.915.200,88	67.915.200,88	0,00
Aeroportos, Estações e Aeródromos	0,00	0,00	0,00
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	95.655.189,14	95.655.189,14	0,00
Total	163.570.390,02	163.570.390,02	0,00

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

- $Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:
- Kd = coeficiente de depreciação
- n = vida útil da acessão
- x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação contínua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/dez/2017, o Hospital das Forças Armadas apresentou um saldo de R\$ 1.795.074,07 relacionados a intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2017 e 2016.

Quadro 81 - Intangível – Composição.

	31/12/2017(R\$)	31/12/2016(R\$)	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	3.445.734,56	3.210.429,40	7,33
Software com Vida Útil Indefinida	0,00	0,00	0,00
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	0,00	0,00	0,00
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	0,00	0,00	0,00
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	0,00	0,00	0,00
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	0,00	0,00	0,00

Amortização Acumulada	(1.650.660,49)	(915.128,87)	80,37
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	0,00	0,00	0,00
Total	1.795.074,07	2.295.300,53	-21,79

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016.

DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES

A partir do exercício de 2010, o Hospital das Forças Armadas passou a efetuar a contabilização da depreciação de acordo com os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e conforme procedimentos especificados na Macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI.

Com a adoção da depreciação, os bens do ativo imobilizado passaram a ser mensurados na contabilidade pelo valor real, sendo deduzidos valores em razão dos desgastes pelo tempo e pelo uso, conforme orientações do Manual SIAFI.

Estes desgastes são contabilizados deduzindo os valores dos bens em contrapartida de conta de despesa, cujo resultado impacta em redução da situação patrimonial do Hospital.

No exercício de 2017 essa redução no patrimônio foi de R\$ 3.114.285,85 conforme registrado na conta 3.3.3.1.1.01.00 - Depreciação de Bens Móveis e R\$ 1.716.580,97 registrado na conta 3.3.3.1.1.02.00 - Depreciação de Bens Imóveis.

Também foram apropriadas despesas referentes à amortização de softwares. Esta apropriação impactou em uma redução no patrimônio no valor de R\$ 735.531,62 que foi registrado na conta 3.3.3.2.1.02.00 – Amortização de Intangível.

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR - CURTO PRAZO

Em 31/dez/2017, o Hospital das Forças Armadas apresentou um saldo em aberto de R\$ 1.736.537,91 relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo este total de obrigações a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Quadro 82 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	31/12/2017(R\$)	31/12/2016(R\$)	AH (%)
Circulante	1.736.537,91	1.111.252,22	56,30
Nacionais	1.736.537,91	1.111.252,22	56,30
Estrangeiros	0,00	0,00	0,00
Não Circulante	0,00	0,00	0,00
Nacionais	0,00	0,00	0,00
Estrangeiros	0,00	0,00	0,00
Total	1.736,537,91	1.111.252,22	56,30

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016.

Todos os fornecedores e contas pagar são de curto prazo e se referem a fornecedores nacionais.

Na continuação, apresenta-se a tabela demonstrando que a Unidade Gestora contratante é a 112408 - Hospital das Forças Armadas.

Quadro 83 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.

	31/12/2017 (R\$)	AV (%)
Unidade Gestora 1 – 112408 - HFA	1.736.537,91	100,00
Total	1.736.537,91	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

A unidade gestora 1 é responsável pelo total a ser pago.

Na tabela apresentada a seguir, relacionamos os 05 fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2017.

Quadro 84 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

	31/12/2017 (R\$)	AV (%)
Fornecedor A - HOSPITAL SANTA HELENA S/A	410.468,62	23,64
Fornecedor B - REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELI	211.379,79	12,17
Fornecedor C - FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CARDIOLOGIA	169.004,89	9,73
Fornecedor D - TECNICALL ENGENHARIA LTDA	141.350,07	8,14
Fornecedor E - ENGECLINIC SERVIÇOS LTDA	139.981,73	8,06
Demais Fornecedores	664.352,81	38,26
Total	1.736.537,91	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

Em relação aos fornecedores A, B, C, D e E, eles representam 61,74% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- (a) Fornecedor A: Serviços médicos hospitalares;
- (b) Fornecedor B: Serviços de limpeza e conservação;
- (c) Fornecedor C: Serviços médicos hospitalares;
- (d) Fornecedor D: Serviços de reforma das instalações da UTI;
- (e) Fornecedor E: Serviços de manutenção e conservação de máquinas e equipamentos.

Provisões: Foram registrados reconhecimentos de despesas não empenhadas no valor de R\$ 867.217,04 contabilizados na conta 2.1.3.1.1.04.00 - Contas a Pagar Credores Nacionais.

Quadro 85 - Provisões de Curto Prazo – Por Fornecedor

	31/12/2017 (R\$)	AV (%)
A - HOSPITAL SANTA LÚCIA S/A	8.518,20	0,98
B - HOSPITAL SANTA HELENA S/A	410.468,62	47,33
C - HOSPITAL LAGO SUL S/A	89.550,90	10,33
D - HOB HOSPITAL OFTALMOLÓGICO DE BRASÍLIA LTDA	48.028,68	5,54
E - CLINICA RECANTO DE ORIENTAÇÃO PSICOSSOCIAL LTDA	29.648,36	3,42
F - ISOB - INSTITUTO DE SAUDÊ DE OLHOS BRASÍLIA LTDA	1.313,65	0,15
G - HEMOCLINICA CLINICA DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA LT	8.368,21	0,96
H - HOB TAGUATINGA LTDA - EPP	604,60	0,07
I - ALIANÇA INSTITUTO DE ONCOLOGIA LTDA - ME	930,00	0,11
J - NEPHRON BRASÍLIA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	89.600,00	10,33
K - INBOL INSTITUTO BRASILIENSE DE OLHOS S/S LTDA	10.593,68	1,22
L - NÚCLEO DE DIAGNOSE E MICROCIRURGIA OCULAR DE BRASIL	587,25	0,07
M - FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CARDIOLOGIA	169.004,89	19,49
Total	867.217,04	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

Todas estas provisões se referem a valores a pagar referente prestação de serviços hospitalares pelos fornecedores.

NOTA 3.8 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Em 31/12/2017, o Hospital das Forças Armadas possuía um saldo de R\$ 86.821.114,88 relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas nos próximos exercícios.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Quadro 86 - Obrigações Contratuais – Composição.

	31/12/2017 (R\$)	31/12/2016 (R\$)	AH (%)
Aluguéis	0,00	0,00	
Fornecimento de Bens	3.889.494,77	2.708.130,16	43,62
Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Seguros	110.569,75	0,00	0,00
Serviços	82.821.050,36	53.642.903,44	54,39
Demais	0,00	0,00	0,00
Total	86.821.114,88	56.351.033,60	54,07

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria do total das obrigações assumidas pelo HFA ao final de 31/12/2017.

Na continuação, apresenta-se a tabela demonstrando que a Unidade Gestora contratante é a 112408 - Hospital das Forças Armadas.

Quadro 87 - Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.

	31/12/2017 (R\$)	AV (%)
Unidade Gestora 1 – 112408 - HFA	86.821.114,88	100,00
Total	86.821.114,88	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

A unidade gestora 1 é responsável pelo total contratado.

Na tabela apresentada a seguir, relacionamos os 05 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2017.

Quadro 88 - Obrigações Contratuais – Por Contratado.

	31/12/2017 (R\$)	AV (%)
Contratado A - NUTRISABOR ASSESSORIA E ALIMENTOS LTDA	26.850.121,93	30,93
Contratado B - COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DF	15.302.232,11	17,63
Contratado C - ENGECLINIC SERVIÇOS LTDA	7.031.337,46	8,10
Contratado D - TECNICAL ENGENHARIA LTDA	6.482.953,80	7,47
Contratado E - CEB DISTRIBUIÇÃO S/A	4.718.282,99	5,43
Demais Contratados	26.436.186,59	30,45
Total	86.821.114,88	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

Em relação aos contratados A, B, C, D e E, eles representam 69,55% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) Contratado A: Fornecimento de refeições para pacientes e servidores. Validade: 30/04/2020;

(b) Contratado B: Fornecimento de água e coleta de esgotos. Validade: indeterminada;

(c) Contratado C: Serviços de manutenção e conservação de máquinas e equipamentos. Validade: 24/05/2022;

(d) Contratado D: Serviços de manutenção e conservação de bens imóveis. Validade: 20/01/2021; e

(e) Contratado E: Fornecimento de energia elétrica. Validade: indeterminada.

NOTA 04 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

CRÉDITOS A RECEBER:

1.1.3.4.1.02.08 – Créditos a receber decorrentes de falta/irregularidade comprovação: em 31/12/2016 constava nesta conta o saldo de R\$ 15.640.914,49, referente ao Processo de Tomada de Contas Especial nº 6051000030/2001-42.

De acordo com a nova forma de contabilização orientada pela Secretaria do Tesouro Nacional, este valor foi baixado e reclassificado para a conta correta 1.2.1.2.1.05.08 Créditos a receber por falta/irregularidade de comprovação no Longo Prazo com o valor atualizado de R\$ 12.233.091,66.

A redução do valor contabilizado se justifica pela revisão efetuada nos cálculos das correções monetárias efetuadas nos exercícios anteriores.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

No Balanço Orçamentário nas linhas “Outras Despesas Correntes” e “Despesas de Capital - Investimentos”, os saldos das dotações ficaram negativos em R\$ 2.589.820,38 e R\$ 2.492.389,10, respectivamente.

Isto ocorreu porque o HFA executou despesas de dotações de outros órgãos que foram recebidas em 2017, conforme quadro demonstrativo a seguir:

Quadro 89 - Balanço Orçamentário

CATEGORIA ECONÔMICA	UO	NOME	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
PESSOAL	110404	DEPARTO DE ADM INTERNA-MD	183.134.898,00	172.940.318,00	168.885.617,00	168.885.617,00	168.806.059,78	4.054.701,00
	TOTAL	DESPESAS DE PESSOAL	183.134.898,00	172.940.318,00	168.885.617,00	168.885.617,00	168.806.059,78	4.054.701,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	52101	MINISTÉRIO DA DEFESA	-		2.002.726,00	1.601.096,56	1.599.153,54	(2.002.726,00)
	52121	COMANDO DO EXERCITO	-		1.404.112,84	1.333.488,90	1.333.259,20	(1.404.112,84)
	52131	COMANDO DA MARINHA	-		560.380,09	420.022,60	420.022,60	(560.380,09)
	52902	FUNDO HFA	79.493.525,00	77.601.014,00	51.558.498,67	47.461.200,10	46.783.939,85	26.042.515,33
	52911	FUNDO AERONÁUTICO			7.454.093,74	7.360.594,22	7.344.222,87	(7.454.093,74)
	52921	FUNDO DO EXERCITO			13.440.139,87	11.041.815,00	11.016.245,40	(13.440.139,87)
	52931	FUNDO NAVAL			3.770.883,17	3.576.075,96	3.576.075,96	(3.770.883,17)
	TOTAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	79.493.525,00	77.601.014,00	80.190.834,38	72.794.293,34	72.072.919,42	(2.589.820,38)
DESPESAS DE CAPITAL	52121	COMANDO DO EXERCITO			2.119.730,52	498.555,00	498.555,00	(2.119.730,52)
	52902	FUNDO HFA	3.834.188,00	7.510.136,00	3.774.028,56	1.633.031,34	1.625.964,84	3.736.107,44
	52921	FUNDO DO EXERCITO			4.108.766,02	141.350,07	-	(4.108.766,02)
	TOTAL	DESPESAS DE CAPITAL	3.834.188,00	7.510.136,00	10.002.525,10	2.272.936,41	2.124.519,84	(2.492.389,10)

ANEXO V- SITUAÇÃO DOS CONTRATOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

HFA-DA - Contratos de Receitas (RECEITAS)

CESSÃO e CONCESSÃO DE USO - Áreas cedidas para comércio

Nº	Contrato	Nome do Concessionário	Objeto (Finalidade)	Licitação	Vigência (inicial)	Renovação	Número do Processo
1	31/14	CEF (Concessão de Uso)	Concessão de uso sobre uma área medindo 335,00m², localizada próxima ao prédio do ambulatório, para instalação de estabelecimento bancário.	DL 218/2013	09/01/14 a 08/01/15	09/01/18 a 08/01/19	60550.000989/2013-80

HFA-DA - Contratos de Despesas

Convênio/Cooperação

Nº	Contrato	Nome do Concessionário	Objeto (Finalidade)	Vigência (inicial)	Renovação
1	12/2016	FUNDAÇÃO HEMOCENTRO	Fornecimento de hemocomponentes para atendimento de transfusões de sangue classificadas como "ROTINA" e/ou "FORA DE ROTINA" -URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, nos termos do Manual de Unidades Assistidas vigente, de acordo com a disponibilidade dos estoques de hemocomponentes na CONVENENTE.	30/12/16 a 07/12/17	30/12/17 a 07/12/18

HFA-DA - Contratos sem Receitas

Convênio/Cooperação - Áreas do HFA

Nº	Contrato	Nome do Concessionário	Objeto (Finalidade)	Vigência (inicial)
1		CDF	Acordo Operacional	28/03/2014 a 27/03/2019
2	31/2014	BANCO DO BRASIL	TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (Conta Vinculada)	27/06/2014 a 26/07/2019

**HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - SEÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
HFA-DA - Contratos Gerais (DESPESAS)**

HFA-DA - CREDENCIAMENTOS EXTERNOS (DESPESAS)

(Credenciamentos de Empresas para prestação de serviços complementares de Assistência Médica, Hospitalar, Ambulatorial e Farmacêutica)

Nº	Credenciamento	Empresa Credenciada	Objeto (Finalidade)	CNPJ	Licitação	Vigência
1	10/2012	_laboratório Sabin de Análises Clínicas Ltda	Serviços complementares de assistência médica na área de LABORATORIO DE ANÁLISES CLÍNICAS	30.718.528/0001-09	inex 17/2012	19/12/17 A 18/12/18
2	11/2012	Clinica Recanto de Orientação Psicossocial Ltda	Serviços de orientação psicossocial.	01.431.250/0001-49	inex 19/2012	24/12/17 A 23/12/18
3	12/2012	Clinica Geral e Ortopedia Sudoeste Ltda	Serviços complementares de assistência médica na área de ORTOPEdia	35.637.408/0001-92	inex 20/2012	17/01/18 A 16/01/19
4	38/13	Endogastros Clínica de Endoscopia Digestiva S/C Ltda	Serviços complementares de assistência médica na área GASTROENTEROLOGIA	34.519.915/0001-69	inex 11/2013	17/04/13 a 16/04/18
5	34/13	VAS - Serviços Médicos Sociedade Simples Ltda (VILLAGE)	Serviços complementares de assistência médica na área GASTROENTEROLOGIA	35.301.811/0001-46	inex 07/2013	14/03/13 a 13/03/18
6	36/12		restação de serviços de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e farmacêutica.	30.382.069/0001-27	inex 13/2012	21/12/17 A 20/12/18
7	11/13	IOB Hospital Oftalmológico de Brasília	restação de serviços de assistência médica na área de OFTALMOLOGIA	30.649.756/0001-66	inex 14/2013	24/05/13 a 23/05/18
8	18/13	Núcleo de Diagnose e Microcirurgia ocular de Brasília - OFTALMED	restação de serviços de assistência médica, na área de OFTALMOLOGIA.	37.992.740/0001-61	inex 22/2013	36/08/13 a 05/08/18
9	17/13	Diagnostic SC	restação de serviços de assistência médica na área de DIAGNOSTICO POR IMAGEM	33.568.867/0001-36	inex 21/2013	39/08/13 a 08/09/18
10	31/13	VISÃO INSTITUTOS OFTALMOLÓGICOS - INBOL	restação de serviços de assistência médica na área de OFTALMOLOGIA	37.114.071/0001-25	inex 04/2013	36/03/13 a 05/03/18
11	13/2013	OCULARE OFTALMOLOGIA S/S LTDA	restação de serviços de assistência médica na área de OFTALMOLOGIA	5090412000183	inex 16/2013	36/06/13 a 05/06/18
12	38/2012	HOSPITAL PACINI LTDA	restação de serviços de assistência médica na área de OFTALMOLOGIA	304170890001-96	inex 14/2012	17/12/17 a 16/12/18
13	39/2012	CLINICA RADIOLOGICA VILA RICA	restação de serviços de assistência médica na área de RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO POR IMAGEM	305085720001-86	inex 18/2012	27/12/17 a 26/12/18
14	32/2013	BIOCÁRDIOS INSTITUTO DE RADIOLOGIA	restação de serviços de assistência médica ambulatorial e exames nas áreas de RADIOLOGIA, GASTROENTEROLOGIA E PROCTOLOGIA	355440350001-05	inex 06/2013	14/03/13 a 13/03/18
15	33/2013	VISÃO INSTITUTOS OFTALMOLÓGICOS - ISOB	restação de serviços de assistência médica ambulatorial e exames na área de OFTALMOLOGIA	33.056.609/0001-70	inex 05/2013	14/03/13 a 13/03/18
16	37/2013	HOSPITAL SANTA HELENA S/A	restação de serviços de assistência médica hospitalar ambulatorial e realização de exames.	300497910001-44	inex 10/2013	33/04/13 a 02/04/18
17	35/2013	VIVER CLÍNICA DE MAGENS MÉDICAS LTDA	restação de serviços de assistência médica na área de diagnóstico por imagem (RADIOLOGIA).	375924410002-50	inex 08/2013	10/04/13 a 09/04/18
18	36/2013	SISIO E MOV - CLÍNICA DE FISIOTERAPIA DO MOVIMENTO	restação de serviços de assistência médica na área de FISIOTERAPIA	149906920001-77	inex 09/2013	10/04/13 a 09/04/18
19	39/2013	HOME HOSPITAL ORTOPÉDICO E MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA	restação de serviços de assistência médica HOSPITALAR e AMBULATORIAL (exceto pediatria e ginecologia)	371083880001-59	inex12/2013	22/05/13 a 21/05/18
20	10/2013	HOSPITAL SANTA LÚCIA S/A	restação de serviços de assistência médica HOSPITALAR e AMBULATORIAL na área de ONCOLOGIA	300258410001-53	inex13/2013	24/05/13 a 23/05/18
21	12/2013	CENTRO RADIOLOGICO DE BRASÍLIA S/A	restação de serviços de assistência médica na área de RADIOLOGIA	301172420001-60	inex17/2013	03/07/13 a 02/07/18
22	14/2013	OLIVEIRA E MARQUES (CLÍNICA BABY PED)	restação de serviços de assistência médica ambulatorial na área de PEDIATRIA	11.092.950.0001-00	inex18/2013	03/07/13 a 02/07/18
23	16/13	IOB - Hospital Oftalmológico de Brasília (Taguatinga)	restação de serviços de assistência médica na área de OFTALMOLOGIA	34.081.229.0001-59	inex 20/2013	39/08/13 a 08/08/18
24	15/13	CENTRO RADIOLOGICO DO GAMA S/A	restação de serviços de assistência médica na área de RADIOLOGIA	33.111.336.0001-10	inex 19/2013	23/08/13 a 22/08/18
25	19/13	INSTITUTO DE RADIOTERAPIA DE TAGUATINGA LTDA	restação de serviços de assistência médica na área de RADIOTERAPIA	62927780001-06	inex 23/2013	36/09/13 a 05/09/18
26	31/2014	HOSPITAL PRONTONORTE S/A	restação de serviços de assistência médica hospitalar e consultas eletivas	305118160001-80	inex 28/2013	24/02/14 a 23/02/19
27	32/14	CENTRO DE CONVIVENCIA PSICOSSOCIAL - VANSÃO VIDA	restação de serviços de assistência médica hospitalar na área PSIQUIATRIA (internação e consulta ambulatorial)	367677210001-79	inex 07/2014	11/04/14 a 10/04/19
28	33/2014	ALIANÇA INSTITUTO DE ONCOLOGIA S/S LTDA	restação de serviços de assistência médica hospitalar na área ONCOLOGIA, REUMATOLOGIA E HEMATOLOGIA	3910451300001-17	inex 10/2014	11/06/14 a 10/06/19
29	34/2014	INSTITUTO DO CÂNCER DE BRASÍLIA -	restação de serviços de assistência médica hospitalar na área ONCOLOGIA,	118599270001-06	inex 11/2014	17/06/14 a 16/06/19
30	35/2014	ONCOTEK	restação de serviços de assistência médica hospitalar na área ONCOLOGIA,	370262120001-97	inex 18/2014	22/12/14 A 21/12/19
31	31/2015	HEMOCLÍNICA	restação de serviços laboratoriais, fracionamento e provas de imunopatológicas e sorológicas.	3496858000187	inex 08/2015	21/05/15 a 20/05/20
32	32/2015	CDF	restação de serviços de assistência médica ambulatorial e exames nas áreas de RADIOLOGIA	32898550000600	inex 13/2015	39/06/16 a 08/06/17
33	34/2015	SOS INTENSIMED (NEFROMED)	restação de serviços de terapia substitutiva renal	73.405.557/0001-86	inex 23/2015	16/10/15 a 15/10/20
34	35/2015	RB (NÚCLEOS)	restação de serviços de assistência médica hospitalar, ambulatorial, consultas médicas e medicina nuclear	32.783.500/0001-72	inex 25/2015	10/11/15 a 09/11/20
35	37/2015	CMNB (NÚCELOS)	restação de serviços de assistência médica hospitalar, ambulatorial, consultas médicas e medicina nuclear	30.380.931/0001-62	inex 27/2015	10/11/15 a 09/11/20
36	38/2015	CMNB TAGUATINGA (NÚCELOS)	restação de serviços de assistência médica hospitalar, ambulatorial, consultas médicas e medicina nuclear	30.380.931/0002-43	inex 28/2015	10/11/15 a 09/11/20
37	39/2015	NEPHRON	restação de serviços de terapia substitutiva renal	32.911.992/0001-03	inex 30/2015	28/01/16 a 27/01/21
38	36/2016	CBV - Centro Brasileiro da Visão Ltda	Atendimento médico, hospitalar e ambulatorial na área de Oftalmologia	36.160.688/0001-53	inex 11/2016	31/11/16 a 31/10/21

1- Relatório de Instância ou Área de Correição

Subdivisão de Pessoal Civil

CGU-PAD

RELATÓRIO DE PROCESSOS A INSTAURAR POR SITUAÇÃO

Hospital das Forças Armadas	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos a Instaurar na Fase "Aguardando Análise"	2
Total de Processos a Instaurar na Fase "Juízo de Admissibilidade" (Arquivamento)	0
Total de Processos a Instaurar na Fase "Juízo de Admissibilidade" (Ausência de Materialidade ou Autoria)	0
Total de Processos a Instaurar na Fase "Juízo de Admissibilidade" (Determinação de Instauração)	1
Total de Processos a Instaurar na Fase "Juízo de Admissibilidade" (Inexistência de Irregularidade)	0
Total de Processos a Instaurar na Fase "Juízo de Admissibilidade" (Prescrição)	0
Total de Processos a Instaurar na Fase "Juízo de Admissibilidade" (Arquivamento por assinatura de TCA)	0
Total de Processos a Instaurar na Fase "Instauração de Procedimento Disciplinar"	0
Total de Processos Independentemente da Fase	3

2- Declaração de integridade e completude dos registros de informações no Sistema e-Pessoal

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS estão devidamente registrados no Sistema e-Pessoal para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Brasília-DF, 26 de fevereiro de 2018.

ADRIANO DE SOUZA AZEVEDO – Cel EB
CPF 055.746.628-84
Chefe da Divisão de Recursos Humanos/HFA

3- Declaração de Cumprimento das disposições da Lei 8730/93 quanto à entrega das declarações de bens e rendas

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do quadro de pessoal do HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta Divisão de Recursos Humanos para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Brasília-DF, 26 de fevereiro de 2018.

ADRIANO DE SOUZA AZEVEDO – Cel EB

CPF 055.746.628-84

Chefe da Divisão de Recursos Humanos/HFA

4- Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento –SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília - DF, 26 de março de 2018.

GESIEL DE OLIVEIRA VICENTE – Ten Cel EB
CPF 962.357.997-72
Chefe da Seção de Orçamento e Finanças/HFA

5- Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

Declaração sobre a Conformidade Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial
Denominação completa (UJ)
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

Declaro que a Seção de Contabilidade do HFA é a área de gestão interna, que atua como órgão Seccional Contábil e é responsável pelo registro da Conformidade Contábil, que consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados automaticamente pelo SIAFI e na verificação da contabilização dos atos e fatos lançados pela UJ no SIAFI.

A certificação dos demonstrativos contábeis tem como base os princípios e normas contábeis aplicáveis ao Setor Público, o Plano de Contas da União, a Conformidade de Registro de Gestão, o Manual SIAFI e outros instrumentos que subsidiam o levantamento das ocorrências contábeis.

Em observância à segregação de função, o processo de registro da conformidade contábil na UG-112408 - Hospital das Forças Armadas é efetuado através de contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, sendo a UG-110587-Seccional Contábil do Hospital vinculada à Setorial Contábil do Ministério da Defesa.

O registro da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Hospital das Forças Armadas, é efetuado mensalmente nas datas estipuladas pela Secretaria do Tesouro Nacional, sendo realizadas as seguintes ações:

- Acompanhamento dos registros contábeis e transações efetuadas no SIAFI, observando os princípios e normas contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União e o Manual SIAFI;
- Regularizações de inconsistências apresentadas no sistema quanto às contabilizações e transações efetuadas;
- Verificação e análise das conformidades dos registros de gestão, averiguando à adequabilidade dos documentos emitidos no SIAFI, com a documentação suporte;
- Análise mensal das demonstrações contábeis através de diversas validações como forma de verificar o equilíbrio e exatidão das informações apresentadas.

Em 2017, a Seção de Contabilidade acompanhou a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Hospital das Forças Armadas e promoveu os registros referentes à Conformidade Contábil apontando as seguintes restrições contábeis:

Conformidade

Código da Restrição		
642	ALTA/EVOLUCAO II	
674	SLD ALONG./INDEV	

Detalhamento das restrições:

No mês de janeiro de 2017 foi registrada a restrição contábil 642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP.AT.IMOBILIZ, devido a não contabilização de valores de depreciação (bens móveis) e amortização de janeiro/2017. Os respectivos valores foram contabilizados no dia 07 de fevereiro/2017.

No mês de julho de 2017 foi registrada a restrição contábil 674 - SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE, referente a Guias de Recolhimento da União classificadas

para anulações de despesas e não regularizadas dentro do mês. A regularização desta pendência ocorreu no mês de agosto/2017.

Nos demais meses não foram registradas restrições contábeis.

Diante do exposto, declaro que das restrições registradas ao longo do exercício de 2017, todas foram sanadas até a data de encerramento do exercício e que as conformidades contábeis registradas refletem que as informações dispostas nos demonstrativos contábeis estão adequadas e que foram observadas as seguintes situações cumulativamente:

- Ausência de inconsistências ou desequilíbrio nas Demonstrações Contábeis;
- As atividades fins do Hospital estão espelhadas nas Demonstrações Contábeis;
- Ausência de ocorrências na transação CONDESAUD do SIAFI WEB;
- Inexistência de contas contábeis com saldo invertido na transação >BALANCETE, exceto aquelas contas em que é permitida a inversão de saldo, cuja situação não representa, propriamente uma inconsistência;
- Ausência de restrições nos dias em que ocorreram lançamentos contábeis em que a UG tenha registrado a Conformidade de Registro de Gestão; e
- Ausência de inconsistências que comprometem a qualidade das informações contábeis, observadas as orientações e os instrumentos de análise disponíveis no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília - DF	Data	02/03/2018
Contador Responsável	GILMAR CARLOS DANTAS	CRC nº	DF-013170/O-7

6- Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

DECLARAÇÃO PLENA

Declaração do Contador afirmativa da fidedignidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS			
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2017, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta este Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília - DF	Data	02/03/2018
Contador Responsável	GILMAR CARLOS DANTAS	CRC nº	DF-013170/O-7

7- Declaração de Integridade e completude das informações dos contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal

Todos os contratos de despesas desta Unidade são devidamente inseridos no Sistema de Administração e Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a LDO. Ressaltamos, contudo, que os dados relativos à execução e registro do Cronograma Físico-Financeiro no SIASG, por limitação do Sistema, fica prejudicado, a exemplo da impossibilidade de registro do cronograma dos contratos oriundos de licitações por SRP.

Em relação ao SICONV, informo que esta UASG não possui contratos/licitações registrados naquele Sistema, uma vez que não possui acordos, convênios ou instrumentos congêneres (instrumentos de Transferência de Recursos entre Órgãos/Entes) enquadrados nos termos da, [Portaria Interministerial nº 424](#) de 30 de dezembro de 2016, bem como o [Decreto nº 6.170](#), de 25 de julho de 2007 e suas alterações.

Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG

DECLARAÇÃO

Eu, JULIANA BISINOTO BARRA, CPF nº 002.255201-41, Chefe da Seção de Contratos, exercido no HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2017 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2017 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, DF, 20 de fevereiro de 2018.

JULIANA BISINOTO BRARRA
Chefe da Seção de Contratos/HFA
CPF nº 002.255201-41